

**ANA FLÁVIA SOUTO DE OLIVEIRA**

**A MULTIPLICIDADE SEMÂNTICA EM *LEARNERS'*  
*DICTIONARIES*: POR UMA ABORDAGEM SEMÂNTICO-  
COGNITIVA PARA A ORGANIZAÇÃO DAS ACEPÇÕES**

**PORTO ALEGRE  
2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM  
ESPECIALIDADE: TEORIAS LINGUÍSTICAS DO LÉXICO  
LINHA: LEXICOGRAFIA, TERMINOLOGIA E TRADUÇÃO: RELAÇÕES TEXTUAIS

**A MULTIPLICIDADE SEMÂNTICA EM *LEARNERS' DICTIONARIES*:  
POR UMA ABORDAGEM SEMÂNTICO-COGNITIVA PARA  
A ORGANIZAÇÃO DAS ACEPÇÕES**

ANA FLÁVIA SOUTO DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR. MAITY SIQUEIRA

ORIENTADOR PERÍODO SANDUÍCHE: PROF. PHD. DIRK GEERAERTS

Tese de Doutorado em Teorias Linguísticas do Léxico, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE  
2015

### CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Ana Flávia Souto de  
A multiplicidade semântica em learners'  
dictionaries: por uma abordagem semântico-cognitiva  
para a organização das acepções / Ana Flávia Souto de  
Oliveira. -- 2015.  
158 f.

Orientadora: Maity Siqueira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-  
Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. multiplicidade semântica. 2. lexicografia. 3.  
learners' dictionaries. 4. Semântica Cognitiva  
Lexical. 5. modelos de descrição da estrutura  
semasiológica. I. Siqueira, Maity , orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**A MULTIPLICIDADE SEMÂNTICA EM *LEARNERS' DICTIONARIES*:  
POR UMA ABORDAGEM SEMÂNTICO-COGNITIVA PARA  
A ORGANIZAÇÃO DAS ACEPÇÕES**

ANA FLÁVIA SOUTO DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR. MAITY SIQUEIRA

Tese aprovada em 08 de junho de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Flávio de Aguiar Barbosa  
Programa de Pós-Graduação em Letras – UERJ

Prof<sup>a</sup>. Dr. Simone Sarmento  
Programa de Pós-Graduação em Letras – UFRGS

Prof<sup>a</sup>. Dr. Rove Chishman  
Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – Unisinos

“Mine is a long and a sad tale!” said the Mouse, turning to Alice, and sighing.

“It *is* a long tail, certainly,” said Alice, looking down with wonder at the Mouse’s tail; “but why do you call it sad?” And she kept on puzzling about it while the Mouse was speaking, so that her idea of the tale was something like this:—

“Fury said to  
a mouse, That  
he met in the  
house, ‘Let  
us both go  
to law: *I*  
will prose-  
cute *you*.—  
Come, I’ll  
take no de-  
nial; We  
must have  
the trial:  
For really  
this morn-  
ing I’ve  
nothing  
to do.’  
Said the  
mouse to  
the cur,  
‘Such a  
trial, dear  
Sir. With  
no jury  
or judge,  
would  
be wast-  
ing our  
breath.’  
‘I’ll be  
judge,  
I’ll be  
jury.’  
said  
cun-  
ning  
old  
Fury:  
‘I’ll  
try  
the  
whole  
cause,  
and  
con-  
demn  
you to  
death.’”

Para minhas avós.

À memória de Adam Kilgarriff e de todos aqueles com os quais conversei, mesmo que sozinha, durante esse percurso.

## AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa durante três anos do doutorado e pela bolsa PDSE.

A minha orientadora e amiga, Maity, pela confiança, auxílio, paciência e todos os outros atributos com grande peso estrutural para ser um exemplar prototípico da minha categoria idiossincrática ORIENTADORA IDEAL. Mesmo que do meu jeito torto, muito obrigada.

Aos colegas e amigos do grupo de pesquisa Semaforo (ou Metafolia?), Aline, Dalby, Danilo, Larissa, Maitê, membro honorário Rafael e, principalmente, Tamara, por toda a cumplicidade, acadêmica e (especialmente) não acadêmica. Vocês são a melhor parte disso tudo.

Ao professor Geeraerts e ao grupo QLVL, pela acolhida na cinzenta Leuven. Dank je wel.

Aos queridos Dalby, David, Julie, Nadia, Samira e Yanan, companheiros valiosos em tempos estranhos. Despite Leuven's awful winter weather, you managed to turn the whole thing into sunny, warm days. Lots of memories worth keeping.

Ao Alliatti, pelo quase serviço gráfico-express-interestadual, e ao Dalby, pelo efetivo serviço. Reforça-se minha teoria de que ter um amigo no Rio de Janeiro vai muito além da inveja mortal e da possibilidade de ter hospedagem de graça. Obrigada de coração, meninos. Ao Pedro, pela ajuda na revisão do *abstract*.

Ao Canisio, pela ajuda e paciência constantes durante todo meu tempo de pós-graduação, e à Luiza, pela ajuda, pelos cafês e pelas cópias durante meus estágios de docência.

Aos professores Pedro Garcez e Marcos Goldnadel, pelas aulas, dicas, materiais e conversas sobre Semântica e Pragmática. A ajuda de vocês foi muito importante para meus estágios de docência. Aos professores Flávio Barbosa, Rove Chishman e Simone Sarmiento, pelos comentários valiosos na defesa deste trabalho.

Aos colegas da Associação de Pós-Graduandos da UFRGS, por terem me ensinado tanto.

À Lucy e à Pequena, filhas-companheirinhas.

Aos meus pais, Celmar e Elisabeth, pelo amor e apoio incondicionais. Eu amo vocês. Aos meus irmãos, Alexandre e Artur, e meus sobrinhos, Leonardo e Vitor, por (eu espero) entenderem minhas tantas ausências.

As minhas amigas amadas Carolina, Márcia, Mariana, Magda, Samantha, Tamara (de novo, senão ela fica brava, pois essa é outra categoria) e Wu, sempre presentes e tão fundamentais. Obrigada por sempre insistirem pra eu voltar à vida real e serem a antítese necessária a esse trabalho. Mesmo que por estrutura de semelhança de família (e nem queiram saber o que é isso!): obrigada pelas festas; pelo ombro; pelos vinhos, cervejas, lagoas azuis e assemelhados; pelas viagens; pelas risadas; por secarem minhas lágrimas. Obrigada por estarem sempre aqui.

Ao Dé e ao Tato, que me fizeram acreditar de novo.

## RESUMO

A multiplicidade semântica, isto é, o fato de uma forma linguística apresentar mais de um significado ou nuance contextual, é um fenômeno que, apesar de não trazer grandes problemas à comunicação cotidiana, impõe diversas questões às teorias semântico-lexicais e a suas aplicações linguísticas. Neste trabalho, buscamos compreender o tratamento dispensado à multiplicidade semântica por *learners' dictionaries* do inglês (dicionários monolíngues para aprendizes avançados de inglês como língua estrangeira) à luz do quadro teórico da Semântica Cognitiva Lexical. Em um primeiro momento, sistematizamos as implicações trazidas pela multiplicidade semântica para os *learners' dictionaries*, principalmente no que diz respeito aos procedimentos de *lumping* e *splitting*, ao tipo de solução adotada para a divisão de verbetes para as formas lexicais (homonímica ou polissêmica) e aos critérios de organização das acepções nos verbetes. Com relação a esses aspectos, demonstramos que não há uma base teórica sólida que permita definir quantos e quais significados um item lexical apresenta, que não há consenso quanto ao tratamento das soluções nesse tipo de dicionário e que a frequência – critério utilizado pelas obras para organizar as acepções – não é tão objetivo quanto se esperaria, nem tem respaldo empírico para a utilização nesse tipo de dicionário. Assim, defendemos que, por conta do caráter interpretativo da descrição semântico lexical, evidenciada pela flexibilidade no tratamento dispensado pelas obras às questões da multiplicidade semântica, seja buscada uma abordagem distinta a essas questões. Com esse intuito, em um segundo momento, introduzimos a concepção semântico-cognitiva de estrutura semasiológica, que, ancorada em postulados da Teoria Prototípica, destaca a sobreposição e a saliência semântica como características estruturais do léxico, postulados que contemplam a flexibilidade e a instabilidade do significado lexical. Na busca por subsídios metodológicos que fundamentem uma proposta alternativa aos problemas lexicográficos, apresentamos alguns dos modelos de descrição da estrutura semântica dos itens lexicais propostos pelo paradigma cognitivo: o Modelo Radial, o Modelo Esquemático e o Modelo de Grupos em Sobreposição. Avaliamos a estrutura semasiológica do item lexical *case* e propomos formas alternativas para sua representação nos *learners' dictionaries* que condizem tanto com os postulados semântico-cognitivos, quanto com o que se sabe sobre o tipo de dicionário em questão e as necessidades de seus usuários. Com relação às soluções homonímica e polissêmica, sugerimos quatro configurações possíveis que permitem representar a estrutura coesa da polissemia, mas cuja validação depende ainda de testes de uso. Quanto à organização das acepções, consideramos que, mesmo através do uso de uma estrutura hierárquica, é possível representar os fenômenos de sobreposição e saliência semântica que julgamos relevantes para os usuários dessas obras, por exemplo, através do uso dos próprios recursos possibilitados pela hierarquia e da redação de definições que destaquem atributos compartilhados por dois ou mais significados que não podem ser relacionados na estrutura linear do verbete. Assim, uma abordagem semântico-cognitiva parece ser útil para nortear práticas lexicográficas relativas à estruturação das informações sobre a multiplicidade semântica nos *learners' dictionaries*.

**Palavras-chave:** multiplicidade semântica; lexicografia; *learners' dictionaries*; organização das acepções; Semântica Cognitiva Lexical; modelos de descrição da estrutura semasiológica; *case*.



## ABSTRACT

Semantic multiplicity can be defined as a case in which a single linguistic form presents more than one meaning or contextual reading. Even though this phenomenon usually does not pose serious challenges for everyday communication, it certainly brings about important issues to lexical semantic theories and its linguistic applications. The present dissertation aims at evaluating the treatment semantic multiplicity receives in English monolingual advanced learners' dictionaries from a cognitive-semantic point of view. Therefore, the consequences of semantic multiplicity for the organization of learners' dictionaries are presented, mainly with regard to the procedures of lumping and splitting, the solutions applied for structuring entries (homonymic or polysemous solutions), and the criteria used in arranging senses. First, it is demonstrated that there are no solid methodological bases on which to decide on how many (nor which) senses a lexical item has. Second, it is shown that there is no agreement on the solution to be applied to this type of dictionary. Third, it is advocated that the criterion used for sense arrangement (frequency) is not as objective as one would expect and it has not yet been proven to bring any advantage for the users of learners' dictionaries. Because of the interpretative nature of lexical semantic description, which is reflected in the different treatments the dictionaries provide to these matters, a distinct approach is sought. To this end, the cognitive-semantic conception of semasiological structure is introduced. With its origins linked to Prototype Theory tenets, this notion highlights that semantic salience and overlapping are structural characteristics of the lexicon, which reflect the flexibility and instability of lexical meaning. In order to search for methods that could ground an alternative proposal for these lexicographic issues, the cognitive-semantic descriptive models of semantic structure are assessed: the radial model, the schematic model, and the overlapping sets model. The semasiological structure of the lexical item *case* is described and a new proposal for its organization is provided, in tune with cognitive-semantic tenets and with what is known about this type of dictionary and its users' needs. Regarding homonymic and polysemous solutions, four different arrangements are suggested, which represent the coherent structure of polysemy. Regarding sense arrangement, it is shown that even through the use of a hierarchical structure, it is possible to represent the semantic overlapping and salience found to be useful for the users of learners' dictionaries. By exploring the hierarchical resources themselves and by manipulating the wording of definitions, it is feasible to accentuate attributes shared by two or more senses that cannot be related in the linear structure of the dictionary entry. Thus, Cognitive Semantics presents itself as a useful approach to guide lexicographic practices related to the structuring of semantic multiplicity information in learners' dictionaries.

**Keywords:** semantic multiplicity; lexicography; learners' dictionaries; sense arrangement; cognitive lexical semantics; descriptive models of semasiological structure; *case*.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1.</b> Excerto das entradas para <i>fresh</i> nos quatro <i>learners' dictionaries</i> .....	23
<b>Quadro 2.</b> Significados de <i>case</i> apresentados por CALD (2008) .....	27
<b>Quadro 3.</b> Acepções para <i>case</i> apresentadas pelos quatro <i>learners' dictionaries</i> ...	28
<b>Quadro 4.</b> Tipos de soluções homonímicas e polissêmicas .....	32
<b>Figura 1.</b> Representação esquemática das soluções adotadas pelas obras .....	33
<b>Figura 2.</b> Contrapartes lexicográficas dos conceitos lexicológicos .....	41
<b>Figura 3.</b> Diagramas dos diferentes <i>construals</i> do conteúdo .....	51
<b>Quadro 5.</b> Características da prototypicalidade .....	57
<b>Figura 4.</b> Relações de semelhança de família da categoria AVE .....	58
<b>Figura 5.</b> Esquema 1, significado central de <i>over</i> – “ <i>above</i> e <i>across</i> ” .....	74
<b>Figura 6.</b> Esquema 2, “ <i>above</i> ” .....	75
<b>Figura 7.</b> Esquema 3, <i>covering</i> .....	76
<b>Figura 8.</b> Estrutura simbólica de <i>moon</i> .....	82
<b>Figura 9.</b> Estrutura simbólica de <i>moonless</i> .....	83
<b>Figura 10.</b> Estrutura simbólica de <i>moonless night</i> .....	83
<b>Figura 11.</b> Representação de homonímia .....	87
<b>Figura 12.</b> Representação de vagueza .....	87
<b>Figura 13.</b> Representações de polissemia .....	88
<b>Figura 14.</b> Representação esquemática de <i>ring</i> .....	89
<b>Figura 15.</b> Estrutura de semelhanças de família do significado cotidiano de <i>bag</i> ...	93
<b>Figura 16.</b> Atributos sobrepostos da leitura cotidiana de <i>fruit</i> .....	95
<b>Figura 17.</b> Estrutura de semelhança de família de <i>fruit</i> .....	96
<b>Figura 18.</b> Estrutura semântica de <i>case (cas)</i> .....	117
<b>Figura 19.</b> Estrutura semântica parcial de <i>case (casse)</i> .....	119
<b>Figura 20.</b> Estrutura semasiológica de <i>case (cas)</i> a partir das acepções dos <i>learners' dictionaries</i> .....	121
<b>Figura 21.</b> Estrutura semasiológica parcial de <i>case (casse)</i> .....	122
<b>Figura 22.</b> Diagrama da estrutura semasiológica de <i>case (cas)</i> com sobreposição...	125
<b>Figura 23.</b> Representação esquemática da configuração das soluções .....	132
<b>Figura 24.</b> Representação esquemática das configurações da solução a serem avaliadas .....	133
<b>Figura 25.</b> Estrutura semasiológica de <i>case (cas)</i> a ser representada no verbete ....	136
<b>Figura 26.</b> Estruturação do verbete de <i>case</i> .....	140

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<b>1.1</b>	<b>Objetivos</b>	15
<i>1.1.1</i>	<i>Objetivo geral</i>	15
<i>1.1.2</i>	<i>Objetivos específicos</i>	15
<b>1.2</b>	<b>Hipóteses</b>	15
<b>1.3</b>	<b>Estrutura da tese</b>	16
<b>2</b>	<b>PROBLEMA LEXICOGRÁFICO</b>	19
<b>2.1</b>	<i>Lumping e splitting nos learners' dictionaries</i>	22
<b>2.2</b>	<i>Solução homonímica e solução polissêmica nos learners' dictionaries</i>	29
<b>2.3</b>	<i>Organização das acepções nos learners' dictionaries</i>	35
<b>2.4</b>	<i>Panorama dos dados</i>	40
<b>3</b>	<b>TEORIA PROTOTÍPICA E CATEGORIAS LEXICAIS</b>	42
<b>3.1</b>	<b>Teoria Prototípica</b>	43
<b>3.2</b>	<b>Significado na Semântica Cognitiva Lexical</b>	49
<b>3.3</b>	<b>Flexibilidade e instabilidade do significado lexical</b>	61
<b>4</b>	<b>FORMATOS REPRESENTACIONAIS</b>	66
<b>4.1</b>	<b>Modelo radial</b>	67
<b>4.2</b>	<b>Modelo esquemático</b>	80
<b>4.3</b>	<b>Modelo de grupos em sobreposição</b>	91
<b>4.4</b>	<b>Modelos representacionais e evidências empíricas</b>	98
<b>5</b>	<b>PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO</b>	107
<b>5.1</b>	<i>Learners' dictionaries</i>	108
<b>5.2</b>	<b>O caso de case: dados da estrutura semasiológica</b>	115
<b>5.3</b>	<b>Por uma abordagem semântico-cognitiva</b>	126
<i>5.3.1</i>	<i>Solução homonímica e solução polissêmica</i>	130
<i>5.3.2</i>	<i>Organização das acepções</i>	134
<b>5.4</b>	<b>Discussão</b>	140
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	144
	<b>REFERÊNCIAS</b>	147
	<b>ANEXOS – Verbetes de case</b>	154

# 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Linguística Cognitiva<sup>1</sup> tem demonstrado ser um conjunto de abordagens bastante produtivo para tratar de uma ampla gama de fenômenos linguísticos. A diversidade apresentada pelos estudos desenvolvidos dentro dessa perspectiva reflete a própria natureza da área, que, de acordo com Lakoff (1990), é definida por dois compromissos centrais: o compromisso da generalização – que intenta caracterizar os princípios gerais que guiam todos os aspectos da linguagem humana – e o compromisso cognitivo – que sustenta que postulados a respeito da linguagem devem estar em sintonia com descobertas de outras disciplinas e ciências cognitivas sobre o funcionamento da mente/cérebro.

Desde sua origem – fortemente fundamentada em pesquisas sobre metáfora (cf. Lakoff e Johnson, 1980), categorização e protótipos (cf. Rosch e Mervis, 1975; Rosch et al., 1976) – até os desenvolvimentos mais recentes – exemplificados por teorias neurais (cf. Feldman, 2006) –, a tentativa de integrar resultados de diferentes áreas de pesquisa é uma característica marcante da Linguística Cognitiva. Isso está atrelado à visão de que evidências de experimentos psicolinguísticos e descobertas sobre a biologia do cérebro, juntamente com dados analíticos, fornecem um panorama mais completo e um melhor entendimento dos fenômenos linguísticos.

No âmbito lexical, matéria central da presente pesquisa, são também notáveis a novidade e o desenvolvimento das pesquisas. O significado lexical, de forma ampla, é um tópico tradicional de estudos no arcabouço semântico-cognitivo. Em particular, destaca-se a aplicação da Teoria Prototípica, associada às pesquisas da psicóloga cognitiva Eleanor Rosch, para a descrição das categorias lexicais, como demonstrada pelos trabalhos de Brugman (1981), Lakoff (1987), Taylor (2003a) e Geeraerts (1997).

Do ponto de vista semasiológico, ou seja, quando se parte de uma forma linguística e se consideram os significados<sup>2</sup> apresentados por ela, a renovada atenção dispensada à estrutura das categorias lexicais gerada pela polissemia é tida como a principal contribuição da Linguística Cognitiva à lexicologia (GEERAERTS, 2006a). Amplamente ancorada nos

---

<sup>1</sup> Seguindo a distinção tradicional da área, diferenciamos entre linguística cognitiva (com letras minúsculas), que se relaciona às abordagens linguísticas que estudam a linguagem como um fenômeno mental, e Linguística Cognitiva (com letras maiúsculas), que faz referência especificamente à abordagem experiencialista vinculada aos trabalhos fundadores de Langacker (2008), Lakoff e Johnson (1980) e Lakoff (1987).

<sup>2</sup> Neste trabalho, utilizamos os termos significado e sentido como sinônimos.

resultados apresentados por Rosch sobre a categorização de objetos físicos, Brugman (1981), por exemplo, postula que um item lexical polissêmico é uma categoria de categorias (pois cada sentido é, individualmente, também uma categoria). Advogando realidade psicológica à proposta, a autora afirma que os significados de um item lexical estão relacionados por diversos mecanismos cognitivos, como esquemas de imagem, metáfora e metonímia. Esse tipo de estudo claramente ilustra a tentativa explícita de integrar tópicos tradicionalmente relegados a outras disciplinas, como a psicologia, à investigação de fenômenos linguísticos, pois leva em consideração resultados de experimentos psicolinguísticos sobre categorização e busca mostrar de que maneira evidências linguísticas podem auxiliar a entender de que forma a mente funciona.

Para além do trabalho pioneiro de Brugman (1981), pode-se afirmar que a Semântica Cognitiva reintroduziu o estudo da polissemia ao cânone do debate lexicológico, assim como algumas questões que desafiavam a concepção até então vigente de significado lexical. Por longo tempo deixados de lado pelo estruturalismo e pelas correntes que se seguiram, o aspecto enciclopédico, dinâmico e flexível do significado e a reflexão acerca dos fenômenos da ambiguidade e da vagueza passaram a ter uma posição central nas discussões dessa abordagem (cf. Fillmore, 1975; Cruse, 1995; Geeraerts, 2006a).

Na Lexicografia, a multiplicidade semântica constitui também questão amplamente debatida, pois ela impõe diversos problemas aos lexicógrafos, tanto no nível microestrutural, ou seja, com relação às informações contidas no verbete e sua organização, quanto no nível macroestrutural, ou seja, no tocante à quantidade e tipo de unidades que fazem parte da nomenclatura do dicionário (ZGUSTA, 1971; COWIE, 2001; GEERAERTS, 2001; 2006c). Como exemplo, basta citar a dificuldade em se decidir quantos verbetes um item lexical como *bank* receberá em um dicionário – visto que constitui, ao mesmo tempo, um caso de homonímia, polissemia e até mesmo vagueza<sup>3</sup> –, ou de que forma as diferentes acepções desse item serão organizadas na entrada – agrupadas semanticamente, ordenadas por frequência, ou por classe gramatical, por exemplo.

Embora a semântica lexical e a lexicografia (tanto como teoria<sup>4</sup>, quanto como aplicação) sejam distintas e independentes, a relação entre as duas áreas tem sido discutida e

<sup>3</sup> O item *bank* pode ser considerado um caso de homonímia com relação aos sentidos “instituição financeira” e “área ao redor de um rio”, polissemia com relação aos significados “instituição financeira” e “lugar para armazenar bens” e vagueza quanto aos usos em *sperm bank* [banco de esperma], *grain bank* [banco de grãos] e *data bank* [banco de dados].

<sup>4</sup> É interessante destacar que uma grande parte dos lexicógrafos que escrevem sobre a prática lexicográfica defende uma aproximação com a teoria lexical, ao mesmo tempo em que negam a existência de uma teoria lexicográfica ou metalexicografia (cf. Rundell, 2012).

defendida por diversos pesquisadores (cf. Rundell, 2012; Atkins e Rundell, 2008). A ampliação dessa “relação de inspiração mútua”, nas palavras de Geeraerts (2001), é o que está sendo buscada no presente trabalho. Na abordagem semântico-cognitiva lexical, trabalhos pioneiros de Geeraerts (2006c; 2001; 2007) demonstraram que práticas lexicográficas que, à primeira vista, podem ser consideradas inaceitáveis pela lexicografia tradicional não apenas poderiam ser encontradas nos dicionários, mas também ser entendidas como naturais e ainda mais desenvolvidas se interpretadas sob uma perspectiva semântico-cognitiva.

Em consonância com esses postulados, em trabalhos anteriores (OLIVEIRA, 2010a; 2013b; OLIVEIRA; BUGUEÑO; SIQUEIRA, 2013), iniciamos a busca por subsídios teóricos e metodológicos na Semântica Cognitiva Lexical que pudessem auxiliar na organização das entradas de *learners' dictionaries*<sup>5</sup> de língua inglesa. Os *learners' dictionaries* são obras para falantes não nativos de uma dada língua, redigidas na língua estrangeira e que têm como público-alvo usuários com proficiência intermediária ou avançada. Esse tipo de dicionário é responsável por boa parte das inovações ocorridas na lexicografia no último século (JACKSON, 2002), como o uso de um vocabulário controlado para as definições e a utilização intensiva de ferramentas computacionais.

Uma das práticas correntes mais comuns dos *learners' dictionaries* monolíngues de inglês é a reivindicação do uso da frequência como critério adotado para a organização das acepções, neste caso, uma ordenação pura e simples. A acepção do significado mais frequente encontrado nas ocorrências do *corpus* do dicionário é apresentada primeiro, seguida pelas definições dos outros sentidos em ordem decrescente de frequência no *corpus*. Kipfer (1983) chama atenção para a utilidade prática desse critério, pois ele permite mostrar aos usuários a forma como a língua é realmente utilizada. Além disso, a autora prossegue, esse é também um critério válido de organização, pois pesquisas a respeito do uso de dicionários haviam previamente apontado para o fato de que os usuários tendiam a parar a consulta após a leitura da primeira definição. Scholfield (1999, p.27) aponta que se acredita que esse critério de organização “auxilia o usuário de forma máxima, pois, em média, ele terá que percorrer o número mínimo de entradas e subentradas até chegar àquela que contém o significado relevante para o contexto no qual ele se deparou com a palavra”<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> [dicionários de aprendizes] Pelo fato de o termo *learners' dictionary* já ser consagrado na metalexigrafia para designar especificamente obras monolíngues para falantes não nativos, optamos por fazer referência a esse genótipo com essa terminologia, ao invés de utilizar sua tradução. Além disso, em português, o termo ‘dicionário de aprendizes’ engloba todos os tipos de dicionários que têm como público os aprendizes de língua (materna e estrangeira).

<sup>6</sup> [maximally helps the user, who will on average have to scan the least number of entries and subentries before reaching the one with the relevant meaning for the context where he or she has met the word]

Contudo, como será defendido no próximo capítulo da presente tese, ainda não foi demonstrado que a organização pelo critério de frequência seja útil para o usuário desse tipo de dicionário: surpreendentemente, não existem quaisquer pesquisas (empíricas) que investiguem ou suportem tal argumento. Não obstante, por conta das dificuldades óbvias da tarefa de delimitação dos significados de um item lexical e da grande suscetibilidade desse método à composição do *corpus*, a utilização da frequência como critério de ordenação das acepções, para dizer o mínimo, não é tão objetiva quanto parece.

Ao contrário, Hanks (1988) afirma que apresentar acepções relacionadas de forma agrupada é uma parte necessária para explicações claras nos dicionários, e uma ordenação por frequência, inevitavelmente, quebra a apresentação coerente dos sentidos de uma palavra. Van der Meer (1999) defende que o auxílio ao desenvolvimento do vocabulário é uma importante função do *learners' dictionary* e que a percepção da extensão de significado é um aspecto vital do aprendizado vocabular. Ademais, Van der Meer (1997), defende que os usos figurativos de algumas palavras dificilmente são explicados de forma completa sem que haja referência ao seu sentido literal, o que impõe que o significado básico deva ser o primeiro a ser apresentado nos dicionários nesses casos. Todas essas afirmações vão contra a utilização da frequência como critério para organizar as acepções e serão avaliadas e discutidas neste trabalho.

É fundamental, desde já, deixar claro que, mesmo que a organização das acepções seja um assunto próprio da lexicografia, as questões trazidas pelos tópicos ‘significado lexical’ e ‘multiplicidade semântica’ – questões essas que devem ser abordadas para tratarmos do assunto principal – são quase intermináveis. Do ponto de vista lexicológico, os conceitos de monossemia, homonímia, polissemia e vagueza terão papel central na discussão. Do ponto de vista lexicográfico, os conceitos de solução homonímica, solução polissêmica, *lumping* e *splitting* (para citar alguns) serão essenciais para percorrer o caminho que entendemos ser o mais adequado para chegarmos à questão central, a organização das acepções.

Dados os problemas trazidos pela multiplicidade semântica a um projeto lexicográfico e, especificamente, os argumentos apresentados acima contrários a uma ordenação com base na frequência, nesta tese, ao explorarmos a noção de categoria lexical advogada pela Semântica Cognitiva Lexical, buscamos fornecer uma solução distinta a esse problema lexicográfico. A escolha dessa abordagem deve-se ao fato de que sua concepção de estrutura semasiológica e o tipo de ênfase que ela coloca sobre as relações mantidas entre os diferentes significados de um item lexical parecem ser muito mais realistas a respeito da estrutura

semântica geral de um item lexical. Além disso, ela vai ao encontro das afirmações dos metalexígrafos apresentadas acima.

Para a Semântica Cognitiva Lexical, a estrutura semasiológica de um item lexical é vista como uma categoria de significados inter-relacionados que pode exibir os mesmos efeitos de prototipicidade encontrados na aplicação de um significado individual. Com base nessa ideia, entende-se que as leituras de um item lexical apresentam diferentes graus de representatividade dentro da estrutura geral do item e que a relação mantida entre os significados não se dá necessariamente pelo compartilhamento de traços. Assim, “as leituras de um item lexical podem formar um agrupamento, com um ou mais casos centrais rodeados por leituras periféricas, que emanam das leituras mais centrais e salientes”<sup>7</sup> (GEERAERTS, 2010, p.189). A estrutura que resulta dessa organização é multidimensional, caracterizada por um entrecruzamento de atributos, e as extensões de significado ocorrem por mecanismos cognitivos – alguns mais tradicionais, como generalização, especialização, metáfora e metonímia, mas também por extensão de protótipos e esquemas de imagem. Pelo fato de os modelos descritivos desenvolvidos na Semântica Cognitiva para descrever a estrutura semasiológica tentarem incorporar essas características, ou pelo menos parte delas, investigar as possibilidades representacionais desses modelos parece ser um percurso lógico a ser seguido.

Uma importante questão que se impõe ao buscar operacionalizar essa estrutura multidimensional advogada pela Semântica Cognitiva e transpô-la para a ordem linear apresentada por uma entrada tradicional do dicionário é o que Geeraerts (2006c) chama de “problema da linearização”. O autor resume a dificuldade da seguinte forma: “enquanto que as microestruturas lexicográficas consistem basicamente em uma lista de significados lexicais bem delimitados e numerados em sequência, a estrutura de conceitos prototipicamente organizados é caracterizada pelo agrupamento e pela máxima sobreposição”<sup>8</sup> (GEERAERTS, 2006c, p.330-331). É necessário, assim, que se pense em soluções que consigam acomodar essa aparente contradição e, ao mesmo tempo, que considerem as necessidades dos usuários dos dicionários.

Ao destacar a estrutura multidimensional apresentada pelos itens lexicais que a Semântica Cognitiva defende e contrastando-a com o problema da linearização imposto pelos

---

<sup>7</sup> [the readings of a lexical item may form a set with one or more core cases surrounded by peripheral readings emanating from the central, more salient readings]

<sup>8</sup> [whereas lexicographical microstructures basically consist of a list of neatly separated, consecutively numbered lexical meanings, the structure of prototypically organized concepts is characterized by clustering and maximal overlapping]



dicionários, a principal intenção desta pesquisa é elaborar diretrizes que guiem a organização das acepções em *learners' dictionaries* com base na concepção semântico-cognitiva de categoria lexical e que sejam condizentes com as necessidades dos usuários desse tipo de obra. Assume-se, portanto, que o significado lexical é um fenômeno altamente flexível e instável (GEERAERTS, 2006a).

## 1.1 Objetivos

### 1.1.1 Objetivo geral

Avaliar a concepção de estrutura lexical postulada pela Semântica Cognitiva Lexical de forma a buscar subsídios para a organização das acepções de itens lexicais com multiplicidade semântica em *learners' dictionaries*.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- (I) Avaliar os modelos descritivos da estrutura semasiológica utilizados pela Semântica Cognitiva Lexical;
- (II) Compreender a multiplicidade semântica e suas consequências nos *learners' dictionaries* à luz do arcabouço da Semântica Cognitiva Lexical;
- (III) Operacionalizar conceitos semântico-cognitivos a respeito da estrutura semântica de forma a subsidiar a construção de entradas-modelo.

## 1.2 Hipóteses

- a. A concepção de categoria lexical sustentada pela Semântica Cognitiva Lexical fornece adequação descritiva e profundidade explicativa em seus modelos descritivos para compreender fenômenos lexicográficos relacionados à multiplicidade semântica;

b. Os princípios teóricos e os modelos descritivos da Semântica Cognitiva Lexical oferecem subsídios para um tratamento alternativo da organização das acepções em *learners' dictionaries*;

c. As soluções baseadas nessa concepção de estrutura semasiológica estão mais de acordo com as necessidades dos usuários de *learners' dictionaries* do que as práticas observadas atualmente nesse tipo de dicionário.

### 1.3 Estrutura da tese

Com base nos objetivos e hipóteses descritos, a tese apresenta a seguinte estrutura: de forma a fornecer um panorama geral a respeito dos problemas lexicográficos ocasionados pela consideração da multiplicidade semântica, no capítulo 2, serão apresentadas a discussão metalexicográfica sobre o tema e os dados obtidos da avaliação de itens lexicais com multiplicidade semântica em quatro *learners' dictionaries*. As análises, baseadas em resultados de nossas pesquisas anteriores (OLIVEIRA, 2010a, 2013a; 2013b), focam-se em três pontos principais: nos procedimentos de *lumping* e *splitting*, na utilização de soluções homonímicas ou polissêmicas para a estruturação das entradas e nos critérios utilizados pelos dicionários para organizar as acepções dentro das entradas. Com relação ao primeiro tópico, argumenta-se que a dificuldade em identificar quantos e quais significados um item lexical apresenta é uma característica intrínseca a essa tarefa, por conta de seu caráter eminentemente interpretativo, e deve ser tratada de forma análoga. Quanto ao segundo, demonstra-se que os *learners' dictionaries* avaliados optam por soluções bastante distintas e não dispõem de um parâmetro comum para o tratamento do assunto, o que reforça a necessidade de uma aplicação mais sistemática das soluções e de pesquisas sobre a influência desse componente no uso de dicionários. Com relação ao terceiro tópico, argumenta-se que o critério utilizado pelas obras para organizar as acepções – a frequência – não é tão objetivo quanto muitos metalexígrafos defendem e não parece atender às necessidades dos usuários desse tipo de dicionário, o que faz necessário que a questão receba um tratamento distinto daquele que recebe nas obras.

No terceiro capítulo, a concepção semântico-cognitiva de estrutura semasiológica é apresentada. Primeiramente, retoma-se a pesquisa de Rosch e seus colegas sobre a categorização de objetos físicos, que destaca a importância das noções de saliência e

representatividade para a estrutura das categorias. Em seguida, apresentamos, em linhas gerais, as características relacionadas à visão de categoria lexical que surgiu na Semântica Cognitiva, em grande medida, baseada nos postulados de Rosch. *Grosso modo*, entende-se que as categorias lexicais exibem efeitos prototípicos (não necessariamente coocorrentes) em sua estrutura, com a falta de definições em termos de traços necessários e suficientes, com a sobreposição entre os significados e os efeitos de saliência sendo as principais características no nível intensional. Ao final do capítulo, consideramos o reflexo desses postulados para o entendimento do fenômeno do significado lexical, destacando a flexibilidade do significado e a necessidade de um novo olhar que eles instauram ao trabalho de descrição lexical.

Dessa forma, no quarto capítulo, apresentamos os modelos de descrição da estrutura semasiológica desenvolvidos na Semântica Cognitiva Lexical: o Modelo Radial, o Modelo Esquemático e o Modelo de Grupos em Sobreposição. O Modelo Radial, relacionado principalmente aos trabalhos de Brugman e Lakoff, inaugura um paradigma de descrição da polissemia que se ancora nas noções de significado central e de motivação. Os autores propõem que um item lexical polissêmico representa uma categoria radial de significados relacionados, derivados de processos conceituais gerais (BRUGMAN; LAKOFF, 2006). O Modelo Esquemático, desenvolvido principalmente por Langacker e Tuggy, tem como noções centrais os conceitos de esquematicidade e entrenchamento [*entrenchment*]. Entende-se que a partir do uso e de processos de categorização, surgem esquemas que podem se tornar entrenchados na língua e, assim, mais salientes. É dessa forma, por exemplo, que um significado pode ser considerado mais representativo que outro para a estrutura lexical. Por último, o Modelo de Grupos em Sobreposição, desenvolvido nos trabalhos de Geeraerts, dá ênfase à noção de semelhança de família para a descrição dos significados de um item lexical, a partir da identificação de agrupamentos de atributos sobrepostos. Assim, significados de um item lexical que apresentam mais atributos em comum com os outros significados são vistos como mais salientes para a estrutura do item. Ressaltando a necessidade de um caráter interdisciplinar que funda e guia as pesquisas cognitivas, ao final do capítulo, avaliamos as propostas dos modelos em comparação com dados de estudos psicolinguísticos sobre a representação mental dos fenômenos lexicais da homonímia, polissemia e vagueza.

No quinto capítulo, procuramos integrar as três partes anteriores do trabalho. Primeiramente, apresentamos dados que fomentam a compreensão dos *learners' dictionaries* a partir do tipo, da função e do perfil de usuário dessas obras. Destacamos a utilidade que os dados obtidos através de pesquisas sobre o uso desses dicionários podem ter para orientar a estruturação dos componentes dessas obras, de forma a fornecer aos consulentes informações

mais acessíveis e condizentes com suas necessidades de consulta. Tendo como fundo teórico os modelos de descrição da semântica cognitiva lexical, propomos integrar os dados sobre a representação dos fenômenos lexicais com aqueles fornecidos pelas pesquisas sobre o uso. Com esse intuito, avaliamos a estrutura semântica do item lexical *case* e operacionalizamos uma proposta para tratar das soluções homonímica e polissêmica e da organização das acepções nos *learners' dictionaries*. A partir da utilização de um verbete com estrutura hierárquica, buscamos subsídios que permitam romper com a linearidade intrínseca aos verbetes tradicionais. Fornecemos quatro propostas para o tratamento das soluções aplicáveis a *case* que buscam explicitar, fundamentalmente, a estrutura coesa do fenômeno da polissemia. Para operacionalizar uma proposta de organização das acepções desse item, utilizamos, por um lado, duas concepções distintas de saliência intensional e, por outro, propomos tratar a característica de sobreposição entre diferentes grupos semânticos que não sejam relacionáveis hierarquicamente através da manipulação de componentes na redação das definições. Finalizamos o capítulo com uma avaliação das nossas propostas, buscando perceber de que forma nossos critérios contemplam algumas das questões apontadas pelas análises das obras e quais pontos permanecem ainda sem uma solução adequada.

Na última parte da tese, apresentamos nossas considerações finais, retomamos as hipóteses iniciais da pesquisa e indicamos as lacunas e direções futuras de nossa pesquisa.

## 2 O PROBLEMA LEXICOGRÁFICO

A ambiguidade lexical, o fato de uma mesma forma lexical apresentar dois ou mais significados distintos, é um fenômeno intensamente presente na lexicografia e uma das questões mais discutidas na literatura metalexigráfica (cf. Stock, 1983; Cowie, 2001; Hanks, 2008). Mesmo que geralmente não imponha barreiras práticas à comunicação cotidiana, a ambiguidade traz diversos problemas para a descrição linguística e suas aplicações.

Inicialmente, três conceitos básicos devem ser apresentados para fomentar as discussões nesse âmbito: homonímia, polissemia e vagueza. Para tanto, consideremos as seguintes sentenças<sup>9</sup>:

- (a) *We thought we would get a lot of crappy emails but it wasn't the case.* [Pensamos que receberíamos vários e-mails horríveis, mas não foi o caso]
- (b) *I lost my camera case a few months ago.* [Perdi a capa da minha câmera alguns meses atrás]
- (c) *About two hundred cases of ulcerated legs pass through my wards annually.* [Em torno de duzentos casos de pernas ulceradas passam anualmente pelas minhas enfermarias]
- (d) *The doctor has many cases to see today.* [O doutor tem muitos casos para ver hoje]
- (e) *I always wanted a new pencil case at the beginning of the school year.* [Sempre queria um estojo novo no começo do ano letivo]
- (f) *My jewelry case was recently stolen while vacationing in Vegas.* [Minha caixa de joias foi roubada recentemente enquanto eu passava as férias em Vegas]

A homonímia é geralmente definida como casos nos quais uma forma linguística apresenta dois ou mais significados não relacionados, ou seja, são duas palavras que, por mero acaso, acabam por compartilhar a mesma forma<sup>10</sup> (CRUSE, 2004). Um exemplo de homonímia é o que ocorre com o inglês *case* [caso/capa], com os significados “a real conjuntura de uma situação”, exemplificado pela sentença (a), e “receptáculo de proteção de um objeto”, ilustrado pela sentença (b), que não apresentam qualquer relação semântica. O primeiro sentido (e, consecutivamente, o primeiro item) tem suas origens no francês antigo *cas*, enquanto que o segundo advém do normando antigo *casse* (OED, 1933, s.v. *case* sb.<sup>1,2</sup>).

A polissemia, por sua vez, é definida como casos nos quais uma forma linguística apresenta dois ou mais significados relacionados (CRUSE, 2004). Esse fenômeno também pode ser exemplificado por *case*, com os sentidos “instância de uma doença que requer

<sup>9</sup> As sentenças foram extraídas a partir da ferramenta de pesquisa do *Google*.

<sup>10</sup> Neste trabalho, ocupamo-nos majoritariamente de casos de homônimos homógrafos homófonos, ou seja, itens que apresentam a mesma pronúncia e grafia.

tratamento médico”, como o uso na sentença (c), e “paciente”, como no exemplo (d) (OED 1933, s.v. *case* sb.<sup>1</sup>). Esse é um caso de polissemia, gerado a partir de uma extensão metonímica, na qual é feita referência à pessoa com a doença através da utilização da sua própria condição de apresentar a doença.

Apesar de ser possível definir esses fenômenos de forma aparentemente bem delimitada, a distinção entre homonímia e polissemia nem sempre é precisa, tanto é assim que esse permanece sendo um tópico corrente de discussões na semântica. Esses fenômenos lexicais podem ser avaliados em, pelo menos, duas dimensões: uma diacrônica (histórica) e uma sincrônica (semântica) (RICHARDS; SCHMIDT 2002; CRYSTAL, 1997, s.v. *polysemy and homonymy*).

Com relação à primeira, partindo-se de uma perspectiva histórica, os sentidos polissêmicos são aqueles que advêm da mesma origem etimológica, enquanto que os sentidos de itens lexicais homonímicos não possuem qualquer relação quanto a essa dimensão; as palavras, durante seu desenvolvimento histórico, por acaso, acabam por compartilhar a mesma forma linguística. A aplicação de um critério histórico/etimológico pode se tornar problemática para palavras e línguas para as quais não há documentação suficiente disponível. Além disso, o problema de até onde voltar na cronologia da língua é uma importante questão a ser considerada para uma análise histórica desses fenômenos.

Com relação à dimensão sincrônica, a percepção de uma relação de proximidade (semântica) entre os significados pode também ser considerada um critério para se realizar a diferenciação entre homonímia e polissemia, mas esse tipo de análise pode fornecer uma visão distorcida sobre o desenvolvimento dos sentidos e sobre as relações mantidas entre eles. Como Crystal (1997) aponta, geralmente uma comparação entre os dois critérios resulta em análises conflitantes.

Outro fenômeno importante que está relacionado à ambiguidade lexical é a vagueza (ou ‘generalidade’, ou ‘falta de especificação’). A vagueza não é um caso de ambiguidade, pois o que está em avaliação é apenas um significado lexical. Desta forma, ao tratar do significado de itens lexicais, abandonaremos o termo ‘ambiguidade’ e adotaremos o termo ‘multiplicidade semântica’, aparentemente capaz de abarcar os três fenômenos em questão, a homonímia, a polissemia e a vagueza. Casos de vagueza são instâncias nas quais um único significado lexical apresenta diferentes especificações conceituais (GEERAERTS, 1986). Nos exemplos (e) e (f), *case* se refere a diferentes tipos de um “recipiente utilizado para guardar objetos”, representando diferenças conceituais (“para guardar canetas e lápis” e “para guardar

objetos de valor”) que não são consideradas sentidos diferentes, mas especificações contextuais de um significado, assim, um exemplo de vagueza.

A distinção entre vagueza e polissemia tem sido um assunto tradicional de estudo na semântica lexical, e diversos testes foram propostos para distinguir entre os dois fenômenos. Contudo, não há um tratamento definitivo para essa questão, pois os diferentes testes podem gerar resultados contraditórios (GEERAERTS, 2006a)<sup>11</sup>.

Quando um lexicógrafo é, então, confrontado com uma forma lexical que possui dois ou mais significados ou nuances semânticas, diversas questões se impõem com relação a decisões de como essa estrutura deve ser apresentada no dicionário. É de fundamental importância considerar o público-alvo potencial do dicionário (o perfil de usuário pretendido), o tipo de obra em questão (sustentado por uma taxonomia) e a função do dicionário (os propósitos para os quais ele é confeccionado). Da mesma forma, é importante levar em conta que os dados linguísticos apresentados por um dicionário podem e devem ser adaptados de acordo com essas variáveis. Nesse sentido, a aplicação rigorosa dos conceitos lexicológicos de homonímia, polissemia e vagueza apresentados acima pode, muitas vezes, não ser apropriada para a prática lexicográfica.

Dessa forma, para avaliar algumas das questões lexicográficas inerentes à problemática da multiplicidade semântica, é relevante que se abordem três grupos de conceitos: (1) *lumping* e *splitting*, (2) solução homonímica e solução polissêmica e (3) organização das acepções. A apresentação desses tópicos, de forma alguma, esgota a discussão dos aspectos relevantes à multiplicidade semântica nos dicionários – e, certamente, nosso propósito não é este. Contudo, esses conceitos parecem ser um ponto de partida bastante razoável.

A primeira etapa da análise da estrutura semasiológica de um item lexical é decidir quantos e quais significados ele apresenta. Na lexicografia, os procedimentos adotados pelos lexicógrafos ao lidar com essa questão são conhecidos como *lumping* e *splitting*. O primeiro se relaciona à escolha por manter sentidos levemente distintos de um item lexical unidos na mesma acepção, enquanto que o segundo consiste na separação desses significados em acepções distintas. Numa segunda etapa, cabe definir a quantidade de entradas (verbetes) que serão apresentadas para cada item lexical, ou seja, é necessário decidir se as acepções do item

---

<sup>11</sup> No próximo capítulo, discutiremos essas noções de forma mais detalhada, mas basta avaliarmos o próprio exemplo de *case* para vermos que, na prática, essa diferença não é tão simples. Por um teste definicional, *case* em (e) e (f) são vagos entre a leitura “recipiente para guardar objetos”, contudo, intuitivamente, esses usos parecem enfatizar diferentes funções do referente.

lexical serão apresentadas em apenas uma entrada (uma *solução polissêmica*), ou se, por diferentes critérios, a forma receberá mais de uma entrada (uma *solução homonímica*). Finalmente, o último grupo de conceitos está relacionado à organização das acepções dentro do verbete: qual critério será utilizado para a organização das acepções, como as acepções serão agrupadas (se esse for o caso) e se algum recurso gráfico será utilizado para tal organização (tal como numerais, letras e etiquetas semânticas).

Neste capítulo, são apresentados dados da avaliação desses itens em quatro *learners' dictionaries*, baseados em nossos trabalhos anteriores (OLIVEIRA, 2010, 2013a, 2013b; OLIVEIRA; BUGUEÑO; SIQUEIRA, 2013). As obras escolhidas foram os “quatro maiores” [*big four*] *learners' dictionaries* do inglês britânico (JACKSON, 2002): o Cambridge Advanced Learner's Dictionary (CALD, 2008), o Collins COBUILD Advanced Learner's Dictionary (COBUILD, 2006), o Longman Dictionary of Contemporary English (LDCE, 2009) e o Oxford Advanced Learners' Dictionary (OALD, 2005). Os dados apresentados e os exemplos fornecidos são retirados dessas obras, salvo quando explicitamente mencionado.

## 2.1 *Lumping e splitting nos learners' dictionaries*<sup>12</sup>

Alguns dos significados de um item lexical são facilmente diferenciáveis. Considere, por exemplo, os sentidos de *fresh* [fresco] que estão sendo utilizados nas sentenças abaixo<sup>13</sup>:

- (a) *What had seemed so **fresh** and enticing at first was now stale, predictable.* [O que parecia, à primeira vista, tão novo e atraente era agora obsoleto, previsível]
- (b) ***Fresh** basil is much cheaper if you keep it potted.* [Manjerição fresco é muito mais barato se você cultivar em casa]

Embora exista uma relação evidente entre os dois significados de *fresh* utilizados nas sentenças, é mais do que razoável postular que eles sejam diferentes sentidos do mesmo adjetivo. Na sentença (a), *fresh* pode ser mapeado com o sentido “novo”, e, na sentença (b), ao significado “ótimo para consumo, retendo suas propriedades naturais”. Contudo, nem todos os casos são tão evidentes quanto os exemplos acima. Avaliar os significados utilizados nas sentenças a seguir<sup>14</sup> pode se mostrar mais complicado:

- (a) *Baptisia australis has indigo-blue flowers and superbly soft, bluish-grey foliage which is wonderful to use **fresh**.* [Baptisia australis possui flores azul-escuro e folhagem azul-acinzentada soberbamente macia que é maravilhosa para se usar fresca]

<sup>12</sup> Esta seção é baseada em Oliveira (2013a).

<sup>13</sup> As sentenças foram extraídas de pesquisas randômicas realizadas no *British National Corpus*.

<sup>14</sup> As sentenças foram extraídas de pesquisas randômicas realizadas no *British National Corpus*.



(b) *Fish and chips are a Northern favourite and always **fresh** here.* [*Fish and chips é um prato favorito do norte e está sempre fresco aqui*]

(c) [...] *104 varieties of **fresh** and frozen pasta [...].* [104 variedades de massa fresca e congelada]

(d) [...] *1x400g (14oz) can tomatoes [p] or 450g (1lb) **fresh** tomatoes, skinned [...].* [400g de tomate em lata ou 450g de tomates frescos sem pele]

Na sentença (a), *fresh* está provavelmente sendo utilizado para se referir a flores “recém-colhidas”, “não secas” ou ainda “não artificiais”; em (b), a um prato “recém preparado”; na sentença (c), o adjetivo está sendo contrastado com *frozen* [congelada], com o sentido de “não preservada artificialmente por um processo de congelamento”; em (d), *fresh* se refere a um alimento “não preservado artificialmente”. Embora esses usos possam parecer, em um primeiro momento, instâncias de uso de diferentes sentidos da palavra, os *learners’ dictionaries* apresentam as seguintes acepções na entrada de *fresh*:

CALD (2008)	COBUILD (2006)	LDCE (2009)	OALD (2005)
<b>fresh</b> 5 <u>NATURAL</u> (of food or flowers) in a natural condition rather than artificially preserved by a process such as freezing	<b>fresh</b> 3 <b>Fresh</b> food has been picked or produced recently, and has not been preserved, for example by being frozen or put in a tin.	<b>fresh</b> [...] 5 <u>FOOD/FLOWERS</u> a) fresh food has recently been picked or prepared, and is not frozen or preserved b) fresh flowers have recently been picked [...]	<b>fresh</b> <u>FOOD 1</u> (usually of food) recently produced or picked and not frozen, dried or preserved in tins or cans [...]

**Quadro 1.** Excerto das entradas para *fresh* nos quatro *learners’ dictionaries*

CALD (2008) opta por fornecer uma definição que se aplica tanto para alimentos quanto para flores. Ela pode ser mapeada para explicar os usos de *fresh* nas sentenças (a), (b) e (d). Contudo, não há menção a usos do tipo (c), para alimentos “recém preparados”. A definição de COBUILD (2006) abarca todos os usos de alimentos, mas não faz referência a flores, mesmo que parte da definição possa ser aplicada para explicar os usos relacionados a flores. LDCE (2009) apresenta duas definições agrupadas sob um mesmo número, uma recobrando os usos relacionados a alimentos, outra para flores. Kilgarriff (1992) aponta que a base lógica por trás do uso das subdivisões neste dicionário não é clara, mas que elas são, evidentemente, utilizadas com o intuito de apresentar sentidos que sejam mais próximos semanticamente do que aqueles que recebem numeração independente. OALD (2005) traz uma definição, que, embora não seja restrita a alimentos, apresenta traços que conjuntamente

só podem ser aplicados a eles (dificilmente, flores seriam “congeladas” ou “preservadas em latas”).

Embora a precisão com relação ao conteúdo apresentado por algumas dessas definições possa ser contestada, o que fica claro dessa breve análise é que nenhum dos dicionários apresenta o mesmo conteúdo na redação das definições. Esse fato está em sintonia com a afirmação de Taylor, Cuyckens e Dirven (2003, p.17), que dizem que “de forma alguma está óbvio o que são os significados lexicais, ou de que forma eles devem ser estabelecidos, ou, no caso das palavras presumidamente polissêmicas, quantos significados diferentes devem ser postulados”<sup>15</sup>. Na mesma linha, Fillmore e Atkins (2000, p.101) concluem com relação ao mesmo tópico na lexicografia: “até mesmo para os lexicógrafos, não existem critérios objetivos para a análise de uma palavra em seus diferentes sentidos”<sup>16</sup>.

Na verdade, a identificação dos significados dos itens lexicais é, de forma incontestável, uma das tarefas mais difíceis enfrentadas pelos lexicógrafos (KILGARRIFF, 1998; RUNDELL, 2002; LEW, 2013). Conforme apresentado acima, há duas estratégias que os lexicógrafos adotam de forma a delimitar diferentes sentidos para uma palavra: *lumping* e *splitting*. Fontenelle (2011, p.57) define *lumping* como sendo casos nos quais dois padrões de uso levemente diferentes são considerados instâncias de um único significado. *Splitting*, por sua vez, ocorre “quando o lexicógrafo separa padrões de uso levemente diferentes em significados distintos”<sup>17</sup>. A partir das definições de Fontenelle, é possível equacionar esses procedimentos com a distinção lexicológica entre polissemia e vagueza (a polissemia correspondendo ao processo de *splitting* e a vagueza, ao de *lumping*). Isso não quer dizer, de forma alguma, que os fenômenos sejam os mesmos<sup>18</sup>, mas que, de forma simplificada, *lumping* e *splitting* podem ser entendidos como as contrapartes lexicográficas desses conceitos lexicológicos.

Considere os seguintes exemplos:

**accident** [C] something bad which happens that is not expected or intended, and which often damages something or injures someone (CALD, 2008)

<sup>15</sup> [it is by no means obvious what word meanings are, nor how they are to be stated, nor, in the case of words presumed to be polysemous, just how many different meanings need to be postulated]

<sup>16</sup> [even for lexicographers there are no objective criteria for the analysis of a word into senses]

<sup>17</sup> [when the lexicographer separates slightly different patterns of usage into distinct meanings]

<sup>18</sup> Os processos de *lumping* e *splitting* podem, por exemplo, ser manipulados de acordo com a intenção do lexicógrafo, restrições de espaço etc.

**accident** [...] **2** [C] an event in which a car, train, plane etc is damaged and often someone is hurt **3** [C] a situation in which someone is injured or something is damaged without anyone intending them to be **4** [C, U] something that happens without anyone planning or intending it (LDCE, 2009)

Na primeira entrada, CALD (2008) traz apenas uma definição – uma *catch-all definition*, na terminologia de Hanks (2008) – que, se analisada mais atentamente, pode ser dividida em, pelo menos, duas acepções diferentes: “evento inesperado” e “evento inesperado com danos”, como ilustrado, respectivamente, pelas sentenças<sup>19</sup> *Her pregnancy was an accident* [sua gravidez foi um acidente] e *He lost his leg in a car accident* [ele perdeu a perna em um acidente de carro]. Dessa forma, nessa entrada, estamos diante de um caso típico de *lumping*. Na entrada extraída de LDCE (2009), esses significados são apresentados em acepções distintas (“evento inesperado” na acepção 4 e “evento inesperado com danos” na acepção 3). O que é notável nessa entrada é que a acepção de número 2, que pode ser parafraseada por “evento inesperado com danos envolvendo veículo”, poderia também ser considerada como um caso de vagueza, como uma especificação contextual do sentido apresentado em 3. Aqui, então, optou-se por adotar o *splitting*, no qual diferenciações mais esmiuçadas dos sentidos de *accident* são intencionalmente fornecidas em acepções distintas. Embora tal procedimento possa ser questionado do ponto de vista lexicológico, sua apresentação pode ser justificada em um *learners' dictionary* pelo possível status colocacional de construções do tipo **[tipo de veículo]+accident**, e, principalmente, por causa do público-alvo desse tipo de dicionário: se essa é uma combinação frequente no uso, o aprendiz irá prontamente reconhecê-la e compreendê-la ao consultar o verbete.

Resultados de uma pesquisa de pequena escala realizada por Kilgarriff (1998) mostraram que, para os lexicógrafos, a identificação dos diferentes significados de um item lexical foi considerada a segunda parte mais difícil de um projeto lexicográfico, ficando atrás apenas da tarefa de redação das definições. Além disso, a dificuldade em realizar tal tarefa é aumentada por ser:

Uma questão para a qual os livros-texto não têm nada para nos dizer, e para a qual o treinamento dos lexicógrafos é inteiramente baseado em exemplos, em grande parte pelo fato de as bases lógicas para realizar *lumping* e *splitting* serem tão pouco compreendidas, mesmo por lexicógrafos que realizam um bom trabalho.<sup>20</sup> (KILGARRIFF, 1998, p.52)

<sup>19</sup> As sentenças foram extraídas a partir da ferramenta de pesquisa do *Google*.

<sup>20</sup> [a matter on which textbooks have nothing to tell us, and lexicographers' training is entirely example-based, largely because rationales for lumping and splitting are so little understood, even by lexicographers who do the job well]

É neste sentido também que é possível uma aproximação com a distinção entre polissemia e vagueza: a definição dos fenômenos e sua diferenciação são razoavelmente claras e estáveis, mas o método empregado e sua operacionalização para a descrição lexical não são tão objetivos quanto idealmente se desejaria. Fica, assim, evidente também o quanto essa tarefa pode ser afetada pelo julgamento do lexicógrafo sobre quantos significados um item lexical possui, pois essa é uma questão interpretativa. Contudo, é fundamental frisar que, em grande parte das vezes, *lumping* e *splitting* podem ser considerados como procedimentos que envolvem escolhas realizadas pelos lexicógrafos. Como Hanks afirma (2008, p.127, itálico meu): “os lexicógrafos são, às vezes, classificados em “*lumpers*” e “*splitters*”: aqueles que *preferem* – ou melhor, *são forçados por questões de mercado* – a unir usos em uma única acepção e aqueles que isolam distinções esmiuçadas”.<sup>21</sup> Importante também na citação de Hanks é o reconhecimento da influência que as restrições editoriais impostas ao lexicógrafo podem ter nos procedimentos de *lumping* e *splitting*.

No caso específico de CALD (2008), por exemplo, parece haver uma tendência a recorrer ao *lumping* como o procedimento padrão, como pode ser constatado pela avaliação da entrada de *accident* apresentada acima e de muitas outras presentes no dicionário:

**band** [...] **STRIP 3** [C] a thin flat piece of cloth, elastic, metal or other material put around something to fasten or strengthen it, or a long narrow piece of colour, light, etc. that is different from what surrounds it [...] (CALD, 2008)

**case** [...] **PROBLEM 10** [C] a problem, a series of events or a person being dealt with by police, doctors, lawyers, etc. (CALD, 2008)

**reason** [C or U] the cause of an event or situation or something which provides an excuse or explanation (CALD, 2008)

Na definição fornecida para *band*, dois sentidos distintos são apresentados conjuntamente: “faixa para manter elementos juntos”, como utilizado na sentença *A pointe shoe employs two fabric ribbons and an elastic **band** to secure it to the foot*<sup>22</sup> [uma sapatilha de ponta utiliza duas fitas de tecido e uma faixa elástica para prendê-la ao pé], e “listra”, que implica oposição de cores em um mesmo objeto, como em *A small woodland grouse, both sexes readily identified in flight by black **band** at tip of grey tail*<sup>23</sup> [um pequeno galo silvestre, cujos sexos podem ser prontamente identificáveis através de uma listra preta no topo da cauda

<sup>21</sup> [lexicographers are sometimes classified into “lumpers” and “splitters”: those who prefer – or rather, who are constrained by marketing considerations – to lump uses together into a single sense, and those who isolate fine distinctions]

<sup>22</sup> A sentença foi extraída a partir da ferramenta de pesquisa do *Google*.

<sup>23</sup> A sentença foi extraída de pesquisas randômicas realizadas no *British National Corpus*.

cinza]. CALD (2008) opta por integrar esses dois sentidos distintos em uma única definição, unindo-os com a preposição *or* [ou]. Além disso, a redação da definição também contém dois grupos de elementos enumerativos (*piece of cloth, elastic, metal or other material* [fragmento de pano, elástico, metal ou outro material] e *piece of colour, light, etc.* [porção de cor, luz etc.]), que amplia a gama de aplicação da definição. Contudo, de acordo com Geeraerts (2001), caso fosse adotada uma noção mais tradicional de definição, considerar-se-ia que esse tipo de enumeração aberta não define a categoria, apenas a demarca parcialmente.

A segunda entrada, *case*, mostra uma situação ainda mais desconcertante: a utilização do *lumping* é tão generalizada que, na definição em questão, é possível apontar, ao menos, três sentidos diferentes que são apresentados de forma conjunta. Em primeiro lugar, tem-se o significado “problema ou série de eventos investigados pela polícia”, que se relaciona a uma investigação criminal. Segundo, no âmbito médico, a definição engloba sentidos como “problema ou série de eventos tratados por médicos”, que pode ser sinônimo dos sintomas ou da doença apresentada por um paciente, e “pessoa sendo tratada por médicos”, ou seja, o próprio paciente. Terceiro, tem-se o sentido “problema ou série de eventos tratados por advogados”, ou seja, uma questão levada à análise jurídica. Contudo, algumas das combinações de traços sugeridas pela redação da definição não fazem parte do significado do item lexical (por exemplo, os sentidos “pessoa sob os cuidados de advogados” e “pessoa sob os cuidados da polícia” são passíveis de serem utilizados de forma metonímica na comunicação online, mas eles dificilmente podem ser considerados parte da denotação do item lexical). Com o intuito de sintetizar esses argumentos, no Quadro 2, apresentamos os diferentes significados de *case* contidos nessa *catch-all definition*.

<b>Definição:</b> a problem, a series of events or a person being dealt with by police, doctors, lawyers, etc.	
<b>Significado</b>	<b>Exemplo<sup>24</sup></b>
“incidente ou conjunto de circunstâncias que requer investigação”	<i>Based on this information from the pathologist, this <b>case</b> is now classified as a homicide</i>
“instância de uma doença ou outro estado que requer tratamento médico”	<i>Many <b>cases</b> of fibrosis from trauma tend to be acute or short lasting, usually going away as recovery progresses</i>
“paciente”	<i>“GGH doctors had not sent the <b>cases</b> to other hospitals”, Mr. Rizvi said</i>
“causa ou processo levado ao tribunal para decisão”	<i>One young Boston attorney courageously took the <b>case</b> to ensure that justice was served</i>

**Quadro 2.** Significados de *case* apresentados por CALD (2008)

<sup>24</sup> As sentenças foram extraídas a partir da ferramenta de pesquisa do *Google*.

Quando essa definição é comparada àquelas trazidas pelos outros *learners' dictionaries*, o argumento se fortalece.

CALD (2008)	COBUILD (2006)	LDCE (2009)	OALD (2005)
[...] <b>PROBLEM</b> 10 [C] a problem, a series of events or a person being dealt with by police, doctors, lawyers, etc. [...]	[...] 2 A case is a person or their particular problem that a doctor, social worker, or other professional is dealing with [...] 4 a case is a crime or mystery that the police are investigating [...] 6 In law, a case is a trial or other legal inquiry [...]	[...] 7 <b>LAW/CRIME</b> [C] a) a question or problem that will be dealt with by a law court [...] c) an event or set of events that need to be dealt with by the police in order to find out if a crime has been committed and who committed it [...] 10 <b>DISEASE</b> [C] an example of a disease or a person who has a disease [...] 16 <b>PERSON</b> [C] someone who is being dealt with by a doctor, a social worker, the police etc [...]	[...] <b>POLICE INVESTIGATION</b> 4 [c] a matter that is being officially investigated, especially by the police [...] <b>IN COURT</b> 5 [C] a question to be decided in court [...] <b>OF DISEASE</b> 9 [C] the fact of sb having a disease or an injury; a person suffering from a disease or an injury [...]

**Quadro 3.** Acepções para *case* apresentadas pelos quarto *learners' dictionaries*

A situação oposta também pode ocorrer: na verdade, o uso generalizado de uma política de *splitting* pelos dicionários é reconhecido por diversos pesquisadores e metalexígrafos como um método bastante comum para aumentar o tamanho das entradas (e, assim, ressaltar a “exaustividade” do dicionário). Por exemplo, muitas obras utilizam diferenças sintáticas bastante sutis do comportamento verbal para postular a existência de um novo sentido, ou ainda variações referenciais que não constituem diferenças semânticas evidentes.

De modo geral, as diferenças no uso de *lumping* e *splitting* são um fenômeno comum de ser esperado em qualquer tipo de dicionário. A forma mais simples de tornar essa constatação evidente é comparar entradas para o mesmo item lexical em dois ou mais dicionários do mesmo tipo. É bastante improvável que se encontre um único exemplo no qual todas as obras concordem em quantos e quais significados um item lexical possui, inclusive de que forma dividi-los em acepções. O que a avaliação desses fenômenos demonstra é que a delimitação dos significados de um item lexical é uma questão hermenêutica e, assim, aberta à subjetividade e à interpretação. Além disso, a dificuldade em operacionalizar os métodos que podem ser empregado com segurança nessa tarefa (cf. Stock, 1983) aponta para uma direção na qual a concepção reificada de significado nos dicionários, como listas de pacotes portadores de sentidos, deve ser definitivamente reconsiderada.

## 2.2 Solução homonímica e solução polissêmica nos *learners' dictionaries*<sup>25</sup>

O segundo grupo de conceitos que pode ser utilizado para avaliar a forma como a multiplicidade semântica é tratada nos dicionários é o que chamamos de *solução homonímica* e *solução polissêmica* (OLIVEIRA, 2010a; 2013b). Segundo Cowie (2001), na lexicografia, tradicionalmente se pensa que o fato de duas ou mais palavras serem consideradas homônimas justificaria sua apresentação em duas ou mais entradas distintas, enquanto que casos de polissemia resultariam em sua apresentação como acepções distintas dentro de um mesmo verbete. Contudo, em alguns dicionários, isso não é o que acontece (LANDAU, 2001), e esses fenômenos podem receber um tratamento distinto daquele que seria esperado de uma descrição lexicológica.

Por exemplo, o substantivo *pop* recebe as seguintes acepções em LDCE (2009):

**pop 1** MUSIC [U] modern music that is popular, especially with young people, and usually consists of simple tunes with a strong beat  
**2** SOUND [C] a sudden short sound like a small explosion  
**3** DRINK [U, C] *informal* a sweet drink with bubbles but no alcohol, or a glass or can of this drink [...] **6** FATHER [C] *also Pops American English old-fashioned* father – used especially when you are talking to your father (LDCE, 2009)

Embora esses sentidos possam ser remetidos a três origens distintas (abreviação de *popular*, sentidos relacionados a um “som agudo” e maneira informal de se referir a pai), sendo, assim, casos de homonímia, o dicionário optou por apresentar todos esses significados em uma única entrada. Isso pode ser explicado pelos fatos de que o item polissêmico (acepções 2 e 3) apresenta poucos significados (obviamente, o tratamento dessas acepções relacionadas deveria ter sido diferente daquela dada pelo dicionário) e porque apresentar três entradas diferentes para *pop* ocuparia, pelo menos, o dobro do espaço que apenas uma entrada ocupa (questão importante com relação a obras impressas).

Além disso, ao lidar com essas questões em um projeto lexicográfico, as variáveis citadas no começo do capítulo – o perfil de usuário, a função e o tipo de obra – são de importância fundamental, pois elas devem determinar a organização desse componente no dicionário e guiar as escolhas do lexicógrafo. Um dicionário histórico certamente apresentará uma entrada distinta para cada étimo e, a seguir, fornecerá o desenvolvimento cronológico dos sentidos, como é o caso do OED (1933). Um dicionário conciso provavelmente (embora nem sempre) fornecerá apenas uma entrada para todas as acepções da palavra, por conta da

<sup>25</sup> Esta seção é baseada em Oliveira (2013b).

restrição de espaço e por seus propósitos, como faz o OCDCE (2005). Um dicionário desenvolvido para aprendizes de uma língua estrangeira de nível básico pode optar por apresentar as acepções de diferentes classes gramaticais em entradas distintas, como é o caso do OBED (2006).

Contudo, essas hipóteses nem sempre são tão simples, pois não existe apenas uma forma correta de apresentar essa informação, mesmo que as três variáveis sejam levadas em consideração. O que é importante, contudo, é estabelecer de maneira explícita qual tipo de apresentação será utilizado em cada caso e seguir o mesmo padrão durante todo o projeto, mantendo um tratamento coerente e sistemático. Assim, de forma a avaliar essa organização nos *learners' dictionaries*, neste trabalho, são utilizados os conceitos de solução homonímica e solução polissêmica. A solução homonímica ocorre quando duas ou mais entradas distintas são fornecidas para a mesma forma lexical. A divisão das entradas pode se dar por diferentes critérios: etimológico, semântico ou morfológico. COBUILD (2006) fornece duas entradas para o item lexical *bank*, uma para os sentidos relacionados à “instituição financeira”, outra para “área ao redor de um rio”.

**bank<sup>1</sup>**

1 A **bank** is an institution where people or businesses can keep their money. [...]

**bank<sup>2</sup>**

1 The **banks** of a river, canal, or lake are the raised areas of ground along its edge. [...] (COBUILD, 2006)

Nesse caso, o dicionário utiliza uma solução homonímica com base em um critério semântico. É importante diferenciar esse tipo de solução de uma por critério etimológico, pois, mesmo que os seus usos possam, muitas vezes, resultar em organizações semelhantes, elas não são equivalentes e a lógica por trás de cada uma delas é distinta. A solução homonímica por critério etimológico ocorre quando são fornecidas entradas separadas para itens que possuem diferentes origens etimológicas (o que se aproxima de uma dimensão diacrônica, sendo útil, por exemplo, a dicionários com propósitos históricos). A solução homonímica por um critério semântico acontece quando entradas distintas são criadas para acepções que não mantêm uma relação semântica aparente, nesse caso, estando mais relacionada aos propósitos sincrônicos de um *learners' dictionary*. Outra forma de solução homonímica é aquela que utiliza como critério de divisão das entradas a existência de diferentes classes gramaticais para a mesma forma linguística, ou seja, cada classe gramatical



recebe seu próprio verbete. O LDCE (2009) apresenta duas entradas para *bank*, uma para os significados do verbo e uma para os significados do substantivo.

**bank<sup>1</sup>** [...] *n*

1 PLACE FOR MONEY a) a business that keeps and lends money and provides other financial services [...]

**bank<sup>2</sup>** *v*

1 MONEY a) [T] to put or keep money in a bank [...]  
(LDCE, 2009)

Assim, esse tipo de solução aplica um critério morfológico e, por isso, a plasticidade morfológica da língua a qual o dicionário representa influencia nessa organização. O inglês, por exemplo, é uma língua na qual os processos derivacionais permitem que muitas palavras apresentem a mesma forma quando utilizadas em diferentes classes gramaticais (por exemplo, *head* substantivo e verbo, *roll* substantivo e verbo, *long* adjetivo e verbo). O português, ao contrário, assim como outras línguas românicas, não apresenta tal característica de forma tão pronunciada (*cabeça* substantivo e *encabeçar* verbo, *exílio* substantivo e *exilar* verbo, *rolo* substantivo e *enrolar* verbo). Dessa forma, um dicionário para aprendizes estrangeiros de inglês tende muito mais a adotar esse tipo de solução do que um de português.

O segundo conceito a ser introduzido é o de solução polissêmica. Ela ocorre quando os sentidos de uma forma lexical são apresentados em uma única entrada, independentemente de quaisquer relações etimológicas, semânticas ou morfológicas. Considere a seguinte entrada extraída do OALD (2005):

**bank** [...]

FOR MONEY **1** an organization that provides various financial services, for example keeping or lending money [...]

OF RIVER/CANAL **4** the side of a river, canal, etc. and the land near it [...] (OALD, 2005)

Ao contrário de COBUILD, o OALD (2005) opta por apresentar todas as acepções de *bank* em uma única entrada, sem fazer distinção quanto às relações semânticas mantidas (ou não) entre os significados do item para a inclusão no verbete. Esse tipo de solução pode ser exibido de duas maneiras: a partir do uso de uma solução polissêmica total ou de uma solução polissêmica parcial.

A solução polissêmica total é caracterizada por apresentar entradas nas quais não há subdivisões internas, independentemente de questões morfológicas e semânticas; ou seja, a entrada segue uma ordem totalmente linear. Esse é o procedimento adotado por COBUILD

(2006)<sup>26</sup>, na qual o dicionário traz as acepções para o substantivo (número 1) e para o verbo (número 3) na mesma entrada, sem nenhuma subdivisão explícita.

**bank**<sup>1</sup> [...] **1** A **bank** is an institution where people or businesses can keep their money. [...] **3** If you **bank** money, you pay it into a bank. [...] (COBUILD, 2006)

O ultimo tipo de solução é a solução polissêmica parcial. Nessa organização, as acepções são apresentadas em uma única entrada, porém com subdivisões internas para cada classe gramatical (morfológica) ou para cada grupo de acepções semanticamente relacionadas. O CALD (2008) emprega essa solução, fornecendo para cada classe gramatical um agrupamento específico, precedido da etiqueta apropriada:

**bank**

► **noun** [C] **MONEY 1** an organization where people and businesses can invest or borrow money, change it to a foreign money, etc., or a building where these services are offered [...]

► **verb** **MONEY 1** [I or T] to keep your money in a particular bank, or to put money into a bank  
(CALD, 2008)

Uma síntese dos tipos de solução é apresentada no Quadro 4, com uma breve definição de cada tipo e um exemplo.

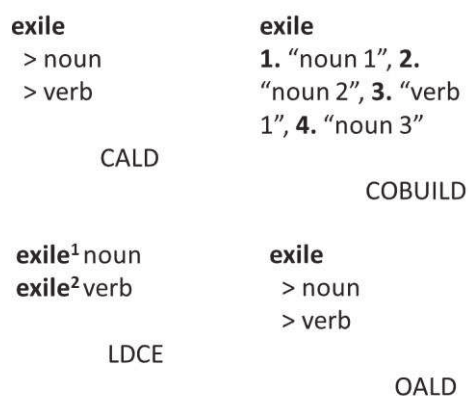
Solução	Definição	Exemplo
<b>solução homonímica – critério semântico ou etimológico</b>	mais de uma entrada para a mesma forma linguística: entradas separadas por critério semântico ou etimológico	① <b>bank</b> [...] <b>1</b> A <b>bank</b> is an institution where people or businesses can keep their money [...] ② <b>bank</b> [...] <b>1</b> The <b>banks</b> of a river, canal, or lake are the raised areas of ground along its edge [...]. (COBUILD 2006)
<b>solução homonímica – critério morfológico</b>	mais de uma entrada para a mesma forma linguística: cada classe gramatical recebe uma entrada distinta	<b>bank</b> <sup>1</sup> [...] <i>n</i> <b>1</b> PLACE FOR MONEY a) a business that keeps and lends money and provides other financial services [...] <b>bank</b> <sup>2</sup> <i>v</i> <b>1</b> MONEY a) [T] to put or keep money in a bank [...] (LDCE 2009)
<b>solução polissêmica total</b>	uma entrada por forma: acepções apresentadas em uma única entrada, em agrupamento único, independentemente de relações etimológica, semântica ou morfológica	① <b>bank</b> [...] <b>1</b> A <b>bank</b> is an institution where people or businesses can keep their money. [...] <b>3</b> If you <b>bank</b> money, you pay it into a bank. [...] (COBUILD 2006)
<b>solução polissêmica parcial</b>	uma entrada por forma: acepções apresentadas em uma única entrada, mas agrupada por classe gramatical ou por critério semântico	<b>bank</b> ► <b>noun</b> [C] <b>MONEY 1</b> an organization where people and businesses can invest or borrow money, change it to a foreign money, etc., or a building where these services are offered [...] ► <b>verb</b> <b>MONEY 1</b> [I or T] to keep your money in a particular bank, or to put money into a bank (CALD 2008)

**Quadro 4.** Tipos de soluções homonímicas e polissêmicas

<sup>26</sup> Deve-se destacar que essa obra adota dois tipos diferentes de solução, uma com relação à morfologia, outra com relação à semântica.

É interessante notar que é possível cruzar essas diferentes dimensões, no sentido de que mais de um tipo de solução é passível de ser empregado para a mesma forma no mesmo dicionário. Por exemplo, no caso de *bank*, COBUILD (2006) recorre a três tipos diferentes de solução: com relação à quantidade de entradas, ele utiliza uma solução homonímica por critério semântico para apresentar os principais significados (“financeiro e armazenamento” e “áreas de acúmulo”) e uma solução homonímica por critério morfológico para apresentar os “outros usos do verbo” que não estão semanticamente relacionados a esses dois agrupamentos principais de acepções. Com relação ao design interno de cada entrada, a obra opta por manter uma ordem linear, sem que haja qualquer subdivisão para acepções de diferentes classes gramaticais dentro de cada um dos grupos semânticos, ou seja, uma solução polissêmica total.

Com o intuito de avaliar o tratamento dispensado por cada um dos *learners' dictionaries* a essa questão, em trabalhos anteriores (OLIVEIRA, 2010a; 2013b; OLIVEIRA; BUGUEÑO; SIQUEIRA, 2013), as quatro obras foram sistematicamente analisadas. Em primeiro lugar, foi constatado que cada um dos dicionários possui um tratamento padrão em relação às soluções que adota. O CALD (2008) e o OALD (2005) utilizam uma solução polissêmica parcial (apenas uma entrada, mas com as acepções agrupadas por classe gramatical). O COBUILD (2006), na maioria das entradas, mescla uma solução homonímica por critério semântico com uma solução polissêmica total (uma entrada para acepções semanticamente relacionadas, mas intercalando acepções de diferentes classes gramaticais). Já o LDCE (2009) utiliza a solução homonímica morfológica para a divisão das entradas. Para sintetizar os dados, na Figura 1, apresentamos uma representação esquemática do tratamento dispensado ao item lexical *exile* em cada um dos dicionários.



**Figura 1.** Representação esquemática das soluções adotadas pelas obras

Em segundo lugar, embora tenha sido encontrada uma tendência na aplicação das soluções em cada uma das obras, quando os quatro dicionários são comparados entre si, torna-se evidente que eles empregam soluções bastante diferentes para tratar dos mesmos fenômenos. Se levarmos em consideração que os quatro dicionários são do mesmo tipo e têm como alvo o mesmo grupo de usuários, fica claro que não há um consenso entre as obras sobre como tratar desse aspecto num projeto lexicográfico. Dessa forma, as análises demonstram que ainda existe muita pesquisa a ser feita com relação a como organizar essa informação nesse tipo específico de dicionário.

Em terceiro lugar, foram encontradas inconsistências no emprego das soluções, pois diferentes soluções foram aplicadas na mesma obra quando o mesmo fenômeno lexical estava em questão. COBUILD (2006), por exemplo, afirma que o principal critério adotado para decidir a quantidade de verbetes fornecida para cada item lexical é o semântico. Contudo, ele utiliza uma solução homonímica para estruturar as entradas de *bank* e *case*, mas, em entradas menores, uma solução polissêmica total é empregada, como nos casos de *rocket* e *pop*.

De modo similar, OALD (2005) e CALD (2008) optam por fornecer uma entrada para cada forma, com diferentes blocos para cada classe gramatical (solução polissêmica parcial). Assim, CALD (2008) apresenta apenas uma entrada para as formas *lie*, *long* e *low*. Contudo, OALD (2005) traz uma entrada para *long* e *low* e duas entradas para *lie*, uma para as acepções relacionadas ao verbo “mentir” e o substantivo “mentira” e outra para aquelas relacionadas ao verbo “deitar-se”. Assim, quando se tratam de formas da mesma classe gramatical que não apresentam a mesma flexão (*lie*, *lies*, *lying*, *lay*, *lain* versus *lie*, *lies*, *lying*, *lied*, *lied*) OALD (2005) apresenta entradas diferentes. Pelo fato de palavras de diferentes classes gramaticais também terem, obviamente, flexões distintas, não nos parece acertada a escolha de OALD (2005) em separar as acepções em duas entradas.

Mesmo com esses resultados, é surpreendente que poucos trabalhos (meta)lexicográficos que abordem esse tema nos *learners' dictionaries* tenham sido encontrados (na verdade, a grande maioria deles apenas apresenta o assunto *en passant* como faz Cowie, 2001). Não foi encontrada nenhuma pesquisa sobre a influência desse componente no processo de consulta, que avaliasse, por exemplo, através de experimentos, a relação entre o tempo de consulta, a escolha apropriada da informação buscada e a organização desse componente. Assim, não é exagero afirmar que, com relação à utilização das soluções homonímica e polissêmica nos *learners' dictionaries*, urge o desenvolvimento de mais pesquisas teóricas e, principalmente, daquelas focadas a influência dessa estruturação no uso dessas obras.

### 2.3 Organização das acepções nos *learners' dictionaries*

O terceiro grupo de conceitos que serão discutidos nesse capítulo é a ordenação das acepções e seu agrupamento. Embora este tópico tenha sido matéria de trabalhos bastante representativos na literatura lexicográfica, a organização das acepções está longe de ser uma questão resolvida. Os motivos para tal incluem os seguintes: (i) alguns dos trabalhos apenas apresentam os diferentes tipos de ordenação disponíveis, sem que haja uma discussão mais aprofundada a respeito de suas implicações, problemas e vantagens, (ii) alguns deles simplesmente defendem a utilização de um dos tipos de organização em vez de outros, sem um maior aprofundamento sobre os motivos para tal, e (iii) com exceção de alguns tipos muito específicos de dicionários, há pouca (se não nenhuma) evidência teórica e empírica das vantagens na utilização de um tipo de ordenamento e não outro.

A definição fornecida por Hartmann e James (2002, s.v. *sense ordering*) para ‘ordenação das acepções’ em seu dicionário de lexicografia parece ser um bom começo para a discussão desse componente que influencia sobremaneira a microestrutura do dicionário:

#### **ordenação das acepções**

Princípios através dos quais as acepções de uma palavra ou sintagma são organizadas na entrada do dicionário. A ordem pode ser histórica (de acordo com as mudanças semânticas que a palavra sofreu desde sua primeira ocorrência na língua), lógica (de acordo com o significado percebido como “central” através do qual os outros surgiram, p. ex. por extensão metafórica), ou por frequência (de acordo com o quão frequente ela ocorre em um *corpus* textual). Na prática, esses diferentes princípios nem sempre são explícitos, ou são utilizados em combinações não explicadas.

► Kipfer 1984<sup>27</sup> (HARTMANN; JAMES, 2002)

Em primeiro lugar, com relação à terminologia empregada pelos autores, *ordenação das acepções* [*sense ordering*, em inglês], no presente trabalho, decidiu-se por empregar, em oposição, o termo *organização das acepções* [*sense arrangement*], pois o primeiro pode ser interpretado de duas maneiras distintas: como a ordem linear de apresentação das acepções, ou como o posicionamento das acepções em conformidade com algum procedimento de organização (não necessariamente relacionado de forma exclusiva com qual acepção vem

<sup>27</sup> [**sense ordering**

The principles by which the senses of a word or phrase are arranged within a dictionary entry. The order may be historical (according to the semantic changes the word has undergone since its first occurrence in the language), logical (according to the perceived ‘core’ meaning from which others have developed, e.g. by metaphorical extension), or by frequency (according to how often it occurs in a text corpus). In practice these different principles are not always made explicit, or are used in unexplained combinations. ► Kipfer 1984]

antes ou depois da outra). O segundo termo, organização das acepções, tem apenas uma interpretação possível: como um procedimento para organizar as acepções, e é esse o sentido que pretendemos aqui.

Em segundo lugar, pode-se notar que, após a definição do termo, apenas uma leitura complementar sobre o tema é sugerida pelos autores (Kipfer, 1984), enquanto que, para outros tópicos relacionados, Hartmann e James (2002) fazem referência a diversas leituras adicionais (por exemplo, oito trabalhos são listados em *definition*, e cinco para *sense*). Embora seja uma constatação puramente fenomenológica, esse fato contribui para reforçar nossa afirmação de que o tópico ‘organização das acepções’ ainda não constitui um tema plenamente desenvolvido na lexicografia.

A organização das acepções é, assim, o conjunto de critérios a partir do qual as acepções de um lema são organizadas dentro de uma entrada do dicionário. A primeira forma de organizar as acepções apresentada por Hartmann e James (2002) é o critério histórico. O critério histórico pode ser interpretado como um de tipo diacrônico, no qual o foco recai sobre o desenvolvimento semântico cronológico dos significados, enquadrando-se, por exemplo, nos propósitos de um dicionário etimológico. Como os autores afirmam, às vezes, os critérios de organização podem ser utilizados em combinação, e esse é geralmente o caso quando o critério histórico é aplicado a um dicionário etimológico, pois as acepções relacionadas podem ser agrupadas para facilitar a apresentação (mesmo que alguns dos sentidos possam ter surgido muito tempo depois do primeiro a ser apresentado no agrupamento). Um obstáculo comum que se encontra no emprego desse critério é encontrar fontes textuais confiáveis para estabelecer a ordem histórica precisa na qual cada acepção realmente começou a ser utilizada (WERNER, 1982). Além disso, em um dicionário com propósitos sincrônicos, não há qualquer justificativa para a adoção desse critério de organização, pois os usuários de tal obra possivelmente terão que percorrer toda a entrada antes de localizar a acepção que estão buscando, que é, provavelmente, uma recente (SVENSÉN, 2009).

O segundo critério apresentado é o lógico, no qual as acepções do lema são apresentadas a partir de um significado central (ou significados centrais) através do qual essas outras extensões de sentido podem ser explicadas. Esse critério pode ser aplicado tanto para dicionários sincrônicos quanto diacrônicos, pois a principal lógica por trás de seu uso é a apresentação das acepções através da explicação lógica a respeito de qual outro significado deu origem a eles. Contudo, cabe destacar que “as relações semânticas representadas aqui não

devem ser entendidas como um reflexo do desenvolvimento diacrônico”<sup>28</sup> (SVENSÉN, 2009, p.363). Uma questão importante enfrentada pelos lexicógrafos ao aplicar esse critério diz respeito à definição do(s) significado(s) central(is). Seria o significado central aquele que permite explicar a maioria dos outros significados? Seria ele o cronologicamente mais antigo? Considerando a dificuldade em estabelecer qual seria o significado central de um item lexical, muitos autores afirmam que esse critério acaba por se tornar deveras subjetivo para poder ser utilizado de maneira científica (SVENSÉN, 2009). Outra questão tem a ver com a explicação da relação mantida entre os sentidos, que muitas vezes é vista como especulativa e intuitiva (WERNER, 1982), principalmente porque, algumas vezes, se alguns significados intermediários de um item lexical forem excluídos da entrada, pode ser difícil explicar a relação sincrônica entre os outros significados.

O último princípio de organização apresentado é o da frequência. Nesse tipo de procedimento de organização, as acepções do item são apresentadas em uma ordem decrescente de ocorrência numérica em um *corpus*. Por esse motivo, esse critério se adéqua a um modo sincrônico de apresentação das acepções de um item lexical. Kipfer (1983) defende a utilidade prática desse critério de organização, posto que ele supostamente reflete a forma como a língua é realmente utilizada. Além disso, ela se posiciona a favor do uso desse critério pois algumas pesquisas demonstraram que os consulentes tendem a finalizar sua consulta ao dicionário logo após lerem a primeira definição. Werner (1982) aponta que, em um dicionário com esse tipo de organização, o processo de consulta será mais fácil, pois os sentidos mais utilizados de um item são apresentados logo no começo da entrada. Em consonância com essa afirmação, Scholfield (1999, p.27) diz que se acredita que uma organização guiada pela frequência “auxilia o usuário de forma máxima, pois, em média, ele terá que percorrer o número mínimo de entradas e subentradas até chegar àquela que contém o significado relevante para o contexto no qual ele se deparou com a palavra”<sup>29</sup>.

Em Oliveira (2010a) e Oliveira, Bogueño e Siqueira (2013), foram avaliados os critérios utilizados pelos quatro *learners' dictionaries* (CALD, 2009; COBULD, 2006; LDCE, 2009; OALD, 2005) para a organização das acepções em seus verbetes. As quatro obras analisadas afirmam utilizar a frequência como critério de organização. Nos trabalhos citados, foram extraídas seis entradas de itens lexicais escolhidas aleatoriamente, com o

---

<sup>28</sup> [the semantic relationships shown here are not presumed to reflect a diachronic development]

<sup>29</sup> [maximally helps the user, who will on average have to scan the least number of entries and subentries before reaching the one with the relevant meaning for the context where he or she has met the word]

intuito de comparar os dicionários e de avaliar a adequação da aplicação desse critério em particular para esse tipo de obra.

Foi constatado que frequentemente (e, na verdade, em quase todos os casos) os dicionários apresentavam uma ordenação<sup>30</sup> bastante distinta ao organizar as acepções, mesmo que todos eles alegassem utilizar a frequência como critério para tal. Se, como Svensén (2009, p.364) argumenta, “agora é possível determinar, através de dados de *corpus*, a frequência dos diferentes sentidos, [de forma que] uma ordem decrescente de frequência pode ser estabelecida”<sup>31</sup>, como a divergência encontrada entre os dicionários na organização das acepções pode ser explicada? Consideramos que há, ao menos, duas razões centrais para explicar esse fato. Em primeiro lugar, a frequência não parece ser um critério tão objetivo para guiar a organização das acepções, pois é altamente sensível à composição do *corpus* (LEW, 2009). Dessa forma, *corpora* diferentes podem gerar resultados quantitativamente distintos. O segundo motivo é pragmático: os softwares lexicográficos simplesmente ainda não são sofisticados o suficiente para permitirem um trabalho completamente automático (ATKINS; RUNDELL, 2008). A tarefa, assim, acaba por ser analítica e manual, e, como tal, sujeita à interpretação e ao julgamento humanos, levando ao panorama descrito por Kilgarriff (2008), de que *corpora* e propósitos diferentes podem levar a sentidos diferentes.

Aqui, podemos considerar também a influência que o fenômeno do *splitting* terá na aplicação de uma organização baseada na frequência, assim como a consideração de acepções com diferente conteúdo definicional. Parece ser bastante razoável afirmar que, dependendo da forma como os significados de um item lexical são separados, a quantidade de ocorrência de cada um deles irá variar. Se, por exemplo, está sendo realizada uma classificação das ocorrências de *accident* em um *corpus* utilizando-se como referência o significado “evento desagradável, especialmente em um veículo, que ocorre de forma inesperada e causa ferimento ou dano”, ou o sentido “colisão automobilística”, os dados quantitativos resultantes das análises serão bastante diferentes e influirão na frequência de ocorrências de um significado em comparação com os outros, dessa forma, mudando a ordem de disposição das acepções. Nesse sentido, as considerações de Hanks são esclarecedoras:

Às vezes, os linguistas de *corpus* falam como se as interpretações surgissem plenas do *corpus*, intocadas pelas mãos humanas. Não. O *corpus* contém traços de eventos de significado [*meaning events*]; o dicionário contém listas de potenciais de significado. Mapear um no outro é uma tarefa complexa, para a qual as ferramentas e

<sup>30</sup> Como estamos falando de frequência, o termo ordenação cabe nesse contexto.

<sup>31</sup> [it is now possible to ascertain, by means of corpus data, the frequency of different senses, an order of descending frequency can be established]



procedimentos adequados ainda precisam ser desenvolvidos<sup>32</sup>  
(HANKS, 2008, p.130)

Além da questão de método, de modo importante, mesmo que alguns autores afirmem que a frequência é um meio válido e confiável de organizar as acepções em um dicionário, ainda não foi fornecida qualquer evidência empírica que comprove que tal organização realmente traga vantagens práticas para os usuários dos dicionários. Surpreendentemente, não foram encontrados estudos que avaliem a influência dos diferentes critérios de organização das acepções na precisão e no tempo de consulta. Ao invés disso, alguns autores reconhecem o problema que esse critério pode trazer para o usuário, no sentido de que significados que são semanticamente relacionados podem ser apresentados com muita distância um dos outros dentro do verbete (WERNER, 1982). A respeito especificamente dos *learners' dictionaries*, Svénson (2009, p.364) afirma que “na aprendizagem vocabular, [...] o sistema [de organização baseado na frequência] geralmente tem a desvantagem de obscurecer as interconexões entre os significados”<sup>33</sup>. Essa constatação vai na direção oposta ao que Hanks (1988) defende como sendo o mais adequado aos dicionários: ele afirma que uma parte necessária de se obterem explicações claras nos dicionários está relacionada à apresentação agrupada de acepções que são semanticamente relacionadas, e um critério baseado na frequência, inevitavelmente, quebra a apresentação coerente dos significados de uma palavra. Nas palavras do autor: “Uma entrada do dicionário organizada com a utilização rigorosa de uma ordenação por frequência torna-se uma mistura confusa, cortando e mudando de forma violenta de um tema para outro e retornando novamente”<sup>34</sup> (HANKS, 1988, p.53). Essa afirmação se torna óbvia se avaliarmos o seguinte verbete:

**case**

**1** EXAMPLE [...] an example of a particular situation or of something happening [...]

**2** SITUATION [...] a situation that exists, especially as it affects a particular person or group [...]

**8** BOX/CONTAINER [...] a) a large box or container or box in which things can be stored or moved [...]

**10** DISEASE [...] an example of a disease or a person who has the has a disease [...] (LDCE, 2009)

<sup>32</sup> Corpus linguists sometimes speak as if interpretations spring fully fledged, untouched by human hand, from the corpus. They don't. The corpus contains traces of meaning events; the dictionary contains lists of meaning potentials. Mapping one onto the other is a complex task, for which adequate tools and procedures remain to be devised

<sup>33</sup> [in vocabulary learning, [...] the system [of a frequency-based arrangement] often has the disadvantage of obscuring the interconnections between senses]

<sup>34</sup> [A dictionary entry arranged in strict order of frequency comes across a confusing jumble, chopping and changing madly from one theme to another and back again]

LDCE (2009) apresenta a acepção para “recipiente” entre as acepções de “exemplo”, “situação” e “instância de uma doença”, mesmo que haja uma relação semântica evidente entre os significados das acepções 1, 2 e 10 e que a lógica explicativa das extensões semânticas se perca. Da mesma forma, sistematicamente, os dicionários avaliados não diferenciam acepções relacionadas (com pouquíssimas exceções de significados metonímicos e casos mais complexos de delimitação entre vagueza e polissemia). Mas, de modo geral, pelo próprio uso do critério de frequência, há pouca ou nenhuma preocupação em agrupar acepções semanticamente relacionadas.

O ultimo aspecto relacionado à utilização da organização baseada na frequência nos *learners' dictionaries* diz respeito a sua relação com a aprendizagem vocabular. Van der Meer (1999) afirma que o desenvolvimento do vocabulário é uma importante função dos *learners' dictionaries*, e que a ciência das extensões de sentido é um aspecto vital da aprendizagem vocabular. Todos esses argumentos estão em clara oposição à utilização de uma ordenação das acepções baseada na frequência.

Resumidamente, o critério de frequência em si mesmo não é tão objetivo quanto parece. Também não foi demonstrado que ele seja um critério organizacional útil para a apresentação das acepções para o aprendiz de uma língua, principalmente por quebrar com a coerência lógica existente entre os significados de um item lexical. Por conta desses dados, parece necessário que se busque outro tipo de tratamento para a questão.

## 2.4 Panorama dos dados

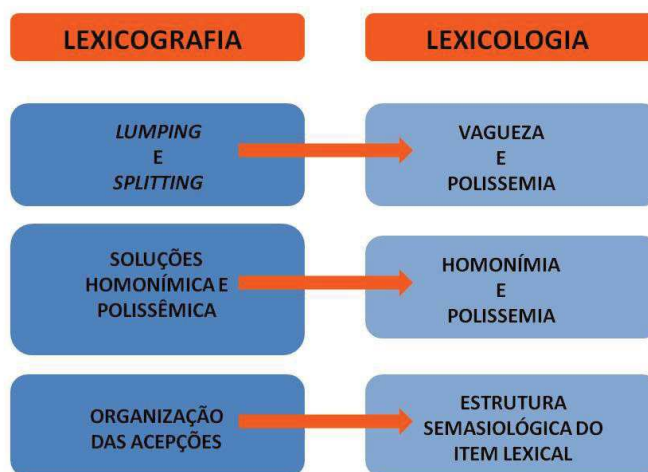
Neste capítulo, introduzimos os problemas trazidos pela multiplicidade semântica para a organização das entradas de *learners' dictionaries*. Os conceitos de homonímia, polissemia e vagueza – tipicamente utilizados na lexicologia para definir e operacionalizar a descrição lexical – foram substituídos, nesse caso, por suas contrapartes lexicográficas. De forma a fornecer uma visão voltada à lexicografia sobre as questões práticas da apresentação dos verbetes para itens lexicais com mais de um significado, discutiram-se os conceitos de *lumping*, *splitting*, *solução homonímica*, *solução polissêmica* e *organização das acepções*.

Demonstramos que os fenômenos de *lumping* e *splitting* refletem o quão instável, hermenêutico e difícil é decidir quantos significados um item lexical possui. Mesmo que a definição dessas estratégias seja, de certa forma, simples, pouco se fala sobre sua operacionalização e não há um consenso metodológico sobre como identificar os significados

dos itens lexicais. Identificamos que esses conceitos são a contraparte lexicográfica da distinção lexicológica entre polissemia e vagueza.

Com relação às soluções, mostrou-se que não há acordo entre os *learners' dictionaries* a respeito de qual tipo de solução empregar: as obras analisadas utilizam diferentes configurações das soluções e não foram encontrados trabalhos que abordem esse assunto. Sugerimos que as soluções homonímica e polissêmica podem ser entendidas como a contraparte lexicográfica da distinção entre homonímia e polissemia.

Finalmente, foram apresentados os critérios utilizados na organização das acepções. Defendemos que a frequência, critério utilizado pelos *learners' dictionaries* para organizar as acepções, não parece ser apropriada para os usuários desse tipo de obra e ainda apresenta muitas restrições metodológicas para sua aplicação. Argumentou-se que a organização das acepções é um aspecto de fundamental importância para o aprendiz de uma língua, pois ela pode fornecer a ele um panorama mais completo da relação mantida entre os significados de um item lexical, potencializando um possível ganho vocabular. Dessa forma, a organização das acepções pode servir como uma forma de apresentar ao consultante a estrutura semasiológica geral de um item lexical.



**Figura 2.** Contrapartes lexicográficas dos conceitos lexicológicos

### 3 TEORIA PROTOTÍPICA E CATEGORIAS LEXICAIS

Na Semântica Cognitiva, a multiplicidade semântica evoca questões importantes, que vão desde problemas tradicionalmente já abordados por outras teorias lexicais – como a natureza do significado linguístico, o papel dos traços semânticos (primitivos) e a adequação dos métodos de identificação e descrição dos significados dos itens lexicais –, até questões que, para algumas teorias, são consideradas como externas a uma investigação propriamente linguística – como os estudos relacionados à representação mental dos significados de itens lexicais ambíguos (TAYLOR, 2003a). A retomada pelo interesse sobre o fenômeno da polissemia é, inclusive, considerada como sendo uma das principais contribuições da Linguística Cognitiva para a lexicologia, assim como o esforço por incluir a flexibilidade e instabilidade do significado aos modelos de descrição das estruturas semânticas (GEERAERTS, 2006a).

Embora, nessa abordagem, o estudo da polissemia possa ser considerado, de certa forma, uma retomada de antigas questões semântico-lexicais, especialmente no que diz respeito aos mecanismos de extensão de significado (amplamente já discutidos pela escola histórico-filológica), o cerne da concepção proposta pela Semântica Cognitiva Lexical vai além dessas abordagens antecessoras. Mesmo que a teoria não conste com um modelo homogêneo amplamente aceito de descrição da estrutura lexical, a concepção semântico-cognitiva de estrutura semasiológica pode ser entendida a partir de um centro comum. Com sua gênese ancorada em postulados da Teoria Prototípica, a noção que se desenvolveu dá uma nova ênfase às relações semânticas mantidas entre os diferentes significados de um item lexical, substituindo o foco anterior, que recaía sobre os pares de significados (o já existente e a extensão), para uma visão mais ampla, na qual a importância repousa sobre o agrupamento de significados do item lexical como um todo. Desta forma, pode-se dizer que, nessa abordagem, o estudo das categorias lexicais cobre a descrição da estrutura semântica multidimensional apresentada por itens lexicais.

Na primeira parte deste capítulo, apresentaremos os principais postulados e características relacionados à Teoria Prototípica. A partir da constatação de que as categorias apresentam assimetrias, tanto internas, quanto em comparação a outras categorias (diferenças de representatividade entre seus membros e existência de níveis mais salientes), postula-se que dois princípios básicos norteiam o sistema humano de categorização, a economia cognitiva e a percepção de uma estrutura correlacional. Esse sistema pode gerar dois níveis de

saliência nas categorias, um nível taxonômico, chamado de nível básico, e um nível horizontal, responsável pelos efeitos prototípicos (ROSCH, 1999; LAKOFF, 1987). Esses conceitos serão apresentados, com especial atenção ao último nível.

Na segunda parte do capítulo, será discutida a concepção de significado lexical utilizada pela Semântica Cognitiva, especialmente a que se desenvolveu a partir da Teoria Prototípica. Será argumentado que os níveis semântico e referencial possuem o mesmo tipo de estruturação, ou seja, os mesmos fenômenos que ocorrem em nível referencial também ocorrem no nível dos significados: diferenças de peso estrutural, relações estruturais e problemas de demarcação (GEERAERTS; GRONDELAERS, 2002). Consequentemente, a flexibilidade intrínseca a significados individuais se reflete também na estrutura geral das categorias semânticas, de forma que a estrutura semasiológica de uma palavra terá que ser entendida como multidimensional.

Por fim, na terceira parte do capítulo, serão abordadas as questões envolvidas na demarcação dos tipos de multiplicidade semântica. Primeiramente, as noções de monossemia e polissemia serão discutidas. Optando-se por um ponto de vista polissêmico, os problemas envolvidos na diferenciação, por um lado, entre polissemia e homonímia e, por outro, entre polissemia e vagueza levarão a um caminho no qual no qual a flexibilidade e a instabilidade do significado lexical constituirão, necessariamente, o ponto de partida para abordar a questão do significado lexical. Dessa forma, a viabilidade de se analisar o significado lexical a partir de dicotomias tradicionais, como níveis de análise referencial e denotacional e significados linguístico e extralinguístico, também será questionada e reinterpretada.

### **3.1 Teoria Prototípica e categorização**

Mesmo que seja uma simplificação falar em uma única Teoria Clássica dos conceitos, uma ideia bastante difundida em diversas das teorias mais tradicionais que discutem a noção de conceito é de que a maior parte deles – especificamente os conceitos lexicais – possui uma estrutura definicional, ou seja, que os conceitos apresentam condições necessárias e suficientes para sua aplicação. Considerando, por exemplo, o conceito amplamente discutido BACHELOR, com base nessa abordagem, pode-se dizer que ele constitui uma representação mental complexa composta de representações estruturalmente mais simples (traços ou até mesmo primitivos) que especificam as condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para que algo faça parte de sua extensão.

Dessa forma, traços como *HOMEM*, *ADULTO* e *NÃO CASADO* compõem a estrutura definicional de *BACHELOR* e serviriam como base para processos fundamentais como a aquisição de conceitos e a categorização. Laurence e Margolis (1999, p.11) resumem que, na visão clássica, a categorização é “um processo de checagem para ver se os traços que fazem parte de um conceito são satisfeitos pelo item sendo categorizado”<sup>35</sup>. Assim, um ser humano adulto do sexo masculino que não é casado satisfaria as condições para ser enquadrado no conceito *BACHELOR*.

Esse paradigma de categorização foi adotado por diversas abordagens na filosofia, antropologia, psicologia e linguística. Contudo, apesar de ser uma teoria com grande poder explicativo, diversas críticas a esse modelo surgiram. Uma das mais célebres discussões é a trazida pelo filósofo Ludwig Wittgenstein (1999 [1953]). Ao avaliar as características essenciais que poderiam ser atribuídas à extensão do conceito *JOGO*, ele apontou para a inexistência de algo comum a todos eles. Wittgenstein defende, ao contrário, que, ao se avaliar a extensão da categoria, diversas características se entrecruzam e que alguns tipos de jogos podem ser considerados melhores exemplos da categoria do que outros. Essas afirmações se opõem completamente à ideia central da Teoria Clássica.

Outra importante oposição ao paradigma definicional é a Teoria Prototípica, que tem origem no trabalho da psicóloga cognitiva Eleanor Rosch. Nos anos 1970, a partir de dados de Berlin e Kay sobre os fenômenos de saliência encontrados na categorização de cores e de Brown e Berlin sobre o nível básico, Rosch passou a conduzir experimentos que visavam a avaliar se os mesmos tipos de efeitos de saliência também ocorriam na categorização de objetos físicos (LAKOFF, 1987; ROSCH, 1999). Em uma série de estudos experimentais, Rosch e seus colegas avaliaram de que forma os objetos físicos eram percebidos e categorizados por seres humanos. Sistemáticamente, Rosch constatou que as categorias apresentavam assimetrias tanto internas quanto em comparação com outras categorias. A partir dos resultados dessas pesquisas, que convencionalmente se denomina Teoria Prototípica, a concepção tradicional de categorias como um grupo homogêneo de entidades agrupadas por traços comuns, definidas por um conjunto de características conjuntamente necessárias e suficientes, foi fortemente questionada.

Certamente, a categorização é um dos processos cognitivos mais básicos desempenhados pelos seres humanos. A partir da identificação de semelhanças e diferenças entre entidades, essa capacidade fundamental de raciocínio permite o agrupamento de

---

<sup>35</sup> [a process of checking to see if the features that are part of a concept are satisfied by the item being categorized]

entidades como instâncias de mesmo tipo (TAYLOR, 2003a). Nas palavras de Rosch et al. (1976, p.382), “uma das funções mais básicas de todos os organismos é a capacidade de realizar cortes classificativos no ambiente através dos quais estímulos não idênticos podem ser tratados como equivalentes”.<sup>36</sup>

Segundo Rosch (1999), dois princípios são responsáveis pela formação das categorias. Em primeiro lugar, entende-se que a função de um sistema de categorias é ser maximamente informativo através da utilização do mínimo de esforço cognitivo, ou seja, apresentar economia cognitiva. Dessa forma, é vantajoso ao sistema perceber um determinado estímulo como equivalente a outros de uma mesma categoria e diferente de outros que não fazem parte dela. Em segundo lugar, os objetos do mundo são percebidos a partir de uma estrutura correlacional, na qual atributos coocorrem em combinações que permitem que sejam feitas previsões sobre o pertencimento ou não desse objeto a uma determinada categoria. Por exemplo, se determinado animal possui asas, é muito mais provável que ele também tenha penas do que apresente pelos, pois a combinação asas e penas tem uma probabilidade muito maior de coocorrer do que asas e pelos, porque isso é um fato do mundo. Esse princípio é chamado por Rosch de estrutura de mundo percebido [*perceived world structure*].

Essas duas características básicas do sistema de categorização influenciam para que sejam geradas duas dimensões de saliência nas categorias, uma no nível de inclusão, taxonômica, outra quando o mesmo nível de inclusão é considerado, horizontal.

Considerando-se o nível de inclusão das categorias, quanto mais abstrata uma categoria for, mais inclusiva ela será. Por exemplo, numa taxonomia que inclui *móvel > cadeira > cadeira de balanço*, *móvel* é a categoria mais abstrata, portanto, a que inclui mais elementos equivalentes em alguma dimensão. Porém, em uma série de experimentos, Rosch et al. (1976) buscaram demonstrar que nem todos os níveis dentro de uma taxonomia são igualmente úteis e cognitivamente salientes. Ao contrário, existiria um nível mais básico de categorização que seria o mais inclusivo (portanto, abstrato) no qual as categorias espelham a estrutura de atributos percebida no mundo. A partir disso, Rosch destaca o papel central da percepção de mundo no seu modelo, que é totalmente dependente de fatores físicos, funcionais e sociais do ser realizando a categorização.

Para operacionalizar essa noção de estrutura correlacional, Rosch se utiliza do conceito probabilístico *cue validity* [validade da pista]. Segundo ela, “a validade de determinada pista *x* como um preditor da categoria *y* [...] aumenta conforme aumentar a

---

<sup>36</sup> [One of the most basic functions of all organisms is the cutting up of the environment into classifications by which nonidentical stimuli can be treated as equivalent]

frequência com a qual a pista  $x$  for associada à categoria  $y$  e diminui conforme aumentar a frequência com a qual a pista  $x$  for associada a categorias que não a  $y$ ”<sup>37</sup> (ROSCH et al. 1976, p.384). A *cue validity* de uma categoria é a soma das *cue validities* de todos os atributos associados à categoria, assim, as categorias que possuem uma *cue validity* mais alta são mais diferenciadas das outras categorias, recebendo, portanto, um status cognitivamente diferencial, o de nível básico.

Retomando o exemplo, é no nível de abstração da categoria *cadeira* que perceptual e informacionalmente encontram-se os cortes mais básicos da categoria que permitem diferenciá-la de outras como *mesa* e *armário*. É, portanto, nesse nível que a junção de atributos funcionais e perceptuais do mundo real forma descontinuidades e cortes básicos nessas descontinuidades, de modo que a maioria dos objetos compartilha atributos de forma nem tão específica, nem tão genérica. É nesse nível da taxonomia que se tem o máximo de *cue validity*. No caso do superordenado *móvel*, os membros compartilham poucos (ou nenhum) atributos, assim, a *cue validity* é baixa. Já no nível dos subordinados, como *cadeira de praia* e *cadeira de escritório*, há um grande compartilhamento de atributos com outras categorias de mesmo nível hierárquico, o que ocasiona uma *cue validity* baixa e adiciona pouca informação.

Outra questão importante relacionada a esse nível também diz respeito à experiência física. Os elementos de uma categoria de nível básico são aqueles com os quais geralmente nos relacionamos primeiro fisicamente (ROSCH et al. 1976). Sentamos em uma cadeira, não em um móvel; falamos de cachorros, não de fox paulistinhas; tocamos piano, não instrumento musical ou piano de cauda. Além disso, interagimos de forma bastante semelhante com os elementos subordinados a categorias de nível básico: sentamos da mesma forma em cadeira de rodas e em cadeiras comuns; brincamos com cockers da mesma forma que com labradores etc.

Outros resultados dos experimentos relatados em Rosch et al. (1976) também sugeriam que o nível básico é o nível mais abstrato no qual é possível encontrar uma representação visual unitária para a categoria, é aquele mais rapidamente nomeado pelas pessoas quando comparado aos outros níveis na taxonomia, é o nível mais utilizado por adultos como opção denominativa e é o primeiro a ser adquirido por crianças. Mesmo que posteriormente alguns desses dados tenham sido revistos, é impossível negar a importância

---

<sup>37</sup> [The validity of a given cue  $x$  as a predictor of a given category  $y$  [...] increases as the frequency with which cue  $x$  is associated with category  $y$  increases and decreases as the frequency with which cue  $x$  is associated with categories other than  $y$  increases].



que a noção de nível básico como um nível de saliência para a cognição exerceu nos estudos da área.

A segunda dimensão de saliência avaliada por Rosch diz respeito à estrutura interna das categorias. Apesar da importância perceptiva atribuída à coocorrência de atributos na categorização, essa noção não pressupõe que tais agrupamentos sejam estanques. Ao contrário, mesmo que, intuitivamente, os sujeitos tendam a pensar que elementos façam parte de uma categoria pelo fato de compartilharem atributos em comum (ROSCH; MERVIS, 1975), os membros de uma categoria não precisam todos compartilhar um ou mais atributos para que sejam considerados como instâncias de um mesmo grupo. Além disso, um fato bastante documentado é a existência de diferenças quanto à percepção de tipicidade a respeito de diferentes elementos de uma categoria (ROSCH, 1999). Carro, por exemplo, é julgado como um exemplo mais prototípico de *veículo* do que patinete. Questões como essas já tinham sido discutidas na semântica lexical e na filosofia e serviram de base para as investigações empíricas psicolinguísticas propostas por Rosch e seus colegas.

Wittgenstein (1999), em sua análise do item *jogo*, argumenta que não há uma característica que seja comum a todos os membros do conjunto do que nos referimos por *jogo*. Esses elementos, na verdade, se organizam de forma que existem agrupamentos de traços compartilhados por alguns membros, assim como os membros de uma família compartilham traços de semelhança entre si, “que se envolvem e se cruzam mutuamente” (WITTGENSTEIN, 1999, p.52).

Com base nessa noção de semelhança de família proposta por Wittgenstein, Rosch e Mervis (1975) se propõem a analisar empiricamente a proposta do filósofo a respeito da estrutura interna das categorias de que, ao contrário do que a visão clássica prevê, a semelhança de família seria o que une os vários referentes de uma palavra. Outra hipótese básica das autoras é que, devido a essa estruturação, aqueles membros que apresentam mais atributos em comum com os demais membros da categoria adquiririam uma saliência dentre os membros da categoria, passando a ser considerados mais representativos. Essas instâncias que são mais claramente reconhecidas como membros de determinada categoria receberam o nome de protótipos (ROSCH, 1999).

A noção de *cue validity* é também utilizada para operacionalizar essas noções. Isso porque, segundo a hipótese, as instâncias prototípicas são aquelas que, além de apresentar os atributos mais representativos da categoria, possuem também menos atributos em comum em comparação com as categorias do mesmo nível hierárquico (ROSCH et al., 1975; ROSCH,

1999). Dessa forma, os protótipos surgem como um reflexo da estrutura de redundância da categoria.

Nos experimentos relatados em Rosch e Mervis (1975), diversos dados interessantes surgem. Primeiramente, como citado acima, as categorias superordenadas são aquelas para as quais os sujeitos conseguiram apontar menos características comuns aos seus membros. Retomando o exemplo de *móvel*, é difícil encontrar um traço que seja comum às categorias que a integram. Contudo, é nesse nível que a estrutura em semelhança de família é muito evidente: é muito mais fácil encontrar semelhanças nas subcategorias móveis para sentar, móveis para apoiar outros objetos etc., do que ao se considerar a categoria de forma integral. Para as categorias superordenadas, quanto mais prototípico de uma categoria um elemento era considerado (nesse caso, uma subcategoria), menos sobreposição ele apresentava quanto ao pertencimento a outras categorias. Se tomarmos cadeira, elemento considerado prototípico da categoria *móvel*, ela não será um membro, nem mesmo periférico, de uma categoria como eletrodoméstico, diferentemente de telefone ou abajur, o que, segundo as autoras, contribui para sua ascensão ao status de prototípico.

Para as categorias de objetos de nível básico e artificiais, foi confirmado que, quanto mais prototípico de uma categoria um elemento era considerado, menos atributos ele compartilhava com categorias diretamente contrastantes a ela.

Tarefas de julgamento de pertencimento à categoria demonstraram também que os sujeitos avaliavam de forma mais rápida afirmações de tipo “o item x é membro da categoria y” para membros considerados prototípicos do que para membros mais periféricos (por exemplo, “cadeira é um membro da categoria móvel” versus “telefone é um membro da categoria móvel”). Em experimentos com categorias artificiais, foi constatado que elementos prototípicos recebiam julgamento mais rápido e foram aprendidos de forma mais rápida, principalmente por crianças de 10 anos de idade. Finalmente, para todos os tipos de categorias avaliadas, itens prototípicos eram citados primeiro e de forma mais frequente quando os sujeitos eram instruídos a listar membros de uma categoria.

Os dados apresentados pelas pesquisas de Rosch e seus colegas não foram isentos de críticas, principalmente no que diz respeito às diferentes interpretações dadas ao papel dos protótipos nesse modelo. Contudo, por mais que esses dados sejam fundamentais para possíveis teorias sobre modelos de representação e processamento, ao invés de serem tomados como um modelo, nas palavras de Rosch, eles apenas restringem os possíveis tipos de modelos:

A difusão dos protótipos nas categorias do mundo real e da prototipicidade como uma variável indica que os protótipos devem ter um lugar nas teorias psicológicas de representação, processamento e aprendizagem. Contudo, os próprios protótipos não constituem qualquer modelo de processos, representações e aprendizagem.<sup>38</sup> (ROSCH, 1999, p.199)

Segundo Geeraerts (2006a, 2010), os resultados de Rosch e seus colaboradores foram estendidos a dois ramos de estudo que passaram a atribuir um papel fundamental aos postulados da Teoria Prototípica: a psicolexicologia formal (que busca desenvolver modelos formais para representar a memória semântica e seu funcionamento) e a linguística. Nessa última, muitos pesquisadores buscaram levar as descobertas de Rosch relacionadas a objetos físicos para a descrição de fenômenos linguísticos, principalmente no que diz respeito ao estudo da estrutura semântica das categorias linguísticas. Na Semântica Cognitiva Lexical, os fundamentos de base dos modelos de descrição lexical têm suas origens na concepção de categorização da Teoria Prototípica.

Na próxima seção, será apresentada a concepção mais geral de significado sustentada pela Semântica Cognitiva Lexical, que se utiliza amplamente dos resultados de Rosch. Além disso, no próximo capítulo, alguns dos conceitos da Teoria Prototípica serão retomados para apresentar os modelos utilizados pela Semântica Cognitiva Lexical para a descrição da multiplicidade semântica.

### 3.2 O significado na Semântica Cognitiva Lexical

A Linguística Cognitiva entende que a linguagem é um fenômeno cognitivo, mental. Além disso, por ser “um instrumento para organizar, processar e transmitir informação”<sup>39</sup>, a linguagem é considerada como um fato primariamente semântico (GEERAERTS, 2006b, p.3). Como parte do sistema cognitivo geral, o significado linguístico é, assim, influenciado e sujeito aos mesmos tipos de fenômenos que afetam o funcionamento de nossas outras habilidades cognitivas, como a atenção, a percepção e a memória. Contudo, mesmo que o significado esteja associado à conceitualização, esse fenômeno não se dá de forma isolada do mundo ou das outras mentes: a conceitualização

consiste numa atividade cerebral, que funciona como parte integral do corpo, que funciona como parte integral do mundo. Os significados linguísticos

<sup>38</sup> [The pervasiveness of prototypes in real-world categories and of prototypicality as a variable indicates that prototypes must have some place in psychological theories of representation, processing, and learning. However, prototypes themselves do not constitute any particular model of processes, representations, or learning]

<sup>39</sup> [an instrument for organizing, processing, and conveying information]

também estão fundamentados na interação social, sendo negociados entre os interlocutores, baseados na avaliação mútua de seu conhecimento, pensamentos e intenções.<sup>40</sup> (LANGACKER, 2008, p.4).

Neste sentido, o significado linguístico é visto como sendo (i) perspectivador (ou perspectivante), (ii) dinâmico e flexível, (iii) enciclopédico e não autônomo e (iv) baseado no uso e na experiência (GEERAERTS, 2006b). Ele é considerado perspectivador porque constrói o entendimento do mundo a partir de uma perspectiva particular. O significado é dinâmico e flexível pois nossas categorias semânticas são influenciadas por novas experiências e mudanças no ambiente no qual vivemos, e devem se adaptar a elas. Ele é enciclopédico e não autônomo porque os significados refletem nossas experiências de modo geral, e a linguagem não pode ser avaliada como um módulo isolado ou de forma isolada dos outros tipos de conhecimento. O significado é baseado no uso e na experiência pois o uso da linguagem e o conhecimento sobre a linguagem estão intrinsecamente conectados (GEERAERTS, 2006b).

O significado lexical é uma parte do nosso conhecimento linguístico no qual a maioria dessas características se mostra de forma explícita. Em primeiro lugar, com relação à natureza perspectivadora do significado, se alguém descreve uma transação comercial como *Comprei uma casa em Natal do André*, ou como *O André me vendeu uma casa em Natal*, duas perspectivas distintas estão sendo utilizadas para descrever o mesmo evento. Na primeira, o foco principal para compreender a situação recai sobre o comprador (expresso pelo item *comprei*); na segunda, o evento de transação comercial está sendo construído com foco no vendedor (expresso por *vendeu*). Mesmo que as sentenças expressem a mesma proposição, cada uma delas apresenta um *construal* distinto, que impõe uma perspectiva distinta ao evento e é parte dos seus significados.

Dessa forma, Langacker (2007, p.435) defende que, além do conteúdo conceitual de uma expressão, outro aspecto fundamental para seu significado é a forma como tal conteúdo é construído, “nossa capacidade multifacetada de exprimir e descrever a mesma situação de formas alternadas”.<sup>41</sup> Assim, por exemplo, mesmo que no nível conceitual uma situação na qual sejamos introduzidos a um copo que contenha água ocupando metade do seu volume possa evocar uma representação razoavelmente neutra da situação, ao codificá-la linguisticamente, é necessário impor um determinado *construal*, como:

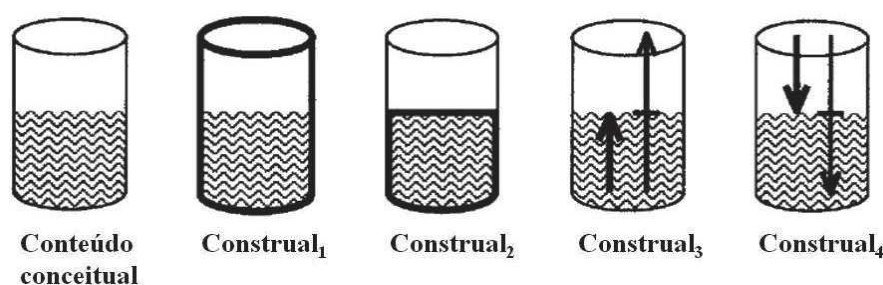
---

<sup>40</sup> [it consists in activity of the brain, which functions as an integral part of the body, which functions as an integral part of the world. Linguistic meanings are also grounded in social interaction, being negotiated by interlocutors based on mutual assessment of their knowledge, thoughts, and intentions]

<sup>41</sup> [our multifaceted capacity to conceive and portray the same situation in alternate ways]

- (1) *The glass with water in it.*
- (2) *The water in the glass.*
- (3) *The glass is half-full.*
- (4) *The glass is half-empty.*

Segundo Langacker (2008, p.43), a diferença semântica recai sobre ao que a expressão se refere: no exemplo (1), a expressão se refere ao recipiente; no exemplo (2), ao líquido contido no recipiente; no exemplo (3), à relação na qual o líquido ocupa metade do volume potencial do recipiente; e, no exemplo (4), à relação na qual a parte vazia ocupa metade do volume potencial. O autor sugere os seguintes diagramas para representar essa distinção:



**Figura 3.** Diagramas dos diferentes *construals* do conteúdo (Fonte: Langacker, 2008, p.43)

Em cada um dos diferentes *construals*, a partir do conteúdo evocado pela expressão (a *base*), um referente conceitual distinto é designado, chamado de *perfil* (ou *figura*). Esse tipo de distinção serve para demonstrar que expressões com o mesmo conteúdo podem apresentar sentidos diferentes, dependendo do perfil que é imposto a ele (LANGACKER, 2007; 2008).

O processo de mudança semântica, por outro lado, mostra de que forma as categorias lexicais apresentam uma natureza dinâmica e flexível para que possam adaptar sua estrutura semântica a novas situações a serem descritas. O item do inglês *artillery*, por exemplo, originalmente se referia a armas específicas que atiravam mísseis ou projéteis, como catapultas e arcos. Pelo fato dos tipos de armas disponíveis ter mudado durante o curso da história, o significado original de *artillery* foi estendido para “todas as armas em um exército”. Como Geeraerts (2010, p.39) aponta, “uma mudança na realidade (a substituição de um tipo de objeto por outro) leva a uma mudança na língua”.<sup>42</sup>

Em sua notável defesa da utilização da Teoria Prototípica no âmbito da semântica lexical diacrônica, Geeraerts (1997) demonstra de que forma o item lexical *legging* do holandês passou a ter sua gama de aplicação ampliada no desenrolar do tempo. Inicialmente tendo como referência apenas calças justas, compridas, sem pregas, feitas de material elástico

<sup>42</sup> [A change in reality (the substitution of a certain object by another) leads to a change in the language]

e confeccionadas para mulheres, com o passar do tempo, seu centro prototípico passou a ser estendido, de forma que instâncias deviantes desse protótipo também passaram a ser chamadas de *legging*. Assim, o desenvolvimento semasiológico diacrônico do item, mesmo que apresentando um centro prototípico, precisou abarcar a flexibilidade referencial de *legging*, de forma que “as novas configurações que foram adicionadas à gama de aplicação da categoria não foram escolhidas de modo aleatório, mas exibiam um padrão mais ou menos regular, indo do mínimo ao máximo afastamento<sup>43</sup> [do protótipo]” (GEERAERTS, 1997, p.47).

Quanto à terceira característica, uma visão tradicional sobre referência postularia que a expressão *o campeão da Copa do Mundo de 2002* não possui referência constante, pois é apenas o nosso conhecimento extralinguístico que faz com que a expressão tenha somente um referente possível: o Brasil. Pelo fato de sabermos que a Copa do Mundo é um evento no qual existe apenas um time que vence, e isso é considerado parte do nosso conhecimento de mundo, a expressão, na semântica formal, é classificada como sendo uma de referência variável. Contudo, ao avaliarmos tal expressão, e ao utilizá-la, parece ser algo completamente contraintuitivo separar os dois níveis de conhecimento para determinar sua referência. Nesse sentido, nosso conhecimento de mundo é fundamental e inseparável do nosso conhecimento linguístico e leva, intuitivamente, a atribuímos uma referência constante à expressão.

Uma das teorias a advogar essa posição é a Semântica de Frames, relacionada ao trabalho de Fillmore (2006). O autor defende que o conhecimento é estruturado de forma enciclopédica, de modo que os frames são “sistemas de conceitos que se relacionam de maneira que, para compreender um deles, é necessário que se entenda toda a estrutura na qual ele se encaixa”<sup>44</sup> (FILLMORE, 2006, p.373). É a partir desse ponto de vista que Fillmore propõe o estudo do significado lexical: da mesma forma que os frames estruturam o significado de itens lexicais, ao serem utilizadas, as palavras evocam frames particulares. Em um de seus primeiros trabalhos defendendo tal hipótese, o autor buscou demonstrar com relação à análise de verbos do inglês relacionados a julgamento, como *blame* [culpar], *accuse* [acusar] e *criticize* [criticar], que “ninguém consegue realmente compreender os significados

---

<sup>43</sup> [The new configurations that are added to the range of application of the category are not chosen randomly, but exhibit a more or less stepwise pattern from minimal to maximal deviation]

<sup>44</sup> [system of concepts related in such a way that to understand any one of them you have to understand the whole structure in which it fits]

dessas palavras nesse domínio se não entender as instituições sociais ou as estruturas de experiência que elas pressupõem”<sup>45</sup> (FILLMORE, 2006, p.378).

Finalmente, a natureza experiencial e baseada no uso que apresenta o significado linguístico pode ser exemplificada pelos mecanismos de extensão do significado e pela estrutura semântica geral dos itens lexicais. Se uma palavra é utilizada para expressar um sentido figurado durante um período de tempo considerável, no uso, essa associação pode se tornar tão estabelecida na mente do falante que não será mais vista como figurada. Assim, por exemplo, no caso de *up* em *the prices went up* [os preços subiram], o que um dia possivelmente constituiu em um uso metafórico online, agora deve ser incluído na estrutura polissêmica geral do item lexical *up*.

O caso da Teoria das Metáforas Conceituais (LAKOFF; JOHNSON, 1980) é um exemplo notável da influência da experiência física no uso linguístico. Lakoff e Johnson (1980) afirmam que a metáfora não é apenas um recurso linguístico, mas um processo cognitivo sistemático que utilizamos para compreender e experienciar um conceito em termos de outro. Assim, um domínio mais concreto e acessível aos sentidos, como EDIFICAÇÕES, é utilizado cognitivamente para estruturar um domínio mais abstrato, como TEORIAS. É a partir de uma metáfora conceitual do tipo TEORIAS SÃO EDIFICAÇÕES que surgem expressões linguísticas como *the theory needs more support* [a teoria precisa de mais sustentação] e *we need to construct a strong argument for that* [precisamos construir um argumento forte para isso] (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p.46). Dessa forma, “pelo fato de os conceitos serem, de modo sistemático, metaforicamente estruturados [...], é possível utilizar expressões [...] de um domínio [...] para falar de conceitos correspondentes no domínio definido metaforicamente [...]”<sup>46</sup> (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p.52).

A asserção de que nem todos os conceitos são lexicalizados na língua já constitui um senso comum. Por exemplo, em português e em inglês, não existe um item lexical que expresse o conceito “olhar a última página de um romance para saber como a história termina”, de forma que, nessas línguas, esse conceito não representa um significado lexical (GEERAERTS, 1986, p.276). De forma a avaliar como a linguagem reflete a estrutura conceitual, a Semântica Cognitiva se ocupa majoritariamente de conceitos lexicalizados,

---

<sup>45</sup> [nobody can really understand the meanings of the words in that domain who does not understand the social institutions or the structures of experience that they presuppose]

<sup>46</sup> [Because concepts are metaphorically structured in a systematic way [...], it is possible for us to use expressions [...] from one domain [...] to talk about corresponding concepts in the metaphorically defined domain [...]]

utilizando a estrutura linguística como forma de acesso à cognição. A Semântica Cognitiva Lexical, por sua vez, foca sua atenção nos significados desses conceitos que são lexicalizados na língua (EVANS, 2007, s.v. *cognitive semantics*).

Em consonância com o postulado de que o significado é enciclopédico, os itens lexicais, nessa abordagem, são vistos como pontos de acesso a configurações mais amplas de conhecimento, como domínios, frames e modelos cognitivos. Os significados, por sua vez, não existem como objetos, com conteúdos semânticos estáveis e fixos, mas devem ser descritos e caracterizados a partir dos usos e dos padrões de conteúdo conceitual que eles evocam (CRUSE, 1995; TAYLOR, 2003b).<sup>47</sup>

Muitos fenômenos podem ser incorporados à descrição do significado lexical. Uma distinção básica diz respeito à diferenciação entre uma perspectiva semasiológica e uma perspectiva onomasiológica. Quando uma palavra é analisada e o que está em questão são os diversos valores semânticos que ela pode adquirir (ou seja, os significados que uma palavra possui), chama-se isso de perspectiva semasiológica; de maneira oposta, se o ponto de partida for um significado (conceito) e o que se procura são as palavras que podem ser utilizadas para expressar esse significado, fala-se em perspectiva onomasiológica (GEERAERTS; GRONDELAERS, 2002). Por conseguinte, os fenômenos lexicais de interesse de cada uma dessas perspectivas será distinto:

Enquanto a polissemia [...] constitui o assunto típico da semasiologia, a onomasiologia se interessa pela existência de expressões alternativas para um dado significado (sinonímia e quase-sinonímia), e com a seleção de uma expressão específica dentre essas alternativas<sup>48</sup> (GEERAERTS; GRONDELAERS, 2002, p.305).

Nesta tese, dado que nosso principal foco recai sobre os diferentes significados que um item lexical apresenta, a principal perspectiva adotada é a semasiológica. Tradicionalmente, de um ponto de vista semasiológico, dois níveis de análise são diferenciados: um nível semântico e um nível referencial. A divisão entre esses dois níveis é um dos assuntos mais discutidos na Semântica. A Semântica Estrutural,<sup>49</sup> por exemplo, assume uma divisão rigorosa entre esses dois níveis, e essa demarcação estrita se reflete no papel e na explicação que ela

<sup>47</sup> Na próxima seção, essa caracterização será retomada de forma mais aprofundada.

<sup>48</sup> [Whereas polysemy [...] constitutes the typical subject matter of semasiology, onomasiology is concerned with the presence of alternative expressions for a given meaning (synonymy and near-synonymy), and with the selection of one particular expression from among those alternatives]

<sup>49</sup> A Semântica Estrutural é utilizada aqui apenas como um exemplo didático de teoria que se ancora no pressuposto de que o nível linguístico e o nível semântico devem ser diferenciados de forma rigorosa. Também poderiam ser utilizadas como exemplo tanto a Semântica Formal, quanto a Linguística Gerativa: considerando-se a Semântica Formal, a distinção entre Semântica e Pragmática poderia ser explorada; considerando-se o gerativismo, a distinção entre competência (o conhecimento gramatical) e desempenho (o uso do conhecimento gramatical) poderia ser explorada. Para uma discussão aprofundada das diferenças e continuidades entre as teorias semântico-lexicais, cf. Geeraerts (2010).



fornece a uma ampla gama de fenômenos. Para o estruturalismo, a linguagem é um sistema simbólico, com suas regras e princípios internos, e deve ser descrita como tal, de uma forma autônoma. Nessa abordagem, o valor semântico de um item advém das relações que o item mantém com outros itens dentro do sistema linguístico, independentemente do seu uso e sem qualquer interesse pela face psicológica.

Saussure (2006), ao abordar a noção de valor linguístico, afirma que os valores emanam do sistema por oposição, pois:

Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são. (SAUSSURE, 2006, p.136)

A partir disso, a adoção de uma perspectiva sincrônica e onomasiológica acaba por ser uma consequência dessa concepção: a língua, parte semântica (estável) da linguagem, deve ser estudada em um dado estado, pois as relações mantidas entre os elementos fornecem a cada um deles o seu respectivo valor dentro do sistema; se um elemento no sistema muda, toda a estrutura do sistema muda (SAUSSURE, 2006; GEERAERTS, 2010).

As teorias lexicais que seguem uma concepção estrutural de linguagem – como a teoria dos campos semânticos, a das relações lexicais e a análise componencial – se baseiam nesse postulado. A primeira característica óbvia dessa concepção de linguagem é o papel secundário atribuído ao nível de análise semasiológico: se a importância recai sobre as relações mútuas mantidas entre os termos, apenas o nível onomasiológico seria suficiente para estabelecer o significado. Contudo, é muito difícil imaginar de que forma tal tarefa seria levada a cabo sem uma avaliação semasiológica prévia: como construir a rede de relações lexicais de uma palavra sem saber qual significado está em questão? Em segundo lugar, essa abordagem enfrenta um sério desafio com a divisão rigorosa entre os conhecimentos linguístico e extralinguístico: ao considerarmos os campos léxicos, se essa divisão for mantida, torna-se bastante complicado delimitar as fronteiras que um campo tem com relação a outro campo e determinar quais elementos ele inclui (GEERAERTS, 2010).

A Semântica Cognitiva Lexical, ao contrário, parte do pressuposto de que o significado linguístico é enciclopédico por natureza, pois ele surge das nossas experiências e interações sócio-físicas com o mundo (SILVA, 2010). De tal forma, o papel desempenhado pela referencialidade nesse paradigma é de fundamental importância, de modo que quando se trata do significado lexical “não devemos descrever conceitos e categorias apenas através de uma definição abstrata, mas, se quisermos alcançar um nível de conhecimento adequado, [...]”

também devemos levar em consideração as coisas sobre as quais é a definição”<sup>50</sup> (GEERAERTS, 2006b, p.1).

Romper com essa primeira dicotomia faz com que uma série de outras dicotomias se torne irrelevante<sup>51</sup>: semântica e pragmática devem ser vistas como intrinsecamente conectadas; o significado linguístico não pode ser avaliado fora de um modelo mais amplo de conhecimento de mundo, ou seja, da cognição de forma geral; o sistema linguístico e o uso linguístico mantêm uma relação cíclica. Nesse sentido, pode-se dizer que a Semântica Cognitiva apresenta uma compreensão maximalista da semântica lexical (GEERAERTS, 2010).

A Semântica Cognitiva Lexical sustenta que ambos os níveis semântico e referencial não apenas devem ser avaliados de forma conjunta, mas também que eles estão sujeitos ao mesmo tipo de estruturação; ou seja, os mesmos tipos de fenômenos que ocorrem no nível referencial também ocorrem no nível dos significados. É nesse aspecto que a Teoria Prototípica serve como base da concepção semântico-cognitiva de estrutura semasiológica. Três características podem ser relacionadas aos dois níveis: diferenças de peso estrutural entre os elementos, relações estruturais entre os elementos da categoria e problemas de demarcação (GEERAERTS; GRONDELAERS, 2002).

Quando os dois níveis são então considerados, podem ser especificados quatro tipos de fenômenos que são tradicionalmente associados com a visão prototípica das categorias (GEERAERTS, 2006d; 2010)<sup>52</sup>:

1. a existência de graus de saliência, ou seja, nem todos os membros são igualmente representativos;
2. a existência de uma estrutura de semelhança de família<sup>53</sup>;
3. a inexistência de limites precisos;
4. a falta de uma definição única em termos de condições necessárias e suficientes.

---

<sup>50</sup> [we should not Just describe concepts and categories by means of an abstract definition, but [...] we should also take into account the things that the definition is about, if we are to achieve an adequate level of knowledge]

<sup>51</sup> Por irrelevante, não pretendemos dizer que é sem importância ou sem qualquer tipo de demarcação, mas nos posicionamos a favor de uma abordagem mais flexível a essas questões (cf., por exemplo, o que diz Langacker (2008, p.39 e ss.) a respeito de uma semântica enciclopédica).

<sup>52</sup> Nem todas as abordagens defendem explicitamente essas quatro características. Contudo, julgamos que a sistematização apresentada por Geeraerts é a mais completa com relação à utilização da Teoria Prototípica na Linguística Cognitiva. Outras referências de caráter mais geral são Taylor (2003a) e Lewandowska-Tomaszczyk (2007).

<sup>53</sup> Essa característica, especificamente, é mais relacionada a trabalhos semântico-lexicais específicos de Geeraerts, que transpõem à dimensão semântica a estrutura de semelhanças de família proposta por Rosch para as categorias de objetos físicos. Contudo, os outros modelos, como o de Lakoff e Langacker, também propõem a existência de uma saliência intensional, como o reconhecimento de significados centrais e esquemáticos. Retomaremos essa discussão no próximo capítulo.

Para discutir essas diferentes características da prototipicidade, Geeraerts (2006d; 2010) sugere que elas sejam avaliadas sob duas dimensões: por um lado, a distinção entre uma caracterização extensional ou intensional; por outro, a não igualdade (ou seja, as diferenças de representatividade entre os membros) e a não discriminação (dificuldade e flexibilidade demarcatória). Essas características são resumidas no quadro abaixo:

	<b>caracterização extensional</b> (no nível dos exemplares)	<b>caracterização intensional</b> (no nível da definição)
<b>não igualdade</b> (efeitos de saliência)	(1) diferenças de representatividade e saliência	(2) agrupamento em semelhanças de família
<b>não discriminação</b> (problemas de demarcação e flexibilidade)	(3) imprecisão nas bordas, dúvidas sobre o pertencimento	(4) falta de definições necessárias e suficientes

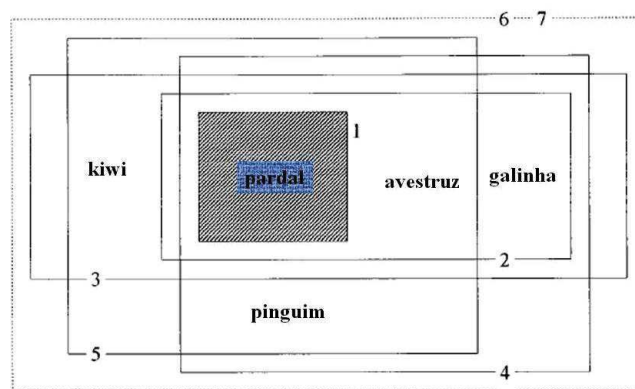
**Quadro 5.** Características da prototipicidade (adaptado de Geeraerts, 2010)

Essas características, como aponta Geeraerts (2006d, 2010), não precisam coocorrer para que a categoria seja considerada prototípica. Pelo contrário, a presença de apenas uma delas já é suficiente para indicar a existência de efeitos prototípicos na sua estrutura. Assim, Geeraerts afirma que o conceito de prototipicidade é ele mesmo uma noção prototípica, com a existência de alguns casos mais representativos do que outros. Por exemplo, a categoria NUMERO ÍMPAR, mesmo que apresente limites bem delimitados (um número é ou não ímpar) e uma definição em termos de condições necessárias e suficientes, ela apresenta graus de representatividade extensional: os números ímpares abaixo de 10 são mais centrais no processamento. A categoria AVE, por sua vez, tem limites claros quanto a sua denotação, contudo, existem instâncias que são consideradas mais representativas da categoria do que outras: um pardal é um exemplo muito melhor da categoria do que um pinguim. Outro fato interessante é que os membros da categoria AVE não podem ser agrupados em uma única leitura: existe um agrupamento de características sobrepostas que deve ser utilizado para acomodar todos os seus membros. Membros centrais, como pardal e canário, podem voar, têm penas e asas e nascem de ovos. Galinhas não voam; pinguins não possuem penas; kiwis não têm asas. A única característica comum a todos os membros é “nascem de ovos”, mas ela não é suficiente para distinguir aves de outros animais, como répteis. A categoria AVE é, assim, organizada em termos de uma estrutura de semelhança de família baseada em similaridade parcial. Nesse sentido, a categoria AVE é um exemplo mais típico de prototipicidade do que NUMERO ÍMPAR (GEERAERTS, 2006d).

Geeraerts (2006d, p.152) propõe que, para a caracterização da gama referencial da categoria AVE, os seguintes atributos devem ser considerados:

1. tem a habilidade de voar;
2. tem penas;
3. tem o formato de S;
4. tem asas;
5. não é domesticado;
6. nasce de ovos;
7. tem bico.

A partir desses atributos, é possível identificar grupos de atributos que se sobrepõem e permitem representar a extensão da categoria em termos de uma estrutura de semelhanças de família. A relação entre os atributos e a consequente disposição dos elementos extensionais são representadas pelo autor com o seguinte diagrama:<sup>54</sup>



**Figura 4.** Relações de semelhança de família da categoria AVE (Fonte: Geeraerts, 2006d, p.152)

Até aqui, o que foi apresentado diz respeito à existência de efeitos prototípicos relacionados a um significado (ou seja, bastante próximo aos postulados de Rosch a respeito da estrutura das categorias de objetos físicos). Contudo, essa concepção de descrição das categorias foi aplicada para a descrição de toda a estrutura semasiológica dos itens lexicais, ou seja, quando são considerados todos os significados do item lexical. Um item lexical é, assim, visto como uma categoria estruturada pelas mesmas características que estruturam o nível dos referentes; como dito anteriormente, entende-se que os mesmos princípios se aplicam a ambos os níveis. Nessa abordagem, o foco principal recai sobre a estrutura semasiológica geral do item lexical, ou seja, em descrever os significados do item e de que maneira eles se relacionam uns com os outros.

Nesse sentido, devem ser mencionadas duas importantes inovações para a compreensão da polissemia trazidas pelo paradigma semântico-cognitivo. Primeiro, afirmar que a principal inovação da utilização da Teoria Prototípica está na conclusão de que alguns

<sup>54</sup> A representação sugerida por Geeraerts não é a mesma aplicada pelos outros modelos. Ela serve aqui apenas como ilustração. Voltaremos a esse tópico no próximo capítulo.

itens lexicais não podem receber uma definição em termos de condições necessárias e suficientes seria ilusório. Na verdade, isso é o que caracteriza a polissemia de forma geral, inclusive, por exemplo, para a Semântica Estrutural. A falta de uma definição por condições necessárias e suficientes é uma inovação real “quando se aplica aos significados individuais de um item lexical”<sup>55</sup> (GEERAERTS, 2006a, p.102). Conforme apresentado anteriormente, nem mesmo o sentido comum cotidiano de *ave* pode ser caracterizado de forma satisfatória em termos de um conjunto de atributos necessários e suficientes que se aplicaria às instâncias centrais e típicas desse significado e ao mesmo tempo as distinguísse de não membros.

Segundo, avaliar as relações mantidas entre os diferentes significados de um item lexical, certamente, não constitui qualquer inovação na pesquisa semântico-lexical. Os mecanismos de extensão do significado lexical já haviam sido substancialmente discutidos e classificados no século XIX pelo paradigma histórico-filológico, e eles também eram entendidos como um reflexo de fenômenos cognitivos. Contudo, mesmo que a polissemia tenha sido um tópico amplamente estudado, o foco que ela previamente recebera na abordagem histórico-filológica estava direcionado aos mecanismos que levavam à mudança semântica, ou seja, o foco recaía no par de significados (o original e o novo), e não na estrutura geral de sentidos do item lexical. A Semântica Cognitiva Lexical, por outro lado, não se direciona apenas aos mecanismos (cognitivos) que geram a polissemia, mas também à estrutura semasiológica geral do item lexical, que vai além do linear e, para alguns modelos, apresenta uma estrutura de semelhanças de família<sup>56</sup> (GEERAERTS, 2010).

A noção de semelhança de família (ou o não compartilhamento de um conjunto único de atributos) é central para o entendimento da polissemia nesses termos: os sentidos de um item lexical seriam organizados em um “agrupamento de leituras mutuamente relacionadas, concentradas ao redor de uma leitura nuclear”,<sup>57</sup> um significado central, mais básico. “Os efeitos da semelhança de família, assim, não apenas se aplicam *dentro* de um único sentido de uma palavra como *fruit* [ou *ave*], mas também caracterizam a relação *entre* os diversos sentidos de uma palavra”<sup>58</sup> (GEERAERTS, 2010, p.193). Não há necessariamente um conjunto de características compartilhadas por todos os sentidos, mas a categoria se mantém

<sup>55</sup> [when it applies to the single senses of a lexical item]

<sup>56</sup> Como apresentaremos na próxima seção, essa característica é bastante explorada no Modelo de Grupos em Sobreposição, contudo entendemos que ela se aplica também aos outros modelos, mesmo que não com a mesma ênfase. No próximo capítulo, apresentaremos o entendimento proposto por Lakoff, em termos de Modelos Cognitivos Idealizados, e de Langacker, que explora as relações de elaboração e extensão.

<sup>57</sup> [a cluster of mutually related readings, concentrating round a core reading]

<sup>58</sup> [Family resemblance effects, then, do not only apply *within* a single sense of a word like *fruit*, but also characterize the relationship *among* the various senses of a word]

unida a partir de uma estrutura de atributos entrecruzados, da mesma forma que ocorre com os membros estruturados em um único sentido.

Os efeitos prototípicos que são postulados para os significados individuais são vistos como aplicáveis à estrutura geral do item lexical, isto é, à forma como os sentidos se relacionam uns com os outros na estrutura interna geral do item. Existem, assim, dois níveis nessa análise: da mesma forma que a estrutura geral do item é vista como uma categoria, cada significado individual também é considerado uma categoria, pois cada sentido tem seu próprio centro prototípico, aplicações mais representativas, e o item lexical como um todo possui seu centro prototípico, com leituras mais salientes. Lewandowska-Tomaszczyk (2007, p.148) resume tais postulados:

Palavras polissêmicas consistem em diversas categorias relacionadas de forma radial, mesmo que cada um dos significados polissêmicos possa individualmente apresentar uma estrutura prototípica complexa. O membro central da categoria radial fornece um modelo cognitivo que motiva os significados não centrais. As extensões de significado agrupadas em torno da categoria central são relacionadas por uma variedade de relações possíveis, tais como transformações por esquemas de imagem, metáfora, metonímia [...] <sup>59</sup>

Geralmente, entende-se que o significado central de um item apresenta a maioria das características mais salientes, fornecendo ao item um centro de coesão semântica a partir do qual os outros sentidos se tornam acessíveis (GEERAERTS; GRONDELAERS, 2002). Contudo, na literatura, diferentes critérios são utilizados para a determinação desse significado central. Em primeiro lugar, com base numa concepção psicológica, a leitura central pode ser vista como aquela que primeiro vem à mente quando as pessoas consideram a categoria, ou seja, com uma metodologia dependente de resultados experimentais. Em segundo lugar, focando-se numa perspectiva baseada no uso, o sentido básico pode ser interpretado como aquele de uso mais frequente na língua, com uma metodologia dependente de *corpus*. Em terceiro lugar, com uma motivação mais semântica, o significado central pode ser considerado aquele a partir do qual os outros sentidos podem ser mais bem explicados e descritos, e a metodologia aplicada aqui possivelmente será uma certa forma de introspecção (GEERAERTS; GRONDELAERS, 2002; GILQUIN, 2008). Esses diferentes critérios para definir a centralidade dos significados serão mais explorados no próximo capítulo, no qual

---

<sup>59</sup> [Polysemic words consist of a number of radially related categories even though each of the polysemic senses can itself display a complex prototype structure. The central radial category member provides a cognitive model that motivates the noncentral senses. The extended senses clustered around the central category are related by a variety of possible links such as image schema transformations, metaphor, metonymy (...)]

essa noção será avaliada dentro de cada um dos modelos de descrição da estrutura semasiológica.

Com base nessa noção de estrutura semasiológica, Geeraerts (1995, 2007) afirma que os modelos descritivos lexicais que seguem os pressupostos da Teoria Prototípica devem dar conta de quatro tipos de dados: (i) os efeitos de saliência entre os significados, ou seja, a existência de leituras que são estruturalmente mais importantes para a estrutura semasiológica geral do item; (ii) a necessidade de se representar de forma distinta as relações semânticas hierárquicas, como a generalização e a especialização, e (iii) as relações não hierárquicas, como a metáfora e a metonímia; e (iv) a necessidade de se incorporar na descrição a flexibilidade e a dificuldade em estabelecer os limites da polissemia. No Capítulo 3, esses dados serão utilizados para avaliar cada um dos modelos de representação já utilizados na Semântica Cognitiva Lexical.

### **3.3 Flexibilidade e instabilidade do significado lexical**

A partir do panorama que está sendo traçado, parece ser um tanto óbvio afirmar que, para a Semântica Cognitiva Lexical, o significado lexical é um fenômeno flexível e não tão estável quanto algumas teorias lexicais sugerem. Contudo, ainda há outro caminho que pode ser traçado para demonstrar esse mesmo ponto. Para tal, é necessário retomar os conceitos de vagueza, polissemia e homonímia, apresentados no capítulo anterior, e avaliá-los de forma mais aprofundada.

A homonímia foi definida como um caso no qual uma forma linguística apresenta dois ou mais significados não relacionados, isto é, a existência de duas ou mais palavras que, por acaso, compartilham a mesma forma. A polissemia, por sua vez, foi definida como um caso no qual uma única forma linguística apresenta dois ou mais significados relacionados. Finalmente, a vagueza foi definida como sendo instâncias nas quais existem especificações contextuais distintas para o mesmo significado.

Essas definições parecem sugerir que esses conceitos não são problemáticos do ponto de vista teórico e metodológico. Contudo, como Geeraerts (2006a) aponta, mesmo que algumas questões teóricas tenham sido bastante esclarecidas, a diferenciação entre polissemia e vagueza permanece sendo um ponto problemático, principalmente em nível metodológico. Nesse sentido, ele afirma que ainda há muito espaço para um aperfeiçoamento metodológico. Além disso, na Semântica Lexical, a distinção entre polissemia e vagueza se encontra no

centro de uma cisão mais ampla: entre as abordagens ditas monossemistas e abordagens polissêmicas.

A hipótese das abordagens que defendem a monossemia sustenta que as palavras são entidades monossêmicas e que somente nos contextos de uso é que adquirem um caráter polissêmico. Assim, esse enfoque defende que, no léxico mental, as palavras apresentam um significado unitário, mais genérico e abstrato, que apenas contextualmente adquire extensões mais específicas. O trabalho de Ruhl (1989) é um dos exemplos mais expressivos desse tipo de visão. O autor, inclusive, acusa os dicionários pela disseminação da ideia de que as palavras são, por natureza, polissêmicas. Nas palavras dele:

O que os dicionários oferecem como definições e os linguistas como sentidos lexicais individuais são, na verdade, complexos do conteúdo inerente a uma palavra e de inferência contextual. O que parecem ser vários sentidos separados, possivelmente altamente diferentes e não relacionados, podem ser mais bem analisados como um único significado lexical geral que pode ser “modulado” de várias formas através de uma gama de interpretações específicas.<sup>60</sup> (RUHL, 1989, p.6)

É com essa visão que Ruhl propõe que a semântica lexical deve trabalhar com uma “tendência monossemista”, pressupondo que uma palavra possui apenas um significado e que, caso ela apresente mais de um significado, eles estejam relacionados a partir de regras gerais. É bastante óbvio que existem diversos casos de extensão regular de significado, como metonímias de lugar-instituição-pessoas no lugar (o uso de *escola* para se referir ao prédio, à instituição, às pessoas que trabalham/estudam no lugar). Contudo, muitos casos não são previsíveis a partir de um significado mais geral. É para esse ponto, por exemplo, que Taylor (2000) alerta ao avaliar um dos modelos de viés monossemista:

Um fato importante diz respeito à emergência de sentidos metafóricos convencionalizados. Eles geralmente devem ser entendidos como extensões, não de um sentido altamente esquemático, mas de um significado bastante específico. Esse fato sugere que significados específicos devem ter uma representação estável no léxico mental.<sup>61</sup> (TAYLOR, 2000, p.134)

Além disso, segundo Silva (2010), esse tipo de abordagem coloca muito peso na cognição, pois exige que o sistema cognitivo seja capaz de interpretar contextualmente o significado a partir de informações bastante gerais. Definir um, e somente um, significado

<sup>60</sup> [what dictionaries offer as definitions and linguists as solely lexical senses are actually complexes of a word's inherent content and contextual inference. What appears to be a number of separate senses, possibly highly different and unrelatable, can better be analyzed as a single general lexical meaning that can be variously "modulated" by a range of specific interpretations]

<sup>61</sup> [One important issue would concern the emergence of conventionalised metaphorical senses. These often have to be seen as extensions, not of a highly schematic sense, but of a rather specific meaning. This fact [...] suggests that specific readings must enjoy a stable representation in the mental lexicon]



para uma palavra que seja genérico o suficiente a ponto de abarcar todos os usos de um item e específico o bastante para não abarcar usos de outros itens parece ser tarefa quase impossível. De modo importante, em experimentos sobre a representação de preposições do inglês, todos os resultados obtidos por Sandra e Rice (1995) categoricamente rejeitaram uma posição monossêmica radical.

Sem entrar no mérito de discussões representacionais,<sup>62</sup> parece-nos que o principal motivo para abandonarmos uma visão monossemista é o fato de que ela pressupõe a divisão do conhecimento linguístico e do conhecimento enciclopédico. Como aceita a tese da modularidade, uma visão monossemista acaba por delegar ao nível semântico a função de ser um mero intermediário entre o sistema linguístico e o sistema conceitual (TAYLOR, 2000). Nas mesmas linhas que Taylor, entendemos que a semântica deve ser enciclopédica, e isso se reflete no fato de que a caracterização apropriada do significado deve levar em consideração a forma como as palavras são utilizadas: “os significados lexicais são estruturas cognitivas, padrões arraigados de conhecimento e crença; o contexto com relação ao qual os significados são caracterizados vai além do sistema linguístico como tal”<sup>63</sup> (TAYLOR, 2003a, p.87).

Aceitando-se, assim, uma visão enciclopédica e polissêmica, retornamos à avaliação dos fenômenos lexicais. Cowie (2001) sustenta que a distinção entre homonímia e polissemia é ilusória: “há, na verdade, um continuum de graus de distintividade [de significados] variando de completamente não distintos [...], a totalmente distintos [...]”, ou seja, um continuum que vai dos casos típicos de vagueza aos casos típicos de homonímia. Contudo, Taylor (2003a, p.106), apesar de postular que a análise das relações mantidas entre os significados é uma questão gradiente e subjetiva, defende que a distinção entre homonímia e polissemia deve ser mantida, principalmente porque, caso não seja feita, tudo seria deixado “ao acaso” da homonímia: como um fenômeno arbitrário e imotivado. Contudo, ele também reconhece que, na prática linguística, essa distinção pode não apresentar qualquer relevância para os falantes:

O conhecimento metalinguístico de um falante se dois sentidos de uma palavra estão ou não relacionados provavelmente não tem qualquer consequência para a maneira como a pessoa usa a palavra. É suficiente que o falante simplesmente tenha aprendido os fatos apropriados do uso.<sup>64</sup> (TAYLOR, 2003b, p.645)

<sup>62</sup> Abordaremos mais esse assunto na última seção do próximo capítulo.

<sup>63</sup> [Word meanings are cognitive structures, embedded patterns of knowledge and belief; the context against which meanings are characterized extends beyond the language system as such]

<sup>64</sup> [A speaker’s metalinguistic awareness of whether two senses of a word are related or not most likely has no consequences at all for the way the person uses the word. It is sufficient simply that the speaker has learned the appropriate facts of usage]

Assumindo que a distinção entre polissemia e vagueza não é tão estável quanto postulada tradicionalmente, Geeraerts (2006a) apresenta uma análise exaustiva de alguns dos diferentes testes utilizados na linguística para diferenciar entre ambos os fenômenos, ou seja, são avaliados os métodos utilizados para identificar as leituras polissêmicas de um item lexical.

O ponto de vista verifuncional define que um “item lexical é polissêmico se ele puder ser simultaneamente verdadeiro e falso do mesmo referente”<sup>65</sup> (GEERAERTS, 2006a, p.106). O exemplo que o autor apresenta é o de *port* em *Sanderman is a port* [vinho], *but not a port* [ancoradouro] [Sanderman é um porto, mas não é um porto]. Aqui, temos um caso de polissemia por ser possível utilizar essa construção de forma não contraditória, o que implica que o item teria dois significados distintos. O segundo critério é o teste linguístico, que envolve restrições semânticas de interpretação. Se, na utilização da redução de coordenação *and so* [*grosso modo*, e também], as leituras necessitam de identidade semântica, isso seria uma indicação de polissemia. Numa sentença como *At midnight the ship passed the port, and so did the bartender* [à meia noite o navio passou pelo porto, assim como o garçom] uma leitura cruzada de *port* (como “ancoradouro” e “vinho”) possivelmente seria excluída, o que indicaria a polissemia do item. Finalmente, o teste definicional estipula que um item apresenta mais de um significado “se não houver nenhuma definição minimamente específica que cubra a extensão do item como um todo, e que ele não tem mais significados lexicais quanto existam definições maximamente gerais para descrever sua extensão”<sup>66</sup> (GEERAERTS, 2006a, p.106). Nesse sentido, “vinho *assemblage* doce e encorpado de Portugal” e “vinho *vintage* doce e encorpado de Portugal” não poderiam ser considerados sentidos distintos de *port*, pois ambos podem ser agrupados na definição “vinho doce e encorpado de Portugal”. Por outro lado, as leituras “ancoradouro” e “tipo de vinho” não podem receber uma única definição, pois considerar algo como “coisa/entidade” não é suficiente para diferenciar *port* de outros itens.

Geeraerts (2006a) demonstra que esses testes podem gerar resultados diferentes para a mesma palavra no mesmo contexto: o que são considerados exemplos de diferentes sentidos utilizando-se um critério como referência pode ser reduzido a um caso de vagueza ao utilizar outro teste. Além disso, algumas variações contextuais gerariam resultados inconsistentes quando o mesmo critério é considerado. Mais importante, esse panorama também levanta

<sup>65</sup> [a lexical item is polysemous if it can simultaneously true and false of the same referent]

<sup>66</sup> [if there is no minimally specific definition covering the extension of the item as a whole, and that it has no more lexical meanings than there are maximally general definitions necessary to describe its extension]

questões centrais com relação à objetividade da metodologia utilizada na semântica lexical. É nesse contexto que o argumento do autor é explícito: na prática, a distinção entre polissemia e vagueza não é estável (e é até mesmo discutível), o que nos leva a necessariamente questionar a concepção tradicional de significado lexical como instâncias bem delimitadas, “entidades ou coisas que se assemelham a entidades, presumivelmente armazenadas em algum lugar na grande sala de armazenagem que consideramos ser o léxico mental, para serem transportadas por formas lexicais para um receptor que as desembrulha e as compreende”<sup>67</sup> (GEERAERTS, 2006a, p.137).

Taylor (2003b) assume posição semelhante ao afirmar que três grandes modelos do entendimento da polissemia levam a uma noção comum reificada de significado. O autor analisa a influência do modelo da língua como sistema semiótico (cujo ideal é que uma forma apresente apenas um significado, de forma que a polissemia iria contra a ideia da eficiência comunicativa da linguagem), do modelo da metáfora dos blocos constitutivos (que leva a entender que o significado de uma expressão é uma função dos significados fixos das partes que a constituem) e o modelo da metáfora do conduto (que engloba os dois modelos anteriores, pela ideia de que as expressões são recipientes para um conteúdo semântico que é passado de um receptor a um destinatário por um canal, bastando apenas recuperar o conteúdo enviado).<sup>68</sup> O autor conclui que “Talvez, seja hora de considerar abordagens alternativas ao problema da polissemia. Talvez tenhamos que abandonar a ideia de que as palavras têm um número fixo de significados definidos, que contribuem para as expressões complexas nas quais eles ocorrem”<sup>69</sup> (TAYLOR, 2003b, p.651).

Na mesma linha, Hanks (2008) defende que, fora dos eventos de uso, as palavras apresentam apenas “potenciais de significado” compostos por diversos componentes, os quais, em diferentes usos, podem ser ativados em diferentes combinações.

Essas afirmações sugerem a necessidade de avaliar o significado lexical de uma forma distinta, partindo-se de uma concepção mais flexível de significado e reconhecendo o papel desempenhado pela natureza interpretativa na semântica lexical.

---

<sup>67</sup> [entities or entity-like things, presumably stored somewhere in the big storage room that we conceive the mental lexicon to be, to be carried by word forms to an interpreter who unpacks and understands them]

<sup>68</sup> Para textos que abordam de forma mais detalhada essas concepções de comunicação, cf. Reddy (1979) e Winkin (1998).

<sup>69</sup> [It is time, perhaps, to consider alternative approaches to the problem of polysemy. Perhaps we need to abandon the idea of words having a fixed number of determinate meanings, which they contribute to the complex expressions in which they occur].

#### 4      **FORMATOS REPRESENTACIONAIS**

Conforme apresentado no Capítulo 3, mesmo que não haja um modelo amplamente aceito pelos teóricos da Semântica Cognitiva para a descrição da multiplicidade semântica, alguns fundamentos centrais a respeito do significado são compartilhados, ou pelo menos discutidos e contestados, pelos modelos de representação da estrutura semasiológica, principalmente no que diz respeito à importância dos postulados da Teoria Prototípica para a estrutura semântica dos itens lexicais. Neste capítulo, apresentamos de forma mais específica três modelos desenvolvidos no arcabouço da Semântica Cognitiva Lexical para tratar de itens lexicais que apresentam multiplicidade semântica: o Modelo Radial, principalmente associado aos trabalhos de George Lakoff e Claudia Brugman; o Modelo Esquemático, ancorado nos estudos de Ronald Langacker e David Tuggy; e o Modelo de Grupos em Sobreposição, que tem origem, sobretudo, nos trabalhos de Dirk Geeraerts.

Na primeira parte deste capítulo, apresentamos o Modelo Radial desenvolvido por Lakoff e Brugman (Brugman, 1988; Brugman e Lakoff, 2006; Lakoff, 1987). Tendo como ponto de partida a teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, proposta por Lakoff (1987) para lidar com os processos cognitivos de forma ampla, esse modelo de descrição da polissemia se estrutura, em grande parte, nas noções de significado central e de motivação e foi largamente aplicado para a descrição dos significados de preposições. Defendendo a realidade cognitiva dos fenômenos que descrevem, os autores propõem que um item lexical polissêmico representa uma categoria radial de significados relacionados. Como parte de um modelo mais amplo de categorização, esses significados possuem relações não arbitrárias, portanto motivadas e sistemáticas, que seriam derivadas de estruturas e processos conceituais gerais que operam em diversos níveis cognitivos que não apenas a linguagem e o léxico (BRUGMAN; LAKOFF, 2006).

Na segunda seção do capítulo, apresentamos o Modelo Esquemático desenvolvido por Langacker (2006; 2008). Assim como o modelo anterior, a proposta vinculada ao trabalho de Langacker para lidar com a multiplicidade semântica faz parte de uma teoria mais ampla, a Gramática Cognitiva. Seus postulados quanto à avaliação da multiplicidade semântica foram desenvolvidos principalmente por Tuggy (2006). As noções centrais desse modelo que interessam para a nossa investigação são a de esquema (ou esquematicidade) – que aqui, também, é utilizada de forma a descrever e tratar de diversos fenômenos linguísticos (e metalinguísticos) – e a de entrenchment [*entrenchment*]. De forma simplificada, um

esquema diz respeito ao que dois elementos têm em comum, e o esquema e suas elaborações existem na língua conforme o uso dessas unidades passa a ser entrincheirado na língua. É a partir desses conceitos, por exemplo, que Tuggy (2006) propõe o entendimento do continuum homonímia-polissemia-vagueza.

Por último, será apresentado o Modelo de Grupos em Sobreposição, desenvolvido nos trabalhos de Geeraerts (GEERAERTS; GRONDELAERS; BAKEMA, 1994; GEERAERTS, 2006c; 1995). Amplamente baseado nos pressupostos da Teoria Prototípica, esse modelo dá ênfase à noção de semelhança de família para a descrição dos significados de um item lexical. Através do estabelecimento dos atributos dos diferentes significados do item, são identificados os agrupamentos de atributos sobrepostos que formam a estrutura multidimensional da categoria lexical. Além disso, nesse modelo, algumas propriedades semânticas teriam mais peso para a estrutura semasiológica do item do que outras, o que geraria os efeitos prototípicos.

Na última seção do capítulo, propomo-nos a avaliar os modelos de representação da estrutura semasiológica a partir de resultados de experimentos psicolinguísticos sobre o processamento e a representação da homonímia, polissemia e vagueza. Pelo fato de os modelos aqui apresentados estarem inseridos numa perspectiva teórica mais ampla que busca compreender a cognição a partir da linguagem, entendemos que uma complementaridade interessante possa surgir para nossa discussão ao serem levados em consideração dados de uma outra disciplina cognitiva sobre os fenômenos avaliados.

Passa-se, agora, para a apresentação e análise de cada um dos três modelos de descrição da estrutura semântica dos itens lexicais.

#### **4.1 Modelo Radial**

O Modelo Radial (*radial network model*) de Lakoff para tratar da polissemia faz parte de um quadro teórico mais amplo, que busca fornecer uma nova proposta para o funcionamento conceitual, considerando fatores linguísticos, pré-linguísticos e culturais. Retomando os dados apresentados nos trabalhos de Rosch, Lakoff (1987) propõe que os efeitos prototípicos são importantes para a estrutura das categorias, mas que não podem ser vistos como um resultado direto da estrutura conceitual ou da forma como as categorias são representadas mentalmente; sua existência é apenas um reflexo da forma como o conhecimento é organizado (LAKOFF, 1987). Assim, ao invés de tratar dos resultados de

Rosch a partir do próprio fenômeno da prototipicidade, Lakoff (1987) propõe seu entendimento dentro de um modelo geral da conceitualização, chamado por ele de teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs).

Segundo ele, os MCIs são estruturas complexas de conhecimento, que utilizamos para estruturar e compreender o conhecimento que temos a respeito do mundo. Esses modelos servem como um pano de fundo para estruturar processos cognitivos como o raciocínio e a categorização. Apesar de serem ricos em detalhe, esses modelos são idealizados, pois eles não necessariamente representam um conhecimento preciso sobre o mundo, “eles podem ser definidos com relação a circunstâncias idealizadas, e não a circunstâncias como elas existem de fato”<sup>70</sup> (LAKOFF, 1999, p.393). Essa caracterização abre um amplo espaço para os aspectos enciclopédicos e culturais na caracterização conceitual.

Segundo Lakoff (1987), são quatro os princípios cognitivos básicos que guiam a formação dos MCIs: os esquemas de imagem, as proposições, a metáfora e a metonímia. Abaixo, cada um deles é descrito brevemente.

- MCIs estruturados por esquemas de imagem: são aqueles que se utilizam de esquemas de imagem, padrões básicos de experiência prélinguística, normalmente física ou corporificada, para estruturar o entendimento de outras categorias mais abstratas e complexas.
- MCIs proposicionais: por não serem estruturados por recursos imaginativos, compõem-se de conhecimento factual. Especificam elementos, suas propriedades e as relações mantidas entre eles. Os frames entram nesse tipo de modelo.
- MCIs metafóricos: surgem pelo mapeamento da estrutura de um domínio fonte, mais concreto, sobre um domínio alvo, mais abstrato. O domínio alvo é apreendido a partir de relações sistemáticas com o domínio fonte.
- MCIs metonímicos: quando um membro ou uma subcategoria representam metonimicamente toda a categoria. São salientes por serem entendidos como um ponto de comparação a partir do qual os membros são julgados típicos ou não com relação ao modelo metonímico.

Para explicar a característica idealizada relacionada os modelos cognitivos, Lakoff (1999) retoma a análise de *bachelor* [solteiro<sup>71</sup>] apresentada por Fillmore. De forma precisa, o substantivo *bachelor* pode ser definido como “ser humano adulto do sexo masculino não

<sup>70</sup> [They may be defined relative to idealized circumstances rather than circumstances as they are known to exist]

<sup>71</sup> Optou-se por não traduzir o termo *bachelor*, pois, em inglês, ele carrega diferentes características, não totalmente equivalentes ao português *solteiro*, como “não ter interesse em casar”, “ter diversas parceiras sexuais”; talvez mais identificável com “solteirão”.

casado”. Contudo, essa caracterização se dá num modelo que tem como pano de fundo uma sociedade (monogâmica) com casamento, no qual é esperado que as pessoas se casem em uma determinada idade. Nesse entendimento idealizado, não há nenhuma informação a respeito de padres, homossexuais, homens não casados que têm relações estáveis etc. Dessa forma, a dificuldade demarcatória da categoria (será um padre um *bachelor*?) não se dá pela falta de uma definição precisa para o conceito, mas por uma incompatibilidade com o MCI que é utilizado para o entendimento de *bachelor* e os outros casos em avaliação (que são, segundo Lakoff, entendidos através de MCIs distintos). Seguindo essa lógica, Lakoff (1987, p.71) afirma que “quanto pior for o ajuste entre as condições de fundo do MCI e o nosso conhecimento, menos apropriado será para nós utilizar o conceito”<sup>72</sup>. Assim, também, surgem alguns dos efeitos prototípicos, que fazem com que os elementos que mais se aproximam ao modelo idealizado sejam vistos como prototípicos da categoria (no exemplo, um homem solteiro que more sozinho e não tenha uma parceira fixa).

Além da incompatibilidade entre modelos, como aquela responsável pela geração dos efeitos de prototipicidade encontrados em *bachelor*, outra fonte de efeitos prototípicos são os modelos agrupados [*clustered models*]. Segundo Lakoff (1987, 1999), esses modelos não têm relação com os agrupamentos de atributos propostos por Rosch. Lakoff se utiliza do exemplo do estudo de Coleman e Kay (1981) para deixar isso claro. Em seus experimentos, os autores avaliaram o uso do verbo *lie* [*mentir*], e constataram, segundo os dados de um dos experimentos, que os sujeitos davam pesos diferentes para os atributos que contavam para que uma mentira fosse prototípica: em primeiro lugar, a pessoa que mente deve acreditar que aquilo que ela diz não é verdade; em segundo lugar, deve existir a intenção de enganar a outra pessoa; e, em último lugar, com menos peso, o fato de o que foi dito ser realmente uma falsidade. Contudo, quando perguntados diretamente qual a principal característica de mentir, sistematicamente, os sujeitos afirmaram ser a falsidade do que foi dito: um resultado oposto ao obtido no experimento anterior. Assim, a partir desses dados, Lakoff afirma demonstrar que nem sempre o que os sujeitos entendem como sendo um atributo definidor de uma categoria será realmente o atributo que tem mais peso na definição dessa categoria. Sustentando um argumento contrário a essa visão, ao invés de caracterizar as categorias em termos de agrupamentos de atributos, como proposto por Rosch e Mervis (1975), Lakoff

---

<sup>72</sup> [the worse the fit between the background conditions of the ICM and our knowledge, the less appropriate it is for us to apply the concept]

sugere que elas devem ser caracterizadas por MCIs, pois estes, sim, possuem estrutura interna.<sup>73</sup>

Os modelos cognitivos agrupados são aqueles que convergem e formam um modelo complexo, que, coletivamente, “é psicologicamente mais básico do que os modelos considerados individualmente”<sup>74</sup> (LAKOFF, 1987, p.74). Um dos exemplos apresentados por Lakoff é o da categoria *mother* [mãe], estruturada, segundo ele, por um modelo complexo que combina diversos modelos individuais de mães. Segundo Lakoff (1987), o modelo complexo seria composto pelos submodelos *modelo de nascimento* (a pessoa que dá a luz), *modelo genético* (a mulher que fornece o material genético), *modelo de criação* (a mulher que cuida da criança, fornece alimento), *modelo conjugal* (a esposa do pai) e *modelo genealógico* (a antepassada mais próxima).

Mesmo que o *modelo de nascimento* pareça ser o modelo padrão para compreender o conceito, apenas ele não é capaz de dar conta de todos os casos. Em diferentes usos, cada um dos MCIs pode ser o modelo utilizado como o principal para entender o conceito de *mother*. Por exemplo, o fato de uma pessoa que foi adotada utilizar a expressão *I was adopted and I don't know who my real mother is* [fui adotado e não sei quem é minha mãe verdadeira] demonstra que a pessoa utiliza dois modelos diferentes para caracterizar o conceito, um no sentido de *criação* (se ela tem outra mãe que não a mãe “real”, a pessoa se refere a quem a criou) e um de *nascimento* (a mulher que deu à luz a ela). Assim, segundo Lakoff, todos os modelos contribuem para a caracterização do conceito *mother* e, inclusive, podem ser responsáveis por diferentes extensões de significado, como nos exemplos abaixo:

- (i) *Necessity is the mother of invention* [a necessidade é a mãe da invenção]
- (ii) *He wants his girlfriend to mother him* [ele quer que sua namorada aja como sua mãe]

Enquanto no primeiro exemplo (i) o *modelo de nascimento* seria responsável pelo mapeamento metafórico por trás da expressão, gerando o sentido de “dar origem a”, no segundo (ii), o *modelo de criação* é o que possibilitaria a utilização metafórica da expressão, com o sentido de “agir como se fosse uma mãe”. Esses dados, Lakoff afirma, embasam a necessidade de se utilizar diferentes modelos para estruturar o conceito *mother*, sem que seja possível entendê-lo a partir de uma definição em termos de condições necessárias e suficientes. Os casos que pertencem à categoria são considerados membros “em virtude da

<sup>73</sup> Para uma explicação mais aprofundada do assunto, ver Lakoff (1987, capítulo 7).

<sup>74</sup> [Is psychologically more complex than the models taken individually]



sua relação com o caso ideal, no qual os modelos convergem. Essa instância ideal é uma dos vários tipos de instâncias que dão origem a efeitos prototípicos”<sup>75</sup> (LAKOFF, 1987, p.76).

O último tipo de fenômeno prototípico apresentado por Lakoff (1987) são as categorias radiais. Nessas categorias, subcategorias que fazem parte dela são compreendidas como variantes de um caso central, a partir da relação que mantém com um modelo central da categoria. Contudo, essas extensões não são especializações da categoria central, mas variantes dela. Isso porque esses outros modelos que podem ser derivados do modelo central não são gerados por regras gerais (previsíveis), mas definidos por convenção e devem ser aprendidos pelos falantes de uma língua. Lakoff (1987) define as categorias radiais do seguinte modo:

Elas não podem ser representadas por um único modelo mais os princípios gerais. Elas envolvem muitos modelos organizados em torno de um centro, com links no centro. Esses links são caracterizados por outros modelos cognitivos no sistema conceitual ou por uma relação de similaridade. Os modelos não centrais não são previsíveis do modelo central, mas são motivados pelos modelos centrais e outros modelos que caracterizam os links com o centro.<sup>76</sup> (LAKOFF, 1987, p.153-154)

Aqui, é interessante destacar a diferenciação que Lakoff faz entre princípios que *motivam* uma extensão e a geração de extensões *por regras*. Mesmo que as subcategorias geradas pelo modelo central não sejam aleatórias, elas são restringidas pelo modelo central e motivadas por processos cognitivos gerais, contudo, não existem regras gerais que determinem qual extensão será gerada. Isso fica mais claro ao se pensar que cada língua possui suas próprias categorias, influenciadas pela cultura e definidas por convenção. Diferentemente do inglês, por exemplo, em português não temos a categoria *surrogate mother* [barriga de aluguel], pois essa categoria (ainda) não é uma realidade em nossa cultura.

Retomando as extensões da categoria *mother*, um modelo importante que surge através de um processo metonímico é o estereótipo *housewife mother* [mãe dona de casa] (LAKOFF, 1987). No caso de modelos cognitivos metonímicos, uma das subcategorias do cluster acaba recebendo um status social reconhecido e, em diversas situações, representando a categoria de uma forma geral. Assim, essa subcategoria passa a adquirir um papel importante de ponto de referência para o reconhecimento, comparação e raciocínio quando toda a categoria está em questão.

---

<sup>75</sup> [They are all mothers by virtue of their relationship to the ideal case, where the models converge. That ideal case is one of the many kinds of cases that give rise to prototypical effects]

<sup>76</sup> [They cannot be represented by a single model plus general principles. They involve many models organized around a center, with links to the center. The links are characterized by other cognitive models in the conceptual system or by a similarity relation. The noncentral models are not predictable from the central model, but they are *motivated* by the central models and other models that characterize the links to the center]

Com base em expectativas sociais de que mães que ficam em casa cuidando dos filhos e que não trabalham fora são melhores exemplos de mães (um estereótipo), a subcategoria *housewife mother* recebe um status diferente e serve para definir o lugar de outros membros em comparação a ele.<sup>77</sup> É dessa forma que a compreensão de *mother* não se dá apenas por conta do cluster de modelos convergentes (mulher que deu à luz, forneceu material genético, cuida, tem a custódia etc.), mas também por um modelo metonímico, que, representando a categoria como um todo, define as expectativas sociais e culturais com relação aos membros da categoria.

Juntos, segundo Lakoff (1987), o *modelo de cluster* e o *modelo metonímico* formam um protótipo composto, que impõe uma estrutura de representatividade para a categoria. Quanto mais próximo ao protótipo de *mother*, “mãe biológica, que é dona de casa responsável por cuidar dos filhos, sem ter um emprego remunerado e casada com o pai da criança”<sup>78</sup>, mais representativo da categoria aquele exemplar será. Como exemplo, podemos tomar a subcategoria *surrogate mother*. Esse subtipo da categoria *mother* é definido por Lakoff como uma mulher que “foi contratada para dar à luz e somente isso. Ela pode ou não ter fornecido os genes, não é casada com o pai e não é obrigada a criar a criança. Ela, por contrato, desistiu de ser a guardiã legal da criança”<sup>79</sup> (LAKOFF, 1987, p.83). Essa subcategoria, por apresentar poucos atributos em comum com o cluster do MCI *mother* e, principalmente, com o modelo central, é uma categoria distante do protótipo, não sendo um subtipo representativo.

Assim, segundo Lakoff, essa categoria – estruturada por um caso central e variações convencionalizadas na língua, motivadas por princípios cognitivos – forma uma estrutura radial. De certa forma, a proposta de Lakoff utiliza os resultados da Teoria Prototípica, mas muda o foco explicativo dos efeitos superficiais encontrados na organização das categorias (como a existência de protótipos) para a própria organização e processos de criação das categorias, pois “as categorias não são definidas em termos de atributos ou tendências centrais. As categorias são estruturas amplas de conhecimento, e palavras podem ser vistas

---

<sup>77</sup> Não podemos esquecer que aqui estamos lidando com um estereótipo, datado e dependente de fatores culturais. Hoje em dia, possivelmente, já exista um estereótipo de *mother* que é exatamente o oposto desse: o fato de trabalhar fora e, ainda assim, conseguir cuidar da casa e da família são atributos valorizados. Isso demonstra como a proposta de Lakoff é flexível, considerando a importância da experiência social e do papel enciclopédico.

<sup>78</sup> [biological mother who is a housewife principally concerned with nurturance, not working at a paid position, and married to the child’s father]

<sup>79</sup> [she has (sic) contracted to give birth and that’s all. She may or may not have provided the genes, and she is not married to the father and is not obliged to provide nurturance. And she has contractually given up the right to be legal guardian]

como pontos de acesso a elas<sup>80</sup>” (RIEMER, 2010, p.241). Assim, a proposta de Lakoff é mais bem entendida como um modelo que busca dar conta da cognição como um todo, destacando a ampla rede enciclopédica que a caracteriza.<sup>81</sup>

A visão de categoria radial e a teoria dos MCIs de Lakoff (1987) foram aplicadas para a descrição dos significados apresentados pelos itens lexicais, principalmente no que diz respeito às preposições e aos verbos. No trabalho pioneiro de Brugman (1981), uma das primeiras propostas expressivas relacionadas a esse modelo, a autora busca descrever os significados de *over* com base no postulado de que esse item lexical polissêmico é uma categoria radial de significados relacionados, na qual há uma “estrutura radial, com um membro central e uma rede de links com outros membros. Cada membro não central é ou uma variante do membro central, ou uma variante de uma variante”<sup>82</sup> (BRUGMAN; LAKOFF, 2006, p.109).

Para caracterizar os significados não centrais, são postuladas distinções mínimas de configuração, e esses outros significados se relacionariam ao significado central a partir de um número finito de tipos de relações. Dessa forma, os autores propõem que os mesmos princípios básicos existentes na estruturação das categorias linguísticas e não linguísticas se aplicariam a diversos domínios, e a possibilidade da descrição da polissemia também nesses termos demonstraria a existência de fenômenos naturais que caracterizam todo o funcionamento do sistema conceitual (BRUGMAN; LAKOFF, 2006).

Assim, em uma rede lexical, os processos cognitivos responsáveis pela relação entre os sentidos ocorrem, de acordo com Norvig e Lakoff (1987), por transformações de esquemas de imagem, metáfora, metonímia, adição de frame, e, para verbos, por diferenciação de papéis temáticos e mudanças de perfilamento. Os autores afirmam que “esses tipos de link permitem que representemos uma rede de sentidos lexicais de forma a eliminar redundâncias, postular generalizações entre sentidos e mostrar exatamente de que forma os significados polissêmicos estão relacionados uns com os outros”<sup>83</sup> (NORVIG; LAKOFF, 1987, p.197).

---

<sup>80</sup> [categories are not defined in terms of attributes or central tendencies. Categories are broad knowledge structures, and words can be seen as points of access to them]

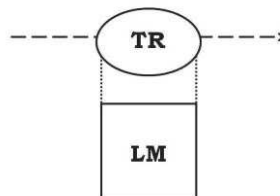
<sup>81</sup> Para uma avaliação crítica da Teoria dos MCIs, cf. Vervaeke e Green (1997). Em seu artigo, espirituosamente intitulado “Women, Fire, and Dangerous Theories” eles apontam que Lakoff diminui a importância dos efeitos prototípicos; mistura as noções de categorização e a de conceito; utiliza dados aparentemente problemáticos do experimento de Coleman e Kay para invalidar a utilização do agrupamento de atributos como origem de efeitos prototípicos; entre outras críticas importantes.

<sup>82</sup> [“radial” structure, with a central member and a network of links to other members. Each noncentral member of the category is either a variant of the central member or is a variant on a variant]

<sup>83</sup> [these link types enable us to represent a network of lexical senses in such a way as to eliminate redundancies, state generalizations across senses, and show exactly how polysemous senses are related to one another]

Para exemplificar a proposta abarcada pelo Modelo Radial e desenvolver alguns dos conceitos relacionados, apresentaremos parte da análise do item lexical *over* proposta por Lakoff e Brugman (BRUGMAN; LAKOFF, 2006; LAKOFF, 1987). Primeiramente, os autores sustentam a necessidade de se abandonar uma representação por traços (mesmo que muitas vezes isso seja possível), buscando representar os dados da análise através de estruturas imagéticas topológicas, que “caracterizam estruturas orientadas com relação ao corpo humano, que se aplicam, geralmente, a relações espaciais” (BRUGMAN; LAKOFF, 2006, p.110). Essa caracterização permite incluir estruturas elementares, como trajetória e regiões delimitadas [*bounded*], e orientações espaciais, que acabam sendo recursos, segundo eles, mais significativos e naturais para o entendimento dessas relações.

Segundo os autores, o significado central de *over* é o que eles chamam de “*above e across*” [*grosso modo*, “acima” e “através de”], exemplificado pela sentença *The plane flew over*. Nesse uso, temos três elementos básicos, um vetor (*trajectory*, TR), um marco (*landmark*, LM) e uma trajetória (*path*). O vetor (TR) se desloca sobre o marco (LM) e passa por ele, sem que haja uma especificação para contato. Os autores propõem o seguinte esquema para representar esse sentido:



**Figura 5.** Esquema 1, significado central de *over* – “*above e across*”

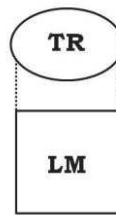
A partir de mudanças mínimas de configuração desse esquema geral, diversos outros usos podem ser caracterizados, com uma maior especificação da natureza do marco (pontual; estendido; vertical; estendido e vertical) e da definição de haver ou não contato entre vetor e marco. Os exemplos fornecidos pelos autores são os seguintes, com suas respectivas caracterizações:

- (i) *The bird flew over the yard* [o pássaro sobrevoou o quintal] (marco estendido, sem contato)
- (ii) *The plane flew over the hill* [o avião sobrevoou o morro] (marco vertical e estendido, sem contato)
- (iii) *The bird flew over the wall* [o pássaro sobrevoou o muro] (marco vertical, sem contato)
- (iv) *Sam drove over the bridge* [Sam passou sobre a ponte (dirigindo)] (marco estendido, com contato)
- (v) *Sam walked over the hill* [Sam cruzou o morro] (marco vertical e estendido, com contato)
- (vi) *Sam climbed over the wall* [Sam atravessou o muro] (marco vertical, com contato)

Todos os esquemas derivados estão relacionados com o esquema central (Esquema 1) e uns com os outros, seja direta ou indiretamente. Esse esquema central também está relacionado a outras especificações de uso nas quais o foco recai sobre o final da trajetória realizada pelo vetor [*end-point*], como exemplificado por:

- (v') *Sam lives over the hill* [Sam mora do outro lado do morro] (marco vertical e estendido, com contato, foco no *end-point*)  
 (iv') *Sausalito is over the bridge* [Sausalito fica do outro lado da ponte] (marco estendido, com contato, foco no *end-point*)

Outro grupo de usos relacionados ao Esquema 1 é o representado abaixo:



**Figura 6.** Esquema 2, “above”

Aqui, há um vetor e um marco não delimitado [*unbounded*], não há deslocamento nem contato entre eles (sentença vii) e o marco pode ser também unidimensional (viii). O significado dos usos desse grupo é semelhante ao de *above*. Os usos podem ser ilustrados por:

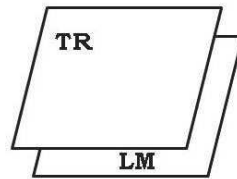
- (vii) *The helicopter is hovering over the hill* [o helicóptero está planando sobre o morro]  
 (viii) *The power line stretches over the yard* [a linha de energia passa sobre o quintal]

Brugman e Lakoff (2006) apontam que, tradicionalmente, esse Esquema 2 é tomado por outros pesquisadores como sendo o esquema central para *over*, porém, pelo fato de ele não permitir contato (já que o contato acarretaria no uso de *on*, e não de *over*), ele não possibilitaria a explicação de todos os usos abarcados pelo Esquema 1. Essa segunda configuração do Esquema 2 (“above”), segundo os autores, se liga ao Esquema 1 através do uso exemplificado pela sentença (i), pelo que eles chamam de link transformacional [*transformational link*], pelo fato de se constituir a partir da mesma imagem, porém sem o componente de movimento. Assim, a questão aqui não é mais de “compartilhamento de subesquemas, mas de subesquemas *relacionados*” (LAKOFF, 1987, p.426).

O terceiro grupo de usos que apresentaremos é aquele relacionado ao sentido de cobertura, que, segundo os autores, tem seu centro em usos do mesmo tipo que:

- (ix) *The board is over the hole* [a tábua está sobre o buraco]

Nesse uso, o esquema, de acordo com Brugman e Lakoff, é uma variante do Esquema 2, contudo necessariamente apresentando um vetor de, pelo menos, duas dimensões e que se estenda para além dos limites do marco (no Esquema 2, não há especificação a esse respeito). Outra distinção é que o Esquema 3 é neutro com relação ao contato entre vetor e marco, enquanto que o anterior não o permitia. Essas características são representadas pelo Esquema 3:



**Figura 7.** Esquema 3, *covering*

Uma das especificações possíveis desse esquema é a adição de um deslocamento do vetor com foco no ponto final, como no exemplo *The city clouded over* [a cidade ficou nublada/foi tomada por nuvens]. Segundo os autores, essa especificação se liga ao Esquema 1 por compartilhar a noção de uma trajetória “*above* e *across*” e por ser neutra quanto ao contato entre vetor e marco. Contudo, diferentemente do Esquema 1, ela é especificada para a dimensão do vetor e tem foco no ponto final.

Outra especificação possível para esse esquema, a partir da combinação de *over* com o quantificador *all*, tem a ver com um vetor percebido como composto por diversos elementos [*multiplex trajectory*]. Num primeiro caso, tem-se a quantificação de regiões no marco, ou seja, ao invés de se perceberem diversos vetores individualmente, somente um é percebido, como em:

(xi) *The guards are posted all over the hill* [os guardas estão posicionados sobre todo o morro]

A partir da percepção de que esse vetor múltiplo estaria distribuído de forma mais ou menos homogênea sobre o marco (uma relação visual comum feita entre elementos multiplex e a distinção contável/incontável), uma transformação da imagem do Esquema 3 é utilizada para relacionar esse subesquema com o mais geral.

Em um segundo caso de mesmo tipo, associado à quantificação contável/incontável, diversos pontos da entidade múltipla, a partir de uma transformação imagética, são unidos por uma trajetória que recobre a extensão do marco, como no exemplo:

(xii) *I walked all over the hill* [caminhei por todo o morro]

Brugman e Lakoff ainda exploram outras especificações desse esquema, assim como apresentam e explicam usos para esquemas reflexivos (no qual o vetor funciona como seu próprio marco limitante, do tipo *roll the log over* [rolar a tora (sobre seu próprio eixo)]), de excesso (como utilizado em prefixos, *the bathtub overflowed* [a banheira transbordou]) e de repetição (uso adverbial, *do it over* [fazer novamente]). Quanto ao esquema de excesso, é interessante retomarmos a explicação que Lakoff e Brugman dão para esse significado. Os autores afirmam que esse é um esquema imagético complexo, uma variação do Esquema 1, em sua especificação como na sentença (iv'), no qual há um marco estendido e, com contato, o vetor ultrapassa seus limites, com foco no ponto final. Diferentemente desse primeiro esquema, o que temos agora é uma orientação vertical, na qual o ponto final é no topo do marco. O argumento prossegue e Lakoff e Brugman apontam que influenciam ainda para o entendimento metáforas conceituais, primeiro, através da conceitualização de quantidade, metáfora conceitual MAIS É PRA CIMA, e, segundo, da conceitualização de atividades como jornadas, ATIVIDADE É JORNADA. O limite do marco é aquilo que é considerado normal para tal atividade. Assim, eles resumem:

O esquema excesso é, assim, não um mero esquema de imagem, mas um esquema de imagem complexo, que faz uso de um esquema de imagem [...], de uma transformação de orientação da horizontal para a vertical, de duas metáforas [...] e de informação proposicional sobre o que é normal [para a situação em questão].<sup>84</sup> (BRUGMAN; LAKOFF, 2006, p.128)

É interessante notar que, segundo os proponentes desse modelo, os usos metafóricos dos itens lexicais avaliados são vistos como um fenômeno superficial, dado que a explicação para esses usos metafóricos se dá em termos de metáforas conceituais que, de acordo com eles, têm uma existência própria no sistema conceitual. Um exemplo desse tipo é o uso

*She has a strange power over me* [ela exerce um poder estranho sobre mim]

que Brugman e Lakoff (2006) explicam se originar de um mapeamento sistemático, no qual exercer controle é entendido em termos de um esquema de imagem de verticalidade, que dá origem às metáforas conceituais CONTROLE É PRA CIMA; FALTA DE CONTROLE É PRA BAIXO. Entendida com relação a um modelo que busca explicar as expressões linguísticas em termos de organização conceitual, parece-nos que a explicação fornecida pelos autores a respeito desse uso é pertinente. Contudo, cabe lembrar que, mesmo que essa metáfora conceitual explique algumas das expressões que carregam a mesma

<sup>84</sup> [the excess schema is thus not merely an image-schema, but a complex image-schema that makes use of an image-schema [...], an orientation transformation from horizontal to vertical, two metaphors [...], and propositional information about what is normal]

conceitualização, a linguagem é, antes de tudo, um sistema simbólico convencional, o que nos permite questionar até que ponto a interpretação de *over* nessa sentença se dá realmente pela existência de uma metáfora conceitual ou quanto disso é responsabilidade do contexto linguístico e das expressões que coocorrem contextualmente, como *power*.

Uma questão central relacionada às propostas do Modelo Radial diz respeito à noção de motivação, pois se entende que, mesmo que não sejam previsíveis, as extensões do esquema central não são aleatórias, mas motivadas, pois “todos os esquemas não centrais de *over* [...] são motivados – motivados por outros significados ou por princípios de ligação”<sup>85</sup> (BRUGMAN; LAKOFF, 2006, p.132). Assim, o pilar da análise da motivação entre os significados de um item são as relações topológicas e conceituais. Concordamos plenamente com o postulado de que o léxico é motivado e influenciado pelas experiências corpóreas e pelos processos cognitivos, contudo, existem fenômenos lexicais que podem (e devem) ser explicados por circunstâncias e motivações com um caráter mais puramente linguístico ou social. Um exemplo simples disso é a documentada influência que a multiplicidade semântica de empréstimos de outras línguas pode exercer quando um item passa a fazer parte do repertório de outra língua, podendo “emprestar” sua polissemia a um item da outra língua (cf. Ullmann, 1967, p.165-167).

Pelos dados da análise apresentada de *over*, podemos depreender que os autores consideram o significado central do item aquele que dá coesão semântica à categoria, que permite explicar a existência dos outros significados. Mais explicitamente, com relação a sua análise de *take*, Norvig e Lakoff (1987, p.199) afirmam que “os sentidos de *take* podem ser representados de forma mais econômica em termos de links de variação mínima se [...]” considerarmos o sentido utilizado em *the baby took the toy from its mother* [o bebê pegou o brinquedo que estava com sua mãe] como o central. Assim, para esse modelo, o que está em questão para definir qual significado é caracterizado como central é seu poder explicativo, sua compatibilidade com os outros significados do item através dos possíveis links de relação. Contudo, um sério problema que se impõe com relação a isso é que o método utilizado para se chegar a esse significado central é baseado exclusivamente na introspecção (GLYNN, 2012; SANDRA; RICE, 1995). Com isso, as análises que se baseiam nesse modelo estão sujeitas a diferentes interpretações, como demonstram Tyler e Evans (2001), ao postularem que o significado central de *over* é o representado pelo Esquema 2, com o uso do mesmo tipo que *The bee is hovering over the flower* (estático, sem contato).

---

<sup>85</sup> [all of the noncentral schemas for *over* [...] are motivated – motivated by other senses and by principles of linking]



Como já argumentamos acima, o foco nos mecanismos de extensão cognitivos de significado pode ser um limitador da avaliação, pois além de aumentar a possibilidade de discordância, através do uso da introspecção, afasta as análises apresentadas de instâncias de uso real da língua (cf. Glynn, 2006). Como consequência, para ilustrar suas hipóteses, os teóricos que seguem esse modelo podem buscar ocorrências que se enquadrem adequadamente na explicação proposta, utilizando, assim, a introspecção para postular generalizações. Essa crítica é basicamente a mesma já tradicional feita aos estudos da metáfora conceitual.

Outra questão que decorre da utilização exclusiva da introspecção tem relação com as explicações postuladas para os links entre os esquemas e suas especificações e para as transformações de esquemas e subesquemas. Algumas vezes, as propostas fornecidas para compreender os links são tão subjetivas que se aproximam de um tipo de “etimologia especulativa” de ordem sincrônica. Um exemplo claro disso é a análise do esquema “excesso”, apresentada acima, que poderia ser explicada igualmente bem sem a metáfora conceitual ATIVIDADE É JORNADA ou, até mesmo, com base em outro esquema, como, por exemplo, do mesmo tipo que o uso (vi), *Sam climbed over the wall*.

Outra crítica comum feita ao modelo radial é que ele não dá ênfase aos elementos que os sentidos e usos do item têm em comum, ou seja, ele não explicita as relações de semelhanças de família, de modo que a estrutura semântica do item toma a forma de sentidos discretos e isolados (GEERAERTS, 2010; GLYNN, 2012). A partir da análise de *over*, percebe-se que diversas características coocorrem entre os diferentes usos (basta avaliar os usos relacionados a cada um dos esquemas), contudo, Lakoff e seus colegas atribuem a essas configurações de diferenças mínimas o valor de significado, perpetuando a noção, que eles mesmos criticam, de que uma lista de traços é suficiente para caracterizar o significado lexical. Assim, a ênfase do Modelo Radial acaba sendo outra, como os autores destacam: “os links correspondem ao que Wittgenstein chamou de “semelhanças de família”. Os links, às vezes, são definidos por propriedades compartilhadas. Porém, frequentemente, eles não são definidos por propriedades compartilhadas, mas por transformações ou por metáforas”<sup>86</sup> (BRUGMAN; LAKOFF, 2006, p.129), de modo que o efeito de saliência acaba recaindo apenas no significado central da categoria radial.

Finalmente, uma crítica constante ao Modelo Radial é que nele há uma profusão de significados, sem que fique claro se o que os autores estão realmente avaliando diz respeito

---

<sup>86</sup> [The links correspond to what Wittgenstein called ‘family resemblances.’ The links are sometimes defined by shared properties. But frequently they are not defined by shared properties, but by transforms or by metaphors]

propriamente a um significado do item lexical ou a uma diferença contextual de uso (ou seja, um caso de vagueza). Por exemplo, Lakoff (1987), ao avaliar o item *window*, afirma que é possível utilizá-lo em três sentidos diferentes, como “abertura na parede”, “quadro que preenche a abertura” e “vidro que cobre o quadro”. Lakoff, assim, trata o que é uma instância de vagueza referencial em termos de distinções semânticas. Além disso, tendo em vista a defesa dos autores de que esse é um modelo realista da forma como as pessoas armazenam a informação semântica (ou mesmo como chegam até ela), postular a polissemia nesses termos impõe sérias questões quanto à representação, pois “economiza na computação de variantes contextuais, mas aumenta as demandas de armazenamento; ela também requer procedimentos de desambiguação” (TAYLOR, 2006, p.54).

Assim, fica evidente que o Modelo Radial tem uma orientação fortemente cognitiva, buscando estabelecer os mecanismos conceituais que estão por trás da multiplicidade semântica. Tal característica faz com que ele seja mais desenvolvido quanto ao poder explicativo dos fenômenos cognitivos em questão (como a metáfora e os esquemas de imagem), mas não tão útil no que diz respeito à descrição lexical, pela dificuldade em operacionalizar de forma sistemática os principais conceitos utilizados por esse modelo. Além disso, parece que uma análise do tipo proposto para *mother* traz a vantagem de incorporar na descrição lexical aspectos enciclopédicos importantes para o significado do item, considerando especificações referenciais, mas que devem ser incorporados com cautela para que a distinção entre polissemia e vagueza, ao invés de flexível, seja considerada inexistente.

## 4.2 Modelo Esquemático

O Modelo Esquemático (*schematic network model*) tem sua origem no trabalho de Langacker (2008). Esse modelo de descrição das categorias com multiplicidade semântica faz parte de uma teoria mais ampla proposta pelo autor para caracterizar o conhecimento linguístico de modo geral, a Gramática Cognitiva. A principal característica da proposta de Langacker, e o que fundamentalmente a diferencia de abordagens tradicionais à gramática, se refere à premissa de que a gramática é, por natureza, simbólica.

Considerando que o conhecimento linguístico do falante é parte integral da cognição e influenciado por outras capacidades de apreensão, essa teoria sustenta que a gramática precisa ser avaliada a partir da interrelação entre significado e cognição. Nas palavras de Langacker (2008, p.6):

Se a linguagem serve uma função simbólica, estabelecendo conexões sistemáticas entre conceitualizações e fenômenos observáveis como sons e gestos, buscar uma explicação na qual a gramática seja ela mesma simbólica parece ser algo natural e desejável.<sup>87</sup>

O autor destaca o papel central da cognição para o significado, pois ele é intrinsecamente dependente da mediação das estruturas mentais, por esse motivo o consagrado mote atrelado a sua teoria, de que “produzir significado é conceitualizar” ou que “o significado é igual à conceitualização”. Contudo, mesmo que se trate de uma semântica conceitual, ela abarca todos os tipos de experiência, incluindo também, e com igual relevância, o “contexto físico, linguístico, social e cultural” (LANGACKER, 2007, p.431), pois mesmo que seja um fenômeno interno, a conceitualização está arraigada na experiência real no mundo. Dessa forma, “as estruturas semânticas são especificamente vistas como representando a *adaptação* da conceitualização para propósitos expressivos, sujeitando-se, assim, tanto às restrições da convenção linguística quanto às exigências da função da linguagem”<sup>88</sup> (LANGACKER, 2007, p.432).

Reforçando a interdependência entre o uso e a convencionalidade, Langacker (2007), assim como Lakoff, defende uma noção enciclopédica de significado, o que não implica afirmar que não exista diferença entre semântica e pragmática, mas a defesa de uma gradação entre essas noções. O autor sustenta que “o conhecimento é considerado linguístico na medida em que ele está psicologicamente entrincheirado e é convencional na comunidade de fala, e ambos são uma questão gradual” (LANGACKER, 2007, p.432). Assim, a partir do uso é que unidades passam a ser entrincheiradas e, ao mesmo tempo, são entrincheiradas por serem convencionais e usadas pela comunidade linguística.

Dessa forma, a teoria de Langacker se funda no preceito de que a linguagem tem duas funções básicas: (i) a função simbólica, que permite que o conteúdo conceitual seja simbolizado em sons e gestos, e (ii) a comunicativa/interacional, que estabelece a importância da interação social para a determinação das estruturas (conceituais) envolvidas na linguagem (LANGACKER, 2007; 2008). Para tanto, Langacker postula que a descrição do léxico, morfologia e sintaxe envolve apenas estruturas simbólicas (pareamentos de estrutura semântica e estrutura fonológica), de modo que os três tipos de estrutura – semântica, fonológica e simbólica – são suficientes para caracterizá-los.

---

<sup>87</sup> [If language serves a symbolic function, establishing systematic connections between conceptualizations and observable phenomena like sounds and gestures, it would seem both natural and desirable to seek an account such that grammar is itself symbolic.]

<sup>88</sup> [semantic structures are specifically seen as representing the *adaptation* of conceptualization for expressive purposes, thus conforming to both the strictures of linguistic convention and the exigencies of language function]

As **estruturas semânticas** são conceitualizações exploradas para propósitos linguísticos, particularmente como os significados de expressões. Sob o nome de **estrutura fonológica**, incluo não somente sons, mas também gestos e representações ortográficas. A característica essencial dessas estruturas é ser manifestada explicitamente, e, assim, passível de preencher um papel de simbolização. As **estruturas simbólicas** não são distintas das estruturas semântica e fonológica, mas as incorporam. [...] uma estrutura simbólica [ $\Sigma$ ] consiste em uma associação entre uma estrutura semântica (S) e uma estrutura fonológica (F), de forma que uma é capaz de evocar a outra.<sup>89</sup> (LANGACKER, 2008, p.15)

A delimitação das unidades linguísticas se restringe, assim, aos elementos simbólicos convencionais, limitadas àquelas unidades que explicitamente ocorrem na língua e às que surgem através dos processos de esquematização e categorização. Em outras palavras, esses elementos devem estar de acordo com o que Langacker (2008) chama de “exigência de conteúdo” [*content requirement*], que estabelece que esses elementos devem ser:

- (i) estruturas semânticas, fonológicas e simbólicas que realmente ocorrem como parte de expressões;
- (ii) esquematizações de estruturas possíveis; e
- (iii) relações de categorização entre estruturas possíveis.

Para apresentar essas características, utilizaremos o exemplo que Langacker (2008) apresenta, o morfema *moon*. Esse morfema é uma unidade linguística do inglês, que possui um polo semântico (S) e um polo fonológico (F), unidos por uma relação simbólica, representada pelo autor das seguintes formas:



**Figura 8.** Estrutura simbólica de *moon* (Fonte: Langacker, 2008, p.15-16)

Essa é uma unidade convencional caracterizada por especificidade semântica (com significados relativamente claros e estabelecidos), especificidade fonológica (pois sua realização é explícita) e com baixa complexidade simbólica, pois ela não é analisável em termos de componentes simbólicos menores.

Pelo fato de uma das principais propriedades da linguagem ser a formação de estruturas complexas a partir de estruturas mais simples, é possível unir esse morfema à

<sup>89</sup> [**Semantic structures** are conceptualizations exploited for linguistic purposes, notably as the meanings of expressions. Under the rubric **phonological structure**, I include not only sounds but also gestures and orthographic representations. Their essential feature is that of being overtly manifested, hence able to fulfill a symbolizing role. **Symbolic structures** are not distinct from semantic and phonological structures, but rather incorporate them. [...] a symbolic structure resides in a link between a semantic structure (S) and a phonological structure (P), such that either is able to evoke the other.]

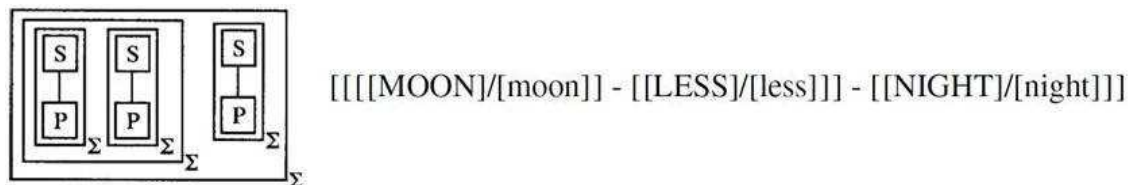
unidade *-less*, formando um agrupamento simbólico mais complexo, representada pelo diagrama abaixo:



**Figura 9.** Estrutura simbólica de *moonless* (Fonte: Langacker, 2008, p.15-16)

Essa estrutura é encontrada em diversos itens lexicais do inglês, como *hopeless*, *useless* e *boundless*. Dessa forma, o item (ii) das exigências de conteúdo permite postular que, além de *moonless*, *N+less* é também uma unidade linguística, porque é uma esquematização de estruturas possíveis.

Ainda mais esquemático é um padrão do tipo  $N_1+less\ N_2$ , que pode ser instanciado por diferentes expressões específicas, como *a childless couple* [casal sem filhos], *a hopeless situation* [situação desesperadora] e *a fruitless search* [busca sem resultados] (LANGACKER, 2008, p.20). Essa unidade é altamente esquemática e simbolicamente mais complexa que as duas anteriores, *moon* e *moonless*. Passando do esquema  $N_1+less\ N_2$  para uma de suas instanciações, *moonless night*, conforme os esquemas acima, sua representação seria:



**Figura 10.** Estrutura simbólica de *moonless night* (Fonte: Langacker, 2008, p.15-16)

Esses exemplos ilustram concretamente os motivos pelos quais, neste paradigma, o léxico e a gramática são entendidos como um continuum: por ambos serem vistos como um pareamento de forma e significado, ou seja, como estruturas simbólicas convencionais. Dessa forma, toda a arquitetura da gramática da língua pode ser descrita em termos dessas relações, tanto o léxico, quanto a morfologia e a sintaxe, pois elas apenas se diferenciam quanto sua especificidade ou, contrariamente, sua esquematicidade. Assim, quanto mais esquemática for uma junção simbólica, mais na direção do polo gramatical ela se encontrará. Contrariamente, quando uma unidade apresenta complexidade simbólica limitada, com o polo semântico e fonológico expressos com especificidade, mais para o polo lexical ela estará. Isso não implica

que não existam unidades típicas em cada um dos extremos, mas que a existência de casos intermediários é totalmente aceita.

Esse tipo de caracterização é interessante pois, como considera o léxico como o conjunto de unidades fixas, onde por unidades fixas entenda-se expressões que apresentam o status de convencionais, ele permite tratar de unidades maiores, como no exemplo *moonless night*, da mesma forma que uma unidade mais simples, como *moon*, já que ambas são expressões fixas, convencionais e arraigadas na língua inglesa. Essa noção destaca o fato de que falar uma língua “envolve aprender um enorme inventário de expressões maiores que palavras, que representam maneiras comuns de transmitir certas noções”<sup>90</sup> (LANGACKER, 2008, p.19).<sup>91</sup>

Retomando os postulados das exigências de conteúdo, estipula-se que as unidades podem ser aquelas que estabelecem relações de categorização entre as estruturas possíveis. O ato básico de categorizar é perceber uma dada experiência a partir de uma estrutura que já possuímos, ou seja, no tocante à língua, relacionar um elemento “com relação a conceitualizações convencionalmente simbolizadas na língua”<sup>92</sup> (TAYLOR, 2000, p.136). Assim, uma relação entre as estruturas semânticas de alguns termos pode ser representada da seguinte forma:

[[FLOR] → [TULIPA]]

[[CAVALO] .....►[BURRO]]

O primeiro tipo de relação Langacker chama de elaboração, que ocorre quando o conteúdo conceitual é manifesto sem distorção (por isso, o link contínuo da seta) e, normalmente, vai do mais genérico para o mais específico: a estrutura semântica de tulipa é uma elaboração da estrutura semântica de flor, tulipa é um exemplo típico de flor. O segundo tipo é chamado de extensão, quando o conceitual é manifesto parcialmente ou de forma imperfeita (por isso, o link tracejado): burro é categorizado como um caso não típico de cavalo, ou seja, a estrutura semântica de cavalo pode ser estendida para explicitar que burro é um tipo deviante de cavalo.

Um dos exemplos mais típicos nos quais ocorrem esses mecanismos de categorização são as taxonomias lexicais, “hierarquias de tipos convencionalmente reconhecidos”

<sup>90</sup> [Becoming a fluent speaker involves learning an enormous inventory of expressions larger than words, representing usual ways of conveying certain notions]

<sup>91</sup> Esse é, por exemplo, um dos principais postulados que norteiam a abordagem ligada à Linguística Cognitiva com relação à aquisição de língua (materna e L2).

<sup>92</sup> [with respect to conceptualisations conventionally symbolised in the language]

(LANGACKER, 2008, p.56). Na sequência de termos apresentada abaixo, há uma relação de elaboração da esquerda para a direita e cada item é esquemático em relação ao subsequente:

*coisa → objeto → ferramenta → martelo → martelo unha*

Assim, um dos conceitos relacionados aos de elaboração e extensão, e fundamental para os postulados de Langacker, é o de esquema. *Grosso modo*, a extração de esquemas, ou generalização, é um mecanismo cognitivo básico que permite o “reconhecimento de elementos comuns centrais, removendo detalhes menos importantes (para a tarefa cognitiva em questão) que podem divergir de um conceito para outro ou de uma experiência cognitiva para outra” (TUGGY, 2007, p.83). A partir dessa concepção geral, os conceitos de esquema e o de elaboração (e extensão) são bastante amplos e, assim, passíveis de ser utilizados para caracterizar diversos fenômenos, não apenas o lexical, pois “qualquer conceito que abstrai as diferenças entre subcasos similares pode ser apropriadamente chamado de esquema” (TUGGY, 2007, p. 84), como o padrão discutido anteriormente  $N_1+less N_2$ .

Apesar de não constituir um conceito novo na linguística, Tuggy (2007) aponta que é novidade a utilização do esquema do modo feito pela Gramática Cognitiva, como um mecanismo único para a explicação de uma ampla gama de fenômenos linguísticos e metalinguísticos. Dessa forma, o conceito de esquema é utilizado para explicar de forma integrada fenômenos como a polissemia, as classes gramaticais e a linguagem figurada.

Por ser uma abordagem baseada no uso, essa teoria sustenta que os “esquemas surgem a partir do destaque de elementos comuns abstratos que consistentemente ocorrem”<sup>93</sup> (LANGACKER, 2007, p.430). Esse é um ponto importante para a Gramática Cognitiva: a realização dessas noções em unidades linguísticas é intrinsecamente dependente do uso, pois, dada a função interativa e comunicacional da língua, os pareamentos de forma e significado só podem ser identificados a partir da abstração de eventos de uso. Isso, para a semântica lexical, implica reforçar a noção de que os significados são sempre abstraídos de eventos de uso.

A partir dessas noções, podemos retomar a caracterização apresentada anteriormente para o léxico. Para a Gramática Cognitiva, o léxico é o conjunto de expressões fixas da língua, que apresentam o status de serem convencionais e entrincheiradas. Contudo, esse conjunto não é fechado, pois os graus de entrincheiramento e convencionalidade são uma questão gradual. É importante ressaltar que, dado o caráter enciclopédico e cognitivo associado à

---

<sup>93</sup> [schemas emerge by the reinforcing of abstract commonalities that consistently recur]

linguagem postulado por essa teoria, um item lexical, a partir da sua estrutura semântica, é visto como uma forma de acesso ao conhecimento enciclopédico relacionado a ele.

Assim, como destaca Langacker (2007, p.432), “um item lexical fornece uma maneira particular de acessar domínios associados do conhecimento. [Contudo,] o acesso que ele permite é flexível e sujeito à influência contextual, mas nem por isso aleatório ou sem limites”.<sup>94</sup> Desse modo, devido à flexibilidade ocasionada pelo fato de as noções de entrenchamento e convencionalidade serem graduais, um item lexical não apresenta significados completamente estáveis e determináveis. O que um item lexical significa em dada instância de uso, ou seja, qual parte do conhecimento enciclopédico relacionado a ele que está sendo ativada, depende da inter-relação de todos esses fatores.

Langacker (2008, p.38) resume essa noção flexível do status de unidade dessas estruturas semânticas com os postulados de que:

Os significados (assim como outras estruturas linguísticas) são reconhecidos como parte de uma língua apenas na medida em que são (i) entrenchados nas mentes dos falantes individuais e (ii) convencionais para os membros de uma comunidade de fala. Somente uma quantidade limitada de sentidos satisfazem esses critérios e se qualificam como **unidades linguísticas** estabelecidas. Contudo, dado que o entrenchamento e a convencionalização são, intrinsecamente, questões graduais, não há um limite claro entre sentidos que possuem status de unidades estabelecidas e sentidos que não o tem. Encontra-se, ao contrário, uma gradação, que vai de novas interpretações, passa por sentidos incipientes e leva a significados linguísticos estabelecidos.<sup>95</sup> (LANGACKER, 2008, p.38)

Às porções de conteúdo conceitual, dá-se o nome de domínio e, ao conjunto de domínios evocados por uma expressão linguística específica, é dado o nome de matriz conceitual (de domínios). Isso porque, no uso, apenas uma parte delimitada do conteúdo conceitual é evocada, e, geralmente, os domínios necessários para a caracterização de uma expressão interagem de forma complexa. Por esse motivo, a importância atribuída por essa teoria aos mecanismos de *construal*, como uma forma de impor uma perspectiva, através da linguagem, ao conteúdo cognitivo (veja, por exemplo, a discussão de *glass* apresentada no capítulo anterior).

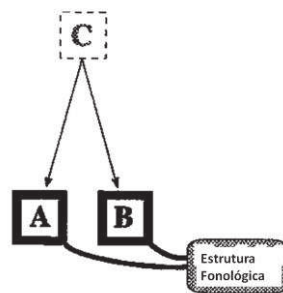
---

<sup>94</sup> [a lexical item provides a particular way of accessing associated domains of knowledge. The access it affords is flexible and subject to contextual influence, but not at all random or unconstrained]

<sup>95</sup> [Meanings (like other linguistic structures) are recognized as part of a language only to the extent that they are (i) entrenched in the minds of individual speakers and (ii) conventional for members of a speech community. Only a limited array of senses satisfy these criteria and qualify as established **linguistic units**. But since entrenchment and conventionalization are inherently matters of degree, there is no discrete boundary between senses which have and which lack the status of established units. We find instead a gradation leading from novel interpretations, through incipient senses, to established linguistic meanings]

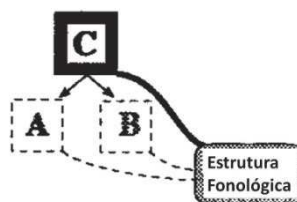


Retornando à questão do significado lexical, na Gramática Cognitiva, o tratamento da multiplicidade semântica em termos, principalmente, da noção de esquema ficou conhecido como Modelo Esquemático. Tuggy (2006) utiliza os conceitos de entrincheiramento, convencionalidade e esquema para explicar de que forma uma teoria lexical baseada na Gramática Cognitiva pode perceber os fenômenos da homonímia, da polissemia e da vagueza. Segundo o autor, um caso típico de ambiguidade (homonímia) pode ser descrito quando duas ou mais estruturas semânticas que estão relacionadas à mesma estrutura fonológica encontram-se entrincheiradas, e, assim, salientes na língua, contudo não apresentam um esquema comum que permita unir essas duas estruturas semânticas. Ou seja, temos, para uma estrutura fonológica, duas estruturas semânticas (A e B) entrincheiradas (representado pelas linhas grossas), nenhum esquema (C, com a falta de esquema representada pelo tracejado e pela distância elaborativa), como representado na figura abaixo:



**Figura 11.** Representação de homonímia (Fonte: Tuggy, 2006)

Ao contrário, quando uma estrutura fonológica apresenta um esquema (C) amplamente arraigado (representado pela linha grossa), mas dois significados (A e B) elaborativamente próximos e pouco estabelecidos (representado pela proximidade elaborativa), está-se diante de um caso típico de vagueza (TUGGY, 2006).



**Figura 12.** Representação de vagueza (Fonte: Tuggy, 2006)

Casos de polissemia seriam aqueles intermediários entre essas duas representações. Um deles (representado no caso **a** da Figura 13) apresentaria dois significados (A e B) bem entrincheirados, para o qual há um esquema (C) que ou não é saliente ou é elaborativamente distante. Um exemplo poderia ser os significados “cobrir uma abertura” e “finalizar uma

atividade” do item lexical *close*. Um segundo caso de polissemia (**b**) apresentaria significados e esquema salientes e entrincheirados. Podemos considerar os significados “parte de uma árvore” e “parte de uma matéria” do item lexical *branch*, com o esquema “parte de algo maior”. Outro caso de polissemia (**c**) seria aquele no qual existem dois significados razoavelmente salientes, mas não tão salientes quanto o seu esquema, como *head* e os significados “colarinho [de cerveja]” e “parte superior de uma planta” e seu respectivo esquema “parte superior de algo”.

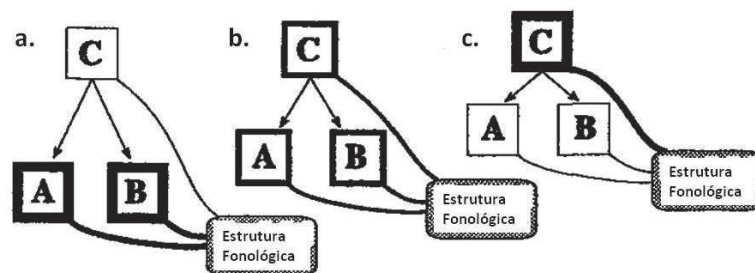


Figura 13. Representações de polissemia (Fonte: Tuggy, 2006)

Essas propostas de entendimento da polissemia, obviamente não são as únicas possíveis, mas devem ser consideradas como casos de delimitação mais evidente dentro de uma noção de continuum. Da mesma forma, a caracterização geral desses fenômenos deve ser vista como gradual: “conforme um grupo de significados e qualquer esquema que os englobe se aproximar da configuração apresentada [na Figura 11], podemos chamar isso de um caso de ambiguidade, e conforme se aproxime [da Figura 12], é vagueza” (TUGGY, 2006, p.176).

É dessa forma que as relações entre os significados de um item lexical podem ser representadas na estrutura geral do item, pois nem todos os significados apresentam relações semelhantes entre si e com os esquemas. É importante retomar as relações de categorização propostas por Langacker, pois elas são fundamentais para caracterizar as relações entre os significados de um item lexical. Isso porque, para o Modelo Esquemático, “os esquemas e as relações de categorização (baseadas em elaboração ou extensão) constituem a rede que representa os sentidos de um item lexical polissêmico”<sup>96</sup> (LANGACKER, 2008, p.57), pois são eles os responsáveis pelos usos convencionais estabelecidos na linguagem.

Para avaliar de que forma esses conceitos estruturam os significados de um item lexical, apresentamos a representação proposta por Langacker (2008) para o item *ring* [aro/anel]. Considere os seguintes significados do item:

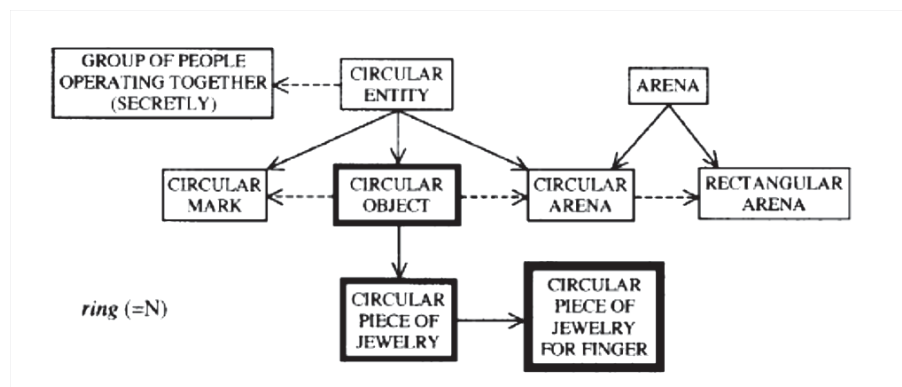
<sup>96</sup> [schemas and categorizing relationships (based on either elaboration or extension) constitute the network representing the senses of a polysemous lexical item]

1. “entidade circular”<sup>97</sup>
2. “objeto circular”
3. “joia circular”

Podemos perceber que, por uma relação de elaboração, o significado “entidade circular” serve para estruturar o significado “objeto circular”, da mesma forma que “joia circular” é uma elaboração (ou instanciação) de “objeto circular”. Assim, a relação de elaboração descreve casos nos quais o conteúdo conceitual está sendo manifesto sem distorção entre os significados (nesse caso, um objeto que apresenta um formato circular). Esse pode ser considerado um esquema que abarca elementos comuns aos significados. Igualmente, o significado “entidade circular” pode representar a categorização responsável por *ring* ser aplicado para descrever arenas circulares, de forma que é utilizado para a elaboração do significado “arena circular”. Esse último, por sua vez, apresenta com “arena retangular” uma relação que modifica uma propriedade conceitual (a propriedade de ser circular). Assim, entende-se que a relação entre “arena circular” e “arena retangular” é de extensão, visto que é usado para ampliar o significado do item distorcendo uma propriedade do primeiro. Da mesma forma, os significados “objeto circular” e “arena circular” também se encontram em uma relação de extensão. Para representar essas relações distintas de categorização, o autor utiliza setas contínuas para a elaboração e setas tracejadas para a extensão. Assim, temos:

ENTIDADE CIRCULAR → ARENA CIRCULAR  
 ARENA CIRCULAR .....→ ARENA RETANGULAR

De forma a representar todos os significados do item e a forma como eles se relacionam, Langacker propõe a seguinte estrutura para *ring*:



**Figura 14.** Representação esquemática de *ring* (Fonte: Langacker, 2008, p.37)

<sup>97</sup> Langacker utiliza caixa alta para representar os significados do item. Contudo, manteremos o padrão utilizado neste trabalho de apresentá-los entre aspas.

As diferenças de saliência entre os significados são representadas pelas linhas mais grossas e seguem o postulado do entrincheiramento baseado no uso, ou seja, quanto mais utilizado um significado for, mais central ele será para a estrutura do item. A partir da representação do autor, o significado “anel” é o mais saliente na categoria. Dessa forma, Langacker explica a existência de efeitos de saliência na estrutura da categoria lexical pela noção de entrincheiramento e, seguindo a mesma linha, Tuggy (2006, p.173) afirma que os esquemas e suas elaborações “existem à medida que são estabelecidos (entrincheirados) nas mentes dos falantes pelo uso repetido. Estruturas bastante entrincheiradas, *ceteris paribus*, são mais salientes que estruturas menos entrincheiradas, i.e., elas ocorrem de forma mais energética”.<sup>98</sup>

A partir dessas definições, podemos perceber que o entrincheiramento, um dos conceitos que têm mais peso para a proposta desse modelo – ele é utilizado para definir o status de unidade, para postular efeitos de centralidade, para caracterizar uma diversa gama de outros fenômenos linguísticos – é definido, mas não é sistematizável. Na citação de Tuggy apresentada acima, ele não define o tipo de saliência a qual se refere: “ocorrer de forma mais energética” é ser mais frequente, ter uma saliência psicológica ou ser mais significativo para as unidades descritas? O autor insiste: “O entrincheiramento é um tipo de saliência duradora, i.e., saliência para além de efeitos relativamente transitórios como o direcionamento da atenção ou a ativação intensificada por fatores contextuais”.<sup>99</sup> Concordamos com a existência desses efeitos, mas, do ponto de vista da descrição lexical (e linguística), ele se torna circular. Langacker (2007, p.423), ao criticar abordagens lógicas e formais na linguística, afirma que “a linguagem e as línguas devem ser descritas em termos próprios, sem a imposição de limites artificiais ou modos procrusteanos de análise baseado em sabedoria convencional. Como um corolário, a formalização não deve ser considerada um fim em si mesma, mas, ao invés disso, deve ser avaliada pela sua utilidade em um certo estágio de investigação”.<sup>100</sup>

Por mais contraditório que seja utilizar uma citação do próprio Langacker para ir, de certa forma, contra ele, parece que, quando se trata de linguística descritiva, é, sim, necessário que haja certo tipo de formalização, ou, pelo menos, uma maior explicitação dos métodos utilizados para se chegar às análises. Dessa forma, o Modelo Esquemático apresenta o mesmo

<sup>98</sup> [exist to the degree that they are established (entrenched) in speakers’ minds through repeated usage. Well-entrenched structures, *ceteris paribus*, are more salient than less-entrenched structures, i.e., they occur more energetically]

<sup>99</sup> [Entrenchment is a kind of enduring salience, i.e., salience apart from relatively transitory effects such as directed attention or heightened activation due to contextual factors]

<sup>100</sup> [language and languages have to be described in their own terms, without the imposition of artificial boundaries or Procrustean modes of analysis based on conventional wisdom. As a corollary, formalization is not to be considered an end in itself, but must rather be assessed for its utility at a given stage of investigation]

tipo de subjetividade presente no Modelo Radial, pois é fortemente baseado na introspecção e seus conceitos não são operacionalizáveis de forma sistemática.

Essa constatação também se relaciona ao fato de que, mesmo que o caráter baseado no uso seja uma característica importante para esse modelo, pouco se exploram ocorrências reais da língua. Os exemplos e análises são dados com base em sentenças criadas pelos linguistas ou em fatos de senso comum.

Retornando ao modelo, percebemos que ele destaca a estrutura de compartilhamento a partir da noção de esquema (e elaboração e extensão), mas a forma como essa estrutura é apresentada nas representações propostas não destaca as semelhanças de família. As relações explicitadas pelo modelo permanecem sendo aquelas mantidas entre dois significados aparentemente bem delimitados, e a ênfase recai sobre o componente que esses dois compartilham (o esquema). Assim, o protótipo é entendido como o membro representativo, não como um exemplar que surge como consequência de diferentes efeitos que agem para a estruturação da categoria.

Finalmente, parece duvidoso colocar peso semelhante quanto à representatividade em um significado específico (de *lower level*) como “anel” da mesma forma que teria um mais genérico (de *higher level*) como “objeto circular” somente por ele ser bastante arraigado. Além disso, esse modelo parece não diferenciar os fenômenos da vagueza e polissemia de forma necessária à descrição lexical. Por exemplo, “arena” é um dos significados do item lexical *ring*, ou seriam “arena”, “arena circular” e “arena retangular”? Pelo fato de os esquemas postulados na estrutura lexical não serem necessariamente significados lexicais e, assim mesmo, receberem a mesma representação que unidades com o status de significados, os limites entre os fenômenos ficam comprometidos. Mesmo que essa linha seja gradual, ela, ainda assim, existe.

### **4.3 Modelo de Grupos em Sobreposição**

O Modelo de Grupos em Sobreposição é, dentre os modelos analisados aqui, aquele que mais aproxima sua metodologia e concepção de polissemia dos postulados originais de Rosch para a descrição de categorias de objetos físicos. Exemplificado principalmente pelos trabalhos de Geeraerts (GEERAERTS, 2006c; GEERAERTS; GRONDELAERS; BAKEMA, 1994), a noção de estrutura semasiológica sustentada por essa proposta destaca que uma

categoria lexical apresenta, fundamentalmente, uma estruturação em termos de semelhanças de família.

A partir dessa ideia central, postula-se que os diversos significados de um item lexical não possuem necessariamente um atributo único que seja comum a todos eles, mas podem ser delimitados a partir de subgrupos de atributos compartilhados entre os diversos significados. Contudo, essa característica não é o principal diferencial da abordagem prototípica proposta por esse modelo, mas a ênfase que se dá à falta de limites com relação a gama de aplicação de um significado que aparentemente é bem delimitado. Nas palavras de Geeraerts (2006c):

o que é novo com relação à teoria prototípica não é a descoberta dos agrupamentos em sobreposição em si, nem o reconhecimento de que as categorias lexicais como um todo podem não ser definíveis em termos de um conjunto único de características necessárias e suficientes, mas o fato de que a sobreposição é, como regra, máxima e estrutural, em vez de mínima e accidental, e, mais importante, o fato de que aplicações que *intuitivamente* são consideradas como representando um único significado podem não ser definíveis *analiticamente* em termos de um conjunto único de atributos necessários e suficientes.<sup>101</sup> (GEERAERTS, 2006c, p.333-334)

É essa a principal característica da prototipicidade destacada nas análises realizadas com base nesse modelo. Retomando o que foi apresentado no capítulo anterior sobre as características da prototipicidade, podemos considerar as aplicações do significado cotidiano de *bag* “recipiente para transporte”. Para tal caracterização, entendemos que os seguintes atributos são importantes:

1. recipiente para carregar coisas
2. com abertura na parte superior
3. com alças
4. com fecho
5. para transportar bens pessoais
6. para transportar mercadorias
7. para transportar grandes volumes
8. para transportar pouco peso/de papel

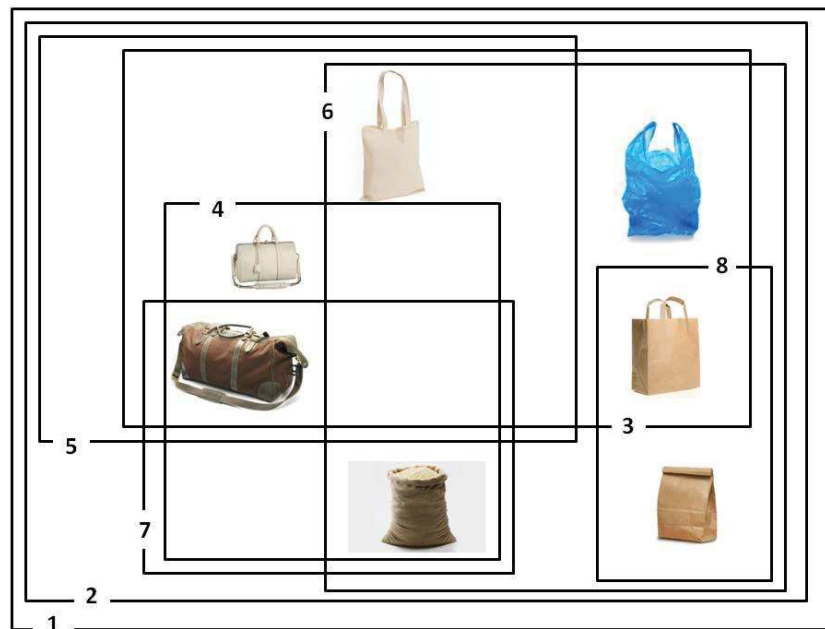
Assim como ocorre com a categoria AVE (apresentada no capítulo anterior), o conjunto de traços que é comum a toda a extensão de *bag* (“recipiente para carregar coisas que possui uma abertura na parte superior”) não é suficiente para diferenciá-la de outras palavras semanticamente relacionadas, como *box* [caixa], *case* [estojo] ou *trunk* [baú]. Por

---

<sup>101</sup> [what is new about the prototype theory is not the discovery of clustered overlapping as such, nor the recognition that lexical categories as a whole may not be definable by means of a single set of necessary and sufficient characteristics, but rather the fact that the overlapping is as a rule maximal and structural instead of minimal and incidental, and more importantly, the fact that applications that are *intuitively* considered to represent a single meaning, may not be *analytically* definable by means of a single set of necessary and sufficient attributes]

esse motivo, proponentes desse modelo defendem que, de forma a acomodar as aplicações referenciais possíveis dos significados dos itens lexicais, uma simples lista de características enciclopédicas não é suficiente para representar a estrutura de sobreposição, “pois ela não transmite a noção de que configurações de traços distintos, mas mutuamente relacionados, podem se aplicar aos vários subgrupos na extensão do item lexical”<sup>102</sup> (CUYCKENS, 1995, p.184).

Se tomarmos, por exemplo, as aplicações mais comuns de *bag* bolsa e saco, percebemos uma relação evidente entre elas por serem ambas recipientes para carregar coisas. Porém, ao colocar esses elementos em comparação com outros membros da extensão desse significado de *bag* (em português a extensão incorpora bolsa, sacola, saco e saca), toda uma configuração de sobreposições e entrecruzamentos de atributos fica evidente.



**Figura 15.** Estrutura de semelhanças de família do significado cotidiano de *bag*

Essa configuração de atributos sobrepostos postulada para os significados individuais é importante porque, para esse modelo, essa configuração referencial se reflete na estrutura semasiológica como um todo. Por exemplo, se considerarmos um dos outros significados de *bag*, como usado em *She was a real sweetheart, but sadly, I heard she's a bag now*<sup>103</sup> (em português, algo como *Ela costumava ser um amor, mas, infelizmente, ouvi dizer que agora ela está uma velha rabugenta*), podemos facilmente perceber os traços metafóricos ligados a esse uso. A partir dos atributos relacionados à saca, de ser um recipiente sem alça, usado para

<sup>102</sup> [because it does not sufficiently convey that different, yet mutually related, featural configurations may apply to the various subsets in the extension of the lexical item]

<sup>103</sup> Extraído pela ferramenta de busca do *Google*.

o transporte de grandes volumes, metaforicamente podemos relacionar a experiência ao transportar uma *bag* desse tipo e relacioná-la ao que sentimos quando temos que conviver com uma pessoa rabugenta.

Dessa forma, como uma alternativa à flexibilidade e à dificuldade demarcatória, tanto com relação à extensão de um significado, quanto à distinção entre polissemia e vagueza, há a defesa do uso de ocorrências de *corpus*. Para as análises, de forma a não postular significados *ad hoc*, os usos podem ser avaliados para perceber qual seria a configuração de atributos quanto à gama de aplicação referencial da palavra. Os proponentes desse modelo, então, estabelecem que podem ser usados para a análise tanto uma configuração de traços dos significados ou os próprios usos que eles exemplificam, suas aplicações (GEERAERTS, 1995). Dessa forma, os elementos básicos desse formato representacional podem ser tanto os membros da categoria (por exemplo, os tipos de *bag* apresentados na Figura 15), quanto as instâncias de uso encontradas em *corpus* (GEERAERTS; GRONDELAERS; BAKEMA, 1994).

Geeraerts (2001, 2010) avalia o item lexical *fruit* nesses termos. Primeiramente, faremos considerações acerca do significado cotidiano<sup>104</sup> de *fruit* “parte macia e comestível de uma árvore ou arbusto”. A característica extensional referente à existência de graus de representatividade pode ser entendida no contexto de experimentos que mostraram que, quando esse significado estava em questão, sujeitos norte-americanos apontaram que maçã é uma fruta mais representativa do que, por exemplo, romã. Ou seja, os sujeitos julgaram que os elementos agrupados nessa leitura de *fruit* apresentam diferentes graus de representatividade. Esse exemplo também é ideal para demonstrar que a representatividade categorial e o pertencimento à categoria são duas propriedades que não se confundem: mesmo que a romã não seja considerada uma fruta típica, ainda assim ela faz parte da extensão da categoria *fruit*.

A segunda característica extensional, que estipula a falta de limites precisos, pode ser ilustrada pelo caso das azeitonas. Geeraerts afirma que considerar apenas essa leitura cotidiana não é suficiente para predizer de forma segura se azeitona é ou não parte da categoria *fruit*, embora um sentido mais técnico de *fruit*, “parte de uma planta ou árvore que contém suas sementes”, permitiria de forma rápida tal caracterização.

Com relação às características intensionais da prototypicalidade, caso seja considerado novamente o sentido cotidiano “parte suculenta comestível de uma planta que contém suas

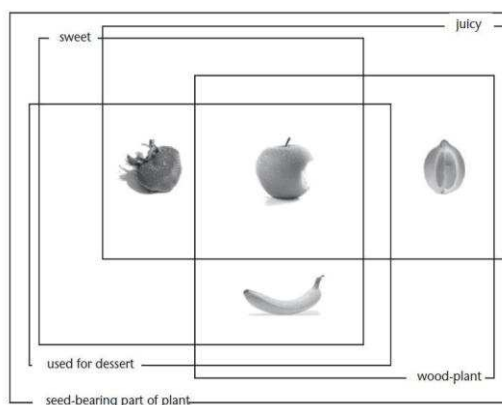
---

<sup>104</sup> É importante frisar que tratamos aqui de *folk definitions*, que segundo Taylor (2003a, p.75), “são estruturadas em torno de instâncias prototípicas e são fundamentadas na maneira como as pessoas normalmente percebem e interagem com as coisas em seu ambiente” [are structured around prototypical instances and are grounded in the way people normally perceive and interact with the things in their environment]



sementes” e os elementos tipicamente associados a ele (como banana, morango, maçã e limão), pode-se notar que mesmo esses elementos que intuitivamente fazem parte dessa leitura não se enquadram apropriadamente na descrição proposta. Geralmente, plantas que dão frutos são árvores, mas isso não se aplica ao morango; banana, por sua vez, não é um tipo de fruta “suculenta”; limão não possui como característica “ser doce”. Assim, apenas maçã poderia receber uma definição em termos tradicionais, com características necessárias e suficientes. Dessa forma, a característica que aponta para a falta de uma definição clássica também se aplica a esse sentido de *fruit*, pois a única característica comum que sobra na definição (“parte comestível da planta que contém suas sementes”) não é suficientemente distintiva para diferenciar, por exemplo, frutas de vagens de ervilha ou feijão.

É em forte oposição a esse ideal de definições clássicas que Geeraerts (2010, p.190) afirma que, ao contrário, quando se consideram os atributos que caracterizam a categoria, “os atributos que entram na descrição semântica de *fruit* demarcam diversos subgrupos dentro de toda a gama de aplicação de *fruit*”.<sup>105</sup> Ou seja, essa característica está relacionada à existência de um agrupamento de atributos que parcialmente se sobrepõem de forma a acomodar os membros da categoria. A Figura 16 apresenta a disposição sugerida pelo autor:



**Figura 16.** Atributos sobrepostos da leitura cotidiana de *fruit* (Fonte: Geeraerts, 2010, p.191)

A polissemia é, conseqüentemente, entendida nos mesmos termos:

Assim como para as palavras monossêmicas, os membros da categoria na extensão de itens lexicais polissêmicos [...] são ligados por semelhanças de família. De tal modo, eles podem de forma natural ser representados em termos de uma rede de configurações de traços distintos, mas mutuamente relacionados<sup>106</sup> (CUYCKENS, 1995, p.184).

<sup>105</sup> [The attributes that enter into the semantic description of *fruit* demarcate various subsets from within the entire range of application of *fruit*]

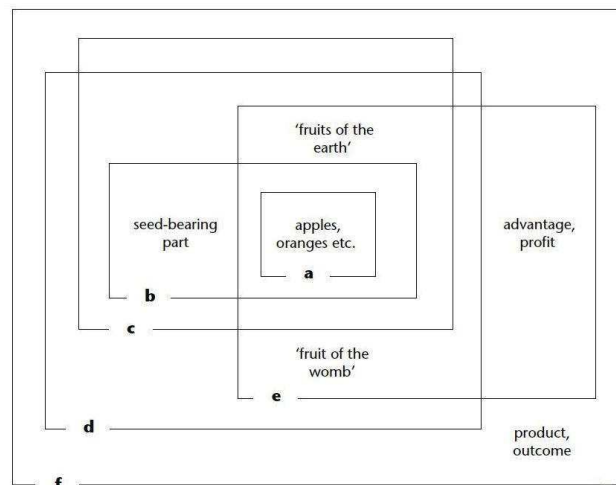
<sup>106</sup> [Just as for monosemous words, the category members in the extension of polysemous lexical items [...] are linked along family resemblance lines. As such [...] they can quite naturally be represented in terms of a network of different, yet mutually related featural configurations]

Para ilustrar de forma geral a noção de polissemia desse modelo, a análise do item *fruit* pode, agora, ser ampliada. Geeraerts sugere os seguintes significados para o item lexical:

- a. ser doce, suculenta, comumente utilizada como sobremesa;
- b. ser a parte da planta que carrega a semente;
- c. ser o resultado comestível de um processo vegetal;
- d. ser o resultado natural de um processo orgânico;
- e. ser o resultado positivo de um processo ou atividade;
- f. ser o resultado de um processo ou atividade;

O significado central **a** está relacionado aos significados **b** e **c** por uma relação de generalização: o primeiro focando a função biológica dos itens descritos por **a**, e o segundo com foco na função nutricional que esses elementos possuem. Os sentidos figurados, **d**, **e** e **f**, são extensões metafóricas do significado central, mas também estão relacionados aos outros significados. O sentido **d** é considerado como mais próximo do sentido prototípico, pois, mesmo que seja metafórico, ele permanece dentro do domínio biológico (se pensarmos, por exemplo, em “prole”).

Fica claro, assim, que “esses significados não existem de forma isolada, mas estão relacionados de diversas formas com o significado central e uns com os outros”<sup>107</sup> (GEERAERTS, 2010, p.192). O autor sugere a Figura 17 como uma representação para a estrutura semasiológica do item e a relação mantida entre os significados, que graficamente expressa essa estrutura de semelhança de família (internamente, cada um desses significados também apresentaria uma estrutura referencial semelhante).



**Figura 17.** Estrutura de semelhança de família de *fruit* (Fonte: Geeraerts 2010, p.194)

<sup>107</sup> [These meanings do not exist in isolation, but are related in various ways to the central sense and to one another]

Uma característica desse modelo é que, apesar de compartilhar pressupostos gerais com os outros dois modelos sobre a natureza da cognição e da linguagem, diferentemente daqueles, as propostas identificadas com o Modelo de Grupos em Sobreposição devem ser entendidas como parte de um modelo mais específico de descrição lexical. Por esse motivo, a descrição da metodologia utilizada é bastante explícita. Além disso, o papel da introspecção é diminuído consideravelmente, visto que o peso das análises sai da introspecção e passa a recair sobre instâncias reais de uso obtidas através de um *corpus*.

O centro da categoria, ou seja, o significado prototípico, pode, assim, ser definido de um maneira mais quantitativa a partir da sobreposição entre os subgrupos (referenciais e semânticos). Postula-se que o centro prototípico se encontra na porção da configuração (extensional ou intensional) que apresenta a maior sobreposição de atributos relevantes para a estrutura do item, ou seja, o centro dos diagramas Venn apresenta mais atributos em comum com os outros membros e, possivelmente, os atributos mais relevantes para a categoria. Da mesma forma, os próprios atributos utilizados nas configurações dos subgrupos podem apresentar mais relevância para a estrutura de um significado individual, e possivelmente para as extensões (GEERAERTS; GRONDELAERS; BAKEMA, 1994). É interessante que o próprio fato de um significado apresentar mais atributos relevantes em comum com os outros significados do item possivelmente será o que permite a ele ser aquele utilizado para explicar os outros de forma mais econômica (como propõe Lakoff), pois, se ele tem mais atributos em comum com os outros significados, vai ser aquele que liga os significados do item como um todo.

O Modelo de Grupos em Sobreposição é explicitamente voltado à descrição lexical, o que faz dele o modelo metodologicamente mais desenvolvido para aplicação se considerarmos os três modelos avaliados. Contudo, devido a sua dependência de um mecanismo de decomposição semântica, de certa forma, ele traz consigo problemas já tradicionais da descrição lexicológica nesses termos, como a definição de quais atributos são relevantes para o item em questão. Mesmo que o uso de instâncias referenciais auxilie a delimitar esses atributos de forma mais clara, a questão de quais atributos têm mais peso para a categoria permanece. Apesar disso, fica evidente que a aplicação mais frutífera desse modelo se dá para substantivos concretos.

Com o intuito de superar as dificuldades impostas pela decomposição semântica, considerar os usos concretos dos itens e a forma como eles se relacionam parece uma característica importante do modelo, principalmente pelo fato de que alguns itens lexicais simplesmente não têm como ser avaliados em termos decomposicionais. Dessa forma, o

Modelo de Grupos em Sobreposição consegue incorporar questões importantes para a descrição lexical, como elementos da concepção enciclopédica e referencial do significado, tão destacadas pelas abordagens cognitivas.

Apesar de esse ser o modelo que mais se baseia nas propostas de Rosch dentre os três avaliados, pois Geeraerts e seus colegas voltam sua atenção para a característica de semelhanças de família e peso estrutural, esse é também o modelo com menos pressupostos cognitivos e um maior viés de descrição lexicológica. Não há, por exemplo, qualquer referência à possibilidade de ser esse um modelo que busque alinhamento com uma linha mais representacional ou, pelo menos, que considere questões psicolinguísticas.

#### **4.4 Modelos representacionais e evidências empíricas**

Conforme apresentamos no decorrer das seções anteriores deste capítulo, o Modelo Radial e o Modelo Esquemático apresentam propostas para a descrição de estruturas semasiológicas com base na introspecção e na intuição dos linguistas que realizam a análise. Por outro lado, o Modelo de Grupos em Sobreposição estabelece sua descrição em termos dos atributos das aplicações (extensionais e intensionais) do item com base em ocorrências de *corpus*.

Com relação a questões psicolinguísticas, o Modelo Radial explicitamente defende algum tipo de realidade psicológica para suas propostas. O Modelo Esquemático, por sua vez, propõe, através do conceito de entrincheiramento baseado no uso, uma descrição na qual frequência de uso e representatividade psicológica se confundem. Finalmente, o Modelo de Grupos em Sobreposição, apesar de construir seus métodos de análise fortemente ancorado nos resultados das pesquisas psicolinguísticas de Rosch, não advoga nenhum tipo de realidade psicológica a suas propostas de descrição.

Contudo, uma das principais características da abordagem linguístico-cognitiva é a defesa de que, para uma melhor compreensão dos fenômenos linguísticos, os postulados a respeito do funcionamento da linguagem devem estar em sintonia com os resultados de outras ciências cognitivas sobre a cognição. Ou seja, de acordo com o compromisso cognitivo (LAKOFF, 1990), devem ser buscados modelos plausíveis para explicar a linguagem com base no que se sabe sobre a forma como a mente funciona.

Por esse motivo, nesta seção, apresentamos resultados de experimentos psicolinguísticos sobre o processamento e a representação dos fenômenos lexicais de interesse

para esse trabalho: a homonímia, a polissemia e a vagueza. Embora tenhamos em mente que uma descrição lexical apropriada possa ser realizada sem recurso a esses dados, uma abordagem que se queira cognitiva deve explorar e levar em consideração informações sobre a forma como o léxico opera em sua relação com a mente/cérebro.

Mesmo que as pesquisas dessa área não apresentem dados conclusivos a respeito da representação desses fenômenos, partimos da mesma questão feita por Sandra e Rice<sup>108</sup> (1995, p.101): a representação linguística sugerida pelos modelos corresponde à representação mental do usuário (à forma como a informação semântica está armazenada no léxico mental)? Ainda que possivelmente não obtenhamos respostas que permitam elucidar os fenômenos por completo, alguns dos resultados já permitem descartar algumas hipóteses a esse respeito.

As principais hipóteses a respeito da representação desses fenômenos podem ser resumidas do seguinte modo (SANDRA; RICE, 1995; BRISARD; RILLAER; SANDRA, 2001; BROWN, 2008; PYLKKÄNEN; LLINÁS; MURPHY, 2006):

- (1) Itens lexicais homonímicos são armazenados em entradas lexicais distintas no léxico mental, ou seja, cada um dos sentidos de uma forma linguística recebe uma representação distinta;
- (2) Itens lexicais homonímicos são armazenados em uma única entrada no léxico mental, ou seja, todos os sentidos relacionados a uma mesma forma linguística estão armazenados em uma única representação;
- (3) Itens lexicais polissêmicos recebem representações separadas e independentes para cada sentido, da mesma forma que os itens homônimos (1), ou seja, não haveria diferença em termos de representação entre homonímia e polissemia e os diferentes tipos de polissemia não apresentariam diferenças quanto ao acesso;
- (4) Itens lexicais polissêmicos são armazenados em uma única entrada, mas com alguns significados listados de forma independente, ou seja, diferentes sentidos seriam listados de forma separada, mas unidos em uma mesma entrada lexical;
- (5) Um único sentido geral receberia representação no léxico mental e, combinado com regras pragmáticas, contextualmente geraria os diferentes significados do item (hipótese monossemista), ou seja, os diferentes tipos de polissemia não apresentariam diferença quanto ao acesso.

Mesmo que se tratem de áreas distintas, esses postulados psicolinguísticos podem ser correlacionados a teorias linguísticas que avaliam esses fenômenos lexicais. A hipótese listada em (1) é praticamente consensual nas teorias linguísticas e suas aplicações, sendo que diversos trabalhos se referem ao fato de dicionários históricos listarem os significados de itens homonímicos em verbetes distintos. A hipótese (3) pode ser relacionada ao tipo de descrição proposta pelas *wordnets*, que, por seu caráter onomasiológico, tratam os diferentes sentidos de uma forma linguística de maneira indistinta, independentemente de serem casos de

---

<sup>108</sup> As autoras avaliam especificamente os modelos em redes, que abarcam principalmente o Radial, mas também o Esquemático.

homonímia ou polissemia.<sup>109</sup> A hipótese (4) pode ser relacionada aos trabalhos linguísticos semelhantes aos modelos que apresentamos nas seções anteriores deste trabalho. Mesmo que essa hipótese apresente versões consideradas mais extremas (como a “polissemia desenfreada” de Lakoff), ela pode também ser relacionada às propostas de Geeraerts. Finalmente, a hipótese (5) pode, na linguística, encontrar sua contraparte nos trabalhos que defendem uma abordagem monossemita, como a de Ruhl (1989).

Contudo, mesmo que essa aproximação entre propostas representacionais e teorias linguísticas seja possível, é interessante distinguir entre o que Sandra e Rice (1995) chamam de abordagens linguísticas isomórficas e não isomórficas a respeito da representação do léxico.<sup>110</sup> Os autores definem esses tipos da seguinte forma:

- (1) versão radical da abordagem isomórfica: postula que as propostas de descrição correspondem exatamente à forma como se dá a representação das informações semânticas no léxico mental;
- (2) versão fraca da abordagem isomórfica: postula que as propostas de descrição capturam aspectos detalhados sobre como um falante utiliza a língua, sem necessariamente ter um caráter representacional exato;
- (3) não isomórfica “parcial”: postula que, se afirmações empíricas válidas são feitas sobre o significado, pelo menos algumas das características descritas devem ser encontradas na representação mental;
- (4) não isomórfica “instrumental”: postula (ou subentende-se que) as descrições devem ser consideradas de caráter meramente instrumental, como produtos de análise linguística, sem qualquer implicação representacional.

A partir desses diferentes cenários, podemos sugerir que o Modelo Radial possivelmente encontra-se entre as teorias linguísticas que sustentam uma versão fraca da abordagem isomórfica (pois sustenta a realidade dos fenômenos descritos quanto ao uso), que o Modelo Esquemático seria uma proposta do tipo não isomórfica parcial (por atender para o conceito de entrincheiramento e para o caráter cognitivo dos tipos de categorização utilizados) e que o Modelo de Grupos em Sobreposição seria uma abordagem de tipo não isomórfica “instrumental”, pois utiliza as descrições com propósito explicitamente lexicológico. Dessa forma, mesmo que a representação não seja objeto de todos os modelos de descrição avaliados, ainda assim, entende-se que, pela sua importância, esses dados podem ser utilizados para informar e complementar possíveis aplicações dos modelos, pois, como Brown (2008, p.4) afirma, “a compreensão da maneira como as pessoas conectam forma e significado é fundamental para compreender o processamento da linguagem e tem

<sup>109</sup> Para uma proposta de inserção das relações polissêmicas de nominais nas *wordnets*, cf. Alves (2009).

<sup>110</sup> Neste texto específico, os autores tratam da representação de preposições e dos modelos Radial e Esquemático, contudo, julgamos que alguns postulados podem ser generalizados para outras classes gramaticais e outros modelos representacionais que não apenas aqueles avaliados por eles.

implicações para a lexicografia, o ensino de línguas estrangeiras e o processamento da linguagem natural”.<sup>111</sup>

Quanto ao processamento de significados de itens homonímicos, já foi amplamente demonstrado que, pelo fato eles serem exclusivos, seu processamento leva um tempo maior: como um sentido de uma das palavras homônimas tem que ser ativado para o processamento, o da outra palavra homônima deve ser inibido, o que processualmente leva mais tempo. A esse fenômeno convencionalmente chama-se *priming and inhibition*. Contrariamente, na polissemia, a existência de diferentes significados relacionados, muitas vezes não incompatíveis, pode não requerer a seleção imediata de um sentido específico para o processamento, o que torna esse processo mais rápido (KLEPOUSNIOTOU, 2002). Por esse motivo, uma das tarefas mais utilizadas para avaliar as diferenças no processamento desses fenômenos é a de *priming*.

Ao avaliar questões sobre a representação de diferentes significados de preposições, Sandra e Rice (1995) sugerem que, mesmo que não tenha sido possível determinar com precisão qual o tipo de representação esses itens recebem, todos os dados apontaram para uma configuração semelhante àquela defendida pelos modelos de *network* (de mesmo tipo que o Radial e o Esquemático). Isso porque, mesmo que não seja possível estabelecer o nível de granularidade das representações (se existiriam significados distintos vinculados a uma mesma entrada lexical ou apenas um significado geral unitário), os dados indicaram uma diferença significativa no processamento de diferentes significados relacionados (o que descartaria uma opção monossêmica radical) e apontaram para a existência de mais de um significado estável na mesma entrada, pois, quando significados bastante distintos estavam em avaliação, eles foram processados quase da mesma forma que itens homônimos.

Em Brisard, Rillaer e Sandra (2001), os autores avaliaram o processamento de adjetivos homonímicos, polissêmicos e vagos através de três tarefas distintas. Quanto à homonímia, dados dos experimentos indicaram que os diferentes significados de itens homônimos eram representados em entradas distintas, sem qualquer relação semântica entre eles. Por outro lado, o comportamento bastante distinto entre itens homonímicos e itens polissêmicos em tarefas de *priming* descartou a possibilidade de existirem entradas independentes para itens polissêmicos que sejam semelhantes às de itens homonímicos. Um dado interessante desse estudo é que ele corrobora propostas anteriores de que um *priming* significativo ocorre da direção de sentidos não centrais para sentidos centrais (ou seja, se o

---

<sup>111</sup> [Understanding how people connect form and meaning is fundamental to understanding language processing and has implications for lexicography, foreign language learning, and computer processing of natural language]

sujeito já havia acessado o significado mais específico, era mais rápido retomar o significado mais geral). Novamente, nesse estudo não foi possível estabelecer de forma mais aprofundada a configuração polissemia *versus* monosssemia.

Klepousniotou (2002) comparou o processamento de substantivos homonímicos e polissêmicos, distinguindo a polissemia em três tipos: com extensão metafórica, distinção contável e não contável e metonímica (produto/produtor). Os dados dos experimentos apontaram para um processamento diferente entre homonímia e polissemia, com um tempo de reação mais rápido e maiores efeitos de *priming* para a polissemia. A polissemia também apresentou processamento heterogêneo, pois os sentidos de palavras metonímicas foram processados significativamente mais rápido do que aqueles com relação metafórica. Mesmo que a autora explique essas diferenças a partir de um quadro teórico gerativo (com a existência de um significado único mais regras lexicais), os dados encontrados por ela não descartam uma representação em entrada única, mas com mais de um significado listado de forma independente.

Klein e Murphy (2001) avaliam a representação de itens polissêmicos em comparação com itens homônimos, buscando perceber se os diferentes sentidos são armazenados de forma distinta (como itens homônimos) ou numa mesma entrada a partir de um centro semântico único (visão monossêmica). Os autores apontam que os dados dos experimentos sugerem que palavras polissêmicas apresentam uma representação distinta para cada significado, pois os resultados com relação a alguns de seus sentidos são semelhantes àqueles encontrados para itens homônimos. Além disso, os autores constatam que, se há qualquer sentido central compartilhado entre os significados de itens polissêmicos, ele é mínimo (o que fortemente diminui a possibilidade de representação nos moldes da hipótese monosssemista).

Em Klein e Murphy (2002), os autores retomam a análise da polissemia e sugerem que seus resultados excluem uma representação monosssemista, ao mesmo tempo que indicam para uma representação separada para sentidos polissêmicos, mas com alguma forma de sobreposição semântica entre os sentidos. Mesmo que durante a discussão não fique claro se esses sentidos distintos seriam parte de uma única entrada lexical ou não, ao final do texto, Klein e Murphy deixam claro que, para alguns dos sentidos para os quais foi encontrado efeito de *priming*, por serem semanticamente mais próximos, a representação não seria como a da homonímia. Para tentar entender os motivos por trás desses resultados, os autores apontam:

Talvez os sentidos polissêmicos sejam organizados de forma temática. Afinal de contas, existem muitas extensões polissêmicas que são temáticas



por natureza, como *paper* usado para referir tanto a jornal quanto à companhia que publica um jornal. O problema, porém, é que o grupo total de sentidos de uma palavra não parece formar uma categoria temática coerente. Não é possível unificar polpa da madeira, o significado textual, cobertura para parede, uma editora e uma apresentação oral [...] em uma única relação temática. Ao contrário, a maioria dos sentidos parece ter uma relação temática com um ou dois dos outros sentidos, e essas relações temáticas são elas próprias distintas<sup>112</sup> (KLEIN; MURPHY, 2002, p.566)

É interessante destacar como essas características apontadas pelos autores para a estruturação dos sentidos de *paper* estão em total sintonia com os modelos de descrição apresentados acima, principalmente com o de Grupos em Sobreposição. Assim, os autores afirmam que possivelmente o processamento de dois sentidos distantes de um item polissêmico se pareça ao de itens homônimos quando eles são processados aos pares, contudo, o mesmo não pode ser dito de sentidos bastante próximos. Dessa forma, eles concluem: “Assim, o estudo da polissemia provavelmente continuará a distinguir os fenômenos da homonímia e polissemia, mas também reconhecer que a divisão entre os dois nem sempre é clara”<sup>113</sup> (KLEIN; MURPHY, 2002, p.569).

Em Beretta, Fiorentino e Poeppel (2005), os autores apresentam dados que reforçam a hipótese do processamento mais rápido da polissemia em comparação com a homonímia. Os dados demonstram também que itens lexicais polissêmicos com mais sentidos relacionados foram processados mais rapidamente do que aqueles com poucos sentidos relacionados. Utilizando evidências neurofisiológicas nesse estudo, através de gravações de magnetoencefalografia<sup>114</sup> e o comportamento do componente M350, os dados visuais suportam as abordagens que postulam um modelo de entradas únicas para a polissemia. Contudo, o estudo não apresenta nenhum dado que permita indicar se dentro da entrada lexical única existem ou não representações estáveis, apesar de sugerir que essa poderia ser uma explicação para a vantagem existente no processamento de palavras polissêmicas com muitos sentidos em comparação com palavras polissêmicas com poucos sentidos.

---

<sup>112</sup> [Perhaps polysemous senses are organized thematically. After all, there are many polysemous extensions that are thematic in nature, such as *paper* being used to refer to either newspaper or the company that publishes a newspaper. The problem, however, is that the entire set of a word's senses do not appear to form a coherent thematic category. One cannot unify wood pulp, textual meaning, wall covering, a publisher, and an oral presentation [...] in a single thematic relation. Instead, most senses seem to have a thematic relation to one or two of the other senses, and these thematic relations are themselves different]

<sup>113</sup> [Therefore, the study of polysemy will likely continue to distinguish the phenomenon from homonymy but also acknowledge that the line between the two is not always clear]

<sup>114</sup> Os autores, assim como os do estudo seguinte, utilizam para medir os tempos de reação dos sujeitos dados visuais do comportamento cerebral, buscando identificar a fonte neural sendo ativada pelo estímulo, através do componente M350 da magnetoencefalografia. O M350 é o primeiro componente do procedimento em resposta a palavras visuais, com evidências significativas que suportam que ele é um índice de acesso à raiz morfológica no cérebro.

Pylkkänen, Llinás e Murphy (2006) também apontam para a diferença no tempo de processamento entre itens homônimos e polissêmicos, com uma vantagem para o processamento para a polissemia. Contrariamente aos resultados de Klein e Murphy (2001, 2001) os resultados são inconsistentes com a hipótese de representação separada para a polissemia (como se ocorresse da mesma forma que a de homônimos). Além disso, os dados demonstraram que palavras semanticamente relacionadas ao alvo tinham efeito de *priming* no hemisfério direito, enquanto palavras polissêmicas tinham efeito inibidor nessa porção do cérebro. Isso pode ser um dado interessante para as teorias que defendem uma abordagem enciclopédica do significado, pois mostra que pode haver um componente onomasiológico no hemisfério direito, mas que essa hipótese deve ser melhor avaliada. O dado mais interessante trazido por essa pesquisa é aquele que aponta para a possibilidade de representações estáveis dos sentidos polissêmicos dentro de uma entrada lexical única. Como os autores postulam:

[...] contrariamente às teorias que preveem a hipótese de entradas lexicais separadas, os efeitos de polissemia são “especiais” e não podem ser explicados como meros efeitos da combinação de similaridade entre som e significado. Eles podem, contudo, ser explicados pela hipótese de que sentidos relacionados compartilham uma raiz morfológica, ou “moram” na mesma entrada lexical. Nessa hipótese, os sentidos diferentes da mesma palavra devem ativar uma raiz morfológica idêntica, e isso foi evidenciado aqui pelo *priming* do M350 do hemisfério esquerdo. Contudo, de maneira distinta (a qualquer visão forte) de hipóteses de geração de sentido, a hipótese do compartilhamento da raiz morfológica também é compatível com possíveis efeitos de competição entre os sentidos, pois os sentidos armazenados dentro das entradas lexicais podem potencialmente manter relações inibidoras uns com os outros. Na verdade, encontramos evidências tentadoras para tal competição, pois a atividade no hemisfério direito nos 300-400 msec foi atrasada para alvos polissêmicos com sentidos relacionados.<sup>115</sup> (PYLKKÄNEN; LLINÁS; MURPHY, 2006, p.8)

Finalmente, em seu estudo, Brown (2008) avalia a representação de sentidos de verbos que apresentam diferentes graus de relação (homonímia, polissemia distante, polissemia próxima e vagueza/mesmo significado). Novamente, o estudo aponta para uma facilitação no acesso da polissemia em comparação com a homonímia e refuta uma representação da polissemia em diferentes entradas lexicais. O estudo também aponta que, para todos os tipos

<sup>115</sup> [Thus, contrary to the predictions of the separate lexical entries hypothesis, polysemy effects are “special” and cannot be explained as mere combined effects of sound and meaning similarity. They can, however, be explained by the hypothesis that related senses share a morphological root or “live” in the same lexical entry. On this hypothesis, different senses of the same word should activate an identical morphological root and this was here evidenced by LH M350 priming. However, unlike (any straightforward versions of) sense-generation hypotheses, the shared morphological root hypothesis is also compatible with possible competition effects between senses, as senses stored within lexical entries could potentially stand in inhibitory relations to each other. Indeed, we found tentative evidence for such competition, as activity in the RH at 300–400 msec was delayed for polysemous sense-related targets]

de polissemia, as respostas foram mais rápidas e mais precisas se comparadas à homonímia. Além disso, quanto mais relacionados os significados estavam entre si, maior foram os efeitos de facilitação encontrados pela autora. Assim, esses dados apontam para o fato de que há uma questão de grau envolvida e vão ao encontro de uma hipótese de que haja uma representação similar àquela proposta pelos modelos lexicais avaliados nas seções anteriores:

As teorias que postulam uma representação separada para homônimos e uma representação única, mas com subdivisões, para itens polissêmicos são compatíveis com nossos resultados. Além disso, a progressão linear significativa que encontramos entre as relações de significado suportam mais fortemente teorias nas quais os significados relacionados compartilham diferentes porções de sua representação semântica, ou nas quais os significados relacionados se sobrepõem no espaço semântico.<sup>116</sup> (BROWN, 2008, p.10)

Sistematizando os resultados apresentados, podemos descartar alguns dos tipos de representação propostos na literatura. A hipótese que prevê uma única representação para cada forma (todos os significados da homonímia e polissemia em uma única entrada lexical) pode ser prontamente descartada, visto que foram encontradas evidências nos testes psicolinguísticos e nas imagens dos exames de magnetoencefalografia que refutam essa hipótese. Pode, da mesma forma, ser descartada a hipótese de que existam representações distintas independentes para cada significado de itens polissêmicos, visto que sistematicamente os dados apontaram ou para o *priming*, ou para uma facilitação de processamento, ou para evidências visuais de unidade quando dois sentidos polissêmicos estavam em questão. Dessa forma, sobram as seguintes hipóteses (corroboradas ou ainda válidas):

- Homonímia representada de forma separada (hipótese 1, corroborada);
- Polissemia representada em uma única entrada lexical (hipóteses 4 e 5, ainda válidas).

Contudo, quanto à forma como a polissemia especificamente é representada, ou os estudos foram inconclusivos, ou eles forneceram dados que vão ao encontro de propostas que sustentam a existência de significados mais estáveis dentro da entrada léxica. Por um lado, os estudos mostram um comportamento semelhante ao da homonímia quando sentidos pouco relacionados estão em questão, por outro lado, mostram sistematicamente evidências de que o processamento da polissemia não é homogêneo (algumas representações são acessadas mais facilmente depois de um estímulo bastante relacionado, foram encontradas evidências de que

---

<sup>116</sup> [Theories that postulate separate representations for homonyms and single but subdivided representations for polysemes were compatible with our findings. In addition, the significant linear progression through meaning relatedness that we found most strongly supports theories in which related meanings share varying portions of their semantic representation, or in which related meanings overlap in semantic space]

um sentido mais específico ativa também um sentido mais geral) e que, possivelmente, não há um núcleo de significado ativado, mas uma variação de significado que depende dos pares em questão. Dessa forma, os dados apontam fortemente para a existência de sentidos mais estáveis dentro de uma entrada léxica polissêmica e possivelmente para a existência de efeitos de saliência entre esses significados.

Obviamente, algumas questões ainda permanecem inconclusas, como o nível de granularidade dos significados possivelmente mais estáveis e a delimitação da forma como os significados se relacionam ou se sobrepõem na estrutura do item. Contudo, os dados apresentados, mesmo que não corroborem fielmente as propostas dos modelos de representação (linguística) da semântica cognitiva, claramente são compatíveis com eles e apontam que a realidade psicológica dessas propostas é uma hipótese plausível.

## 5 PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos nossas propostas para a organização das informações relacionadas à multiplicidade semântica dos itens lexicais nos *learners's dictionaries*, especificamente no que diz respeito à adoção das soluções homonímica e polissêmica e à organização das acepções.

Na primeira seção, são apresentados dados que fomentam a compreensão dos *learners' dictionaries* a partir do tipo, da função e do perfil de usuário dessas obras. Mesmo que ainda incipientes com relação à proposta da presente pesquisa, destacamos a utilidade que os resultados obtidos através de experimentos sobre o uso desses dicionários podem ter para orientar a estruturação dos componentes dessas obras, de forma a conseguir fornecer aos consulentes informações mais acessíveis e condizentes com suas necessidades de consulta.

Numa segunda parte do capítulo, apresentamos a estrutura semântica do item lexical do inglês *case*, com o intuito de avaliar de que forma ela reflete as características destacadas pela Semântica Cognitiva e seus modelos de descrição, ao mesmo tempo em que serve de argumento para questionar o tratamento fornecido pelos *learners' dictionaries* para a organização das acepções desse item lexical.

Nas duas seções seguintes do capítulo, buscamos operacionalizar conceitos apresentados pelos modelos de descrição para fomentar uma proposta de tratamento das soluções homonímica e polissêmica e da organização das acepções nos *learners' dictionaries*. A estrutura metodológica desenvolvida se repete nas duas seções: a partir dos problemas encontrados quanto à avaliação das obras, sistematizamos os resultados da avaliação do item *case* a partir de uma concepção semântico-cognitiva e os relacionamos aos dados provenientes das pesquisas experimentais sobre o uso de dicionários e sobre a representação do fenômeno lexical em questão. Dessa forma, propomos um tratamento para as questões lexicográficas que seja condizente: (i) com os postulados semântico-cognitivos; (ii) com as propostas dos modelos de descrição lexical; (iii) ao que se sabe sobre o tipo de dicionário e as necessidades de seus usuários e (iv) ao que se sabe sobre a representação e o processamento dos fenômenos lexicais.

A seguir, propomos configurações de verbetes para o item lexical avaliado anteriormente com base nas hipóteses de que é pertinente (i) diferenciar o tratamento dado a itens homonímicos e polissêmicos e (ii) explicitar as características de saliência e sobreposição semântica. Nesse sentido, buscamos recursos que permitam quebrar a

linearidade imposta pelos verbetes para destacar tais efeitos da estrutura semântica dos itens lexicais.

Concluimos o capítulo com uma discussão da nossa proposta, salientando que, ao assumir a natureza hermenêutica da tarefa de descrição lexical, a semântica cognitiva fornece uma concepção teórica e descritiva válida para compreender os fenômenos lexicais no âmbito lexicográfico, mesmo que, na prática lexicográfica, tal concepção possa e deva ser explorada de diferentes maneiras.

### 5.1 *Learners' dictionaries*

Os dicionários confeccionados para aprendizes de inglês como língua estrangeira representam, atualmente, a maior fração do mercado editorial de obras voltadas ao público aprendiz. Dentre essas obras pedagógicas, os chamados *learners' dictionaries* se colocam em posição de destaque.

Diversos autores destacam o fato de que pesquisas relacionadas a essas obras foram as grandes responsáveis pela maioria das mudanças e inovações ocorridas na lexicografia nos últimos anos. Mesmo que a prática lexicográfica sempre tenha tido a preocupação com os prováveis usos e usuários das obras, como aponta Jackson (2002), foi com os *learners' dictionaries* que, pela primeira vez, houve uma preocupação sistemática em aprimorar e adaptar a estruturação dos dados linguísticos com o intuito de fornecer informações compatíveis com as necessidades específicas desse público de usuários. Como exemplo, podemos citar a inclusão de uma grande quantidade de informações gramaticais, a redação de definições com estilo simplificado e vocabulário reduzido e a utilização de recursos gráficos auxiliares, como as *guidewords* ou *signposts*.

De modo a examinar os componentes dos dicionários, é importante que a obra seja avaliada com relação a sua função, em comparação com outras existentes (uma taxonomia) e ao perfil do usuário ao qual ela se destina. Ao abordar a função de um dicionário, Bugueño (2007) a define como “a tarefa que um determinado tipo de dicionário deveria cumprir”, contudo, aponta que mesmo obras que se prestam a uma só função podem cumprir outros tipos de tarefa. Um dicionário monolíngue para aprendizes de língua estrangeira, por sua estrutura semasiológica, primariamente apresenta uma função de auxiliar na codificação/recepção, visto que ele elenca uma forma lexical e fornece definições que permitam ao consulente compreender seu significado em determinado uso. Contudo, diversos

outros componentes dos *learners' dictionaries* podem ser utilizados para outros tipos de tarefas, como aqueles encontrados em inserções medioestruturais que trazem itens lexicais relacionados àquele sendo descrito, uma perspectiva onomasiológica.

Em Oliveira (2010b), propomos o enquadramento taxonômico dos *learners' dictionaries* a partir de diversas variáveis linguísticas e funcionais que permitissem evidenciar as características fundamentais desse tipo de dicionário. Percebemos que essa obra é um dicionário monolíngue, voltado a falantes não nativos, que dá ênfase ao componente semasiológico da língua, com um caráter “geral” (em oposição às obras com viés sintagmático ou técnico). Por ser destinado a aprendizes com nível intermediário/avançado, sua composição também deve refletir essa característica. Além disso, esse tipo de dicionário realiza uma seleção considerável tanto dos itens lexicais presentes em sua macroestrutura, quanto dos significados apresentados para eles (em comparação com dicionários gerais para falantes nativos).

Quanto ao perfil de usuário, é interessante notar que, dentre as três variáveis, ela é a de mais difícil delimitação, visto que não há consenso com relação aos parâmetros metodológicos que permitam definir um perfil de usuário de forma conclusiva (BUGUEÑO, 2007). Contudo, essa delimitação é fundamental, visto que influencia no tipo e na densidade das informações a serem apresentadas na obra, assim como na própria estruturação da informação (ATKINS E RUNDELL, 2008; JACKSON, 2002). Isso porque o perfil de usuário “busca caracterizar o usuário típico do dicionário e os prováveis usos que ele receberá”<sup>117</sup> (ATKIN; RUNDELL, 2008, p.28).

Segundo Atkins e Rundell (2008), além de informações sobre o perfil de usuário, outra forma importante de se buscar dados a respeito dos usos das obras lexicográficas é a partir de pesquisas sobre o uso que os consulentes fazem desses dicionários. De acordo com os autores, essa área de pesquisa compreende diversos tipos de métodos e procedimentos, e pode apresentar focos bastante distintos:

As pesquisas sobre o uso se referem a qualquer método utilizado para descobrir o que as pessoas fazem quando consultam seus dicionários, o que elas gostam ou não gostam sobre eles e quais tipos de problema elas sanam através do uso de dicionários. Essas pesquisas podem tomar uma variedade de formatos, tais como o questionamento dos usuários, observação do uso do dicionário ou a elaboração de experimentos dos quais os usuários participem.<sup>118</sup> (ATKIN; RUNDELL, 2008, p.30)

---

<sup>117</sup> [A user profile seeks to characterize the typical user of the dictionary, and the uses to which the dictionary is likely to be put]

<sup>118</sup> [User research' refers to any method used for finding out what people do when they consult their dictionaries, what they like and dislike about them, and what kinds of problem they look to the dictionary to solve. It can take

Mesmo que esse tipo de pesquisa ainda seja pouco expressivo diante do que se publica a respeito dos dicionários e de certa forma careça de um quadro metodológico sólido, já há um grupo considerável de autores que, cada vez mais, busca inserir na lexicografia pesquisas de caráter experimental com um maior cuidado metodológico (cf. Tono, 2002). Dessa forma, entende-se que os dados obtidos nesse tipo de pesquisa são capazes de informar o lexicógrafo a respeito das necessidades e dos processos de consulta dos usuários da forma mais natural possível, de modo a subsidiar escolhas durante o processo editorial. Nesse sentido, um importante componente que pode ser explorado através dessas pesquisas diz respeito à maneira como a informação é apresentada no dicionário (design e layout utilizados), pois ela influencia na facilidade de utilização da obra de uma forma geral, principalmente no que diz respeito a encontrar a informação pertinente.

De forma a estabelecer critérios para avaliar *learner's dictionaries* de língua inglesa, Bogaards (1996) relaciona as tarefas de compreensão e produção a três problemas que podem surgir durante o processo de consulta aos dicionários. O primeiro deles diz respeito à localização da informação na obra [*findability*], que, para tarefas de compreensão, está relacionado, por exemplo, à utilização de recursos que guiem o consulente na leitura de verbetes longos. O segundo problema surge em tarefas de compreensão e está ligado ao entendimento da informação apresentada pela obra [*comprehensibility*], como, quando da leitura da definição, há o emprego de uma redação que possibilite ao usuário entender o que a palavra buscada significa. O terceiro problema surge em tarefas de produção e se relaciona às informações fornecidas pela obra que auxiliem o usuário a utilizar determinado item lexical de forma correta [*usability*], como as informações gramaticais e pragmáticas a respeito de seu emprego.

Entende-se, assim, que as questões de pesquisa que tentamos responder se relacionam, pelo menos, a dois desses problemas: a localização e o entendimento das informações. A questão da *localização* é importante tanto para a escolha das soluções adotadas, quanto para o critério de organização das acepções: a quantidade de verbetes para cada forma lexical e a organização das acepções são cruciais para que o consulente localize a informação buscada. A questão do *entendimento* influencia de modo indireto, pois a escolha de um tipo de solução se baseia em suposições sobre o conhecimento – tanto linguístico, quanto do uso desse tipo de recurso – que se espera do usuário no emprego da obra. A apresentação das acepções de itens lexicais em verbetes separados, porém, não implica necessariamente compreensão do usuário

---

a variety of forms, such as questioning users, observing dictionary use, or setting up experiments in which users take part]



de que se tratam de duas palavras homônimas ou de diferentes classes gramaticais. De fato, isso vale para qualquer outro recurso empregado na estruturação do verbete, como, por exemplo, a ordenação das acepções por um critério histórico ou por frequência. Ou seja, ainda que o intuito da nossa proposta seja fornecer uma estruturação que leve em conta os pressupostos da Semântica Cognitiva, isso não pressupõe que o usuário perceba as relações de sentido, uma das características que esse modelo destaca. Por isso, permanece importante explicitar essas informações na obra, o que nem sempre é o caso, visto, por exemplo, que nem todos os *learners' dictionaries* deixam explícito que utilizam a frequência como critério de organização das acepções (cf. Oliveira, 2010).

Com o intuito de buscar subsídios que nos guiem na escolha de uma estruturação lexicograficamente pertinente para o usuário e o tipo de obra em questão, buscamos dados em pesquisas sobre o uso de dicionários. Isso porque, conforme apropriadamente aponta Lew (2011, p.3), “a opinião, a intuição ou o pensamento puramente dedutivo dos especialistas não podem substituir evidências empíricas sólidas trazidas pelas pesquisas de usuário: o uso do dicionário é uma questão simplesmente muito complexa para ser previsível”.<sup>119</sup>

Conforme foi apontado no começo deste trabalho, não encontramos nenhum estudo empírico que aborde especificamente a influência da escolha entre as soluções homonímica e polissêmica ou dos critérios de ordenação das acepções no processo de consulta do dicionário. Isso se deve, possivelmente, ao caráter recente do uso de pesquisas empíricas por parte da lexicografia, que só têm recebido ênfase nos últimos vinte anos (LEW, 2011). Ao mesmo tempo, tal fato é bastante surpreendente, visto que são questões fundamentais a respeito da localização e do entendimento das informações. A maior parte dos estudos sobre o uso de dicionários descreve os hábitos de consulta dos consulentes, como a preferência por um tipo ou outro de dicionário, ou o desempenho desses usuários em tarefas específicas em comparação a sujeitos que realizam a mesma tarefa sem o uso do dicionário. Assim, como Tono (2011) aponta, o dicionário acaba sendo a única variável independente analisada. É interessante notar também que, por esses motivos, muitas das pesquisas chegam à conclusão de que os usuários têm pouca habilidade para utilizar o dicionário e sugerem investimento em formação de professores e, principalmente, no treinamento dos próprios usuários.

Como mostram Nesi e Hail (2002), a partir de uma tarefa que pedia para os sujeitos identificarem de forma correta a acepção correspondente a diversos usos e fornecerem uma tradução adequada, grande parte dos erros por parte dos usuários na escolha da acepção

---

<sup>119</sup> [expert opinion, intuition, or purely deductive reasoning cannot replace solid empirical evidence from user studies: dictionary use is just too complex an affair to be that predictable]

apropriada se deu, entre outros motivos, pela dificuldade em identificar a classe gramatical correta da palavra sendo utilizada, por problemas em selecionar as acepções apropriadas ou pelo fato de os usuários não terem percebido que o significado sendo usado era bastante próximo ao que ele escolheu, porém figurado. Assim, aparentemente, a habilidade dos usuários (ou a falta dela) influenciou nos resultados negativos.

Contudo, mesmo não negando o fato de que muitos desses erros têm realmente relação com a falta de habilidade do consulente, eles também podem ser resultado de um problema com a própria estrutura de acesso do dicionário (LEW; PAJKOWSKA, 2007), que pode não estar de acordo com as necessidades do seu usuário.

Para facilitar o acesso às informações contidas na sua microestrutura, geralmente, os *learners' dictionaries* utilizam dois tipos de recursos gráficos, que Lew e Pajkowska (2007) chamam de 'índices de acesso ao significado' [*meaning access indices*]: os menus e as *guidewords*. Segundo Nesi e Tan (2011, p.82), os sintagmas utilizados nesses índices geralmente são de três tipos, semântico ("resumem o significado"), referencial ("se relacionam ao contexto no qual o significado é utilizado") ou pragmático/emotivo ("se relacionam ao sentido pragmático da palavra"). Os menus consistem na apresentação desses índices no começo do verbete, através de uma listagem desses sintagmas, e relacionando-os numericamente às acepções correspondentes. As *guidewords* são índices da mesma natureza, porém, inseridos dentro da estrutura do verbete. Ambos são entendidos como uma forma de auxílio visual à localização das informações. Como Lew e Pajkowska (2007) afirmam, esses recursos passaram a receber atenção por parte de pesquisadores há pouco tempo, por serem usados de forma sistemática apenas em versões mais recentes de *learners' dictionaries*.

Lew e Pajkowska (2007) se propõem a avaliar a influência da presença desses índices em tarefas de tradução e de seleção do sentido correto. Utilizando a medição do tempo gasto na tarefa, os autores consideraram variáveis como o tamanho das entradas e o nível de proficiência do usuário. Dados dessa pesquisa apontam que, apesar de não ter sido estatisticamente significativa, a utilização de *guidewords* acelerou o processo de consulta e, mesmo que não tenha influenciado na correção da tradução fornecida, aumentou os acertos quanto à localização da acepção utilizada. Além disso, houve efeito, mesmo que não significativo, na utilização das *guidewords* para usuários mais proficientes em entradas mais extensas e, em entradas mais curtas, para os menos proficientes. Os dados apontam também que usuários com maior proficiência tiveram um rendimento melhorado na tradução a partir do uso desse índice.

No geral, o estudo aponta apenas tendências e os autores sugerem a realização de pesquisas com um grupo maior de sujeitos, pois, a partir do recorte realizado, não foi possível obter dados estatisticamente significativos, mesmo que sugestivos. Eles concluem que, aparentemente, os “sintagmas utilizados com o propósito de índices de acesso ao significado não são tão úteis quanto alguns lexicógrafos esperariam que fossem”<sup>120</sup> (LEW; PAJKOWSKA, 2007, s.p.). Outra sugestão interessante que os autores apresentam para explicar alguns dos resultados encontrados para aprendizes com maior proficiência (mostrando um pior desempenho em comparação com aqueles de baixa proficiência) é de que eles não realizariam a consulta de forma tão cuidadosa quanto se esperaria.

Com o mesmo intuito, a partir da utilização de um dispositivo de *eye-tracking*, Tono (2011) avaliou o efeito da utilização de diferentes informações na microestrutura do dicionário no processo de consulta. Entre essas informações, foi examinado o efeito da presença das *guidewords* e dos menus. Apesar do pequeno número de sujeitos avaliados (oito ao todo) e do ambiente artificial utilizado nos testes (para maximizar os efeitos de rastreamento ocular, o sujeito deveria ficar imóvel com a cabeça sobre um apoio), os experimentos apresentam dados relevantes. Em alguns casos, os sujeitos do grupo de maior proficiência realizavam a consulta de forma demasiadamente rápida e sem muito cuidado, o que resultava na escolha de uma acepção incorreta. Além disso, especificamente para o verbo *make*, o uso das *guidewords* provocou um efeito contrário ao que era esperado. Tono sugere que, possivelmente, esse dado tem relação com alguns dos índices utilizados no verbete, pois eles eram muito relacionados semanticamente. Uma das sentenças de teste apresentava o sintagma “to make breakfast” e, como *guidewords*, eram fornecidas PRODUCE e COOK. Outra sentença apresentava o sintagma “to make \$1200 after tax” e o verbete tinha as opções GET MONEY e CALCULATE como opções de *guideword*. No primeiro caso, possivelmente uma escolha da acepção “errada” não influencia na compreensão do significado utilizado, mas, no segundo, certamente pode levar o consulente ao erro. Os dados de rastreamento mostram que os sujeitos com maior proficiência utilizavam sistematicamente as *guidewords* (mesmo que não tenha havido um efeito positivo, possivelmente por influência dos itens exemplificados acima). Os menus demonstraram não ter influência para usuários com maior proficiência, mas aumentaram os acertos daqueles com menos. Mais do que isso, o estudo possibilitou mostrar com precisão que os sujeitos com alta proficiência sequer olharam para os menus, pois realizaram a tarefa utilizando diretamente as acepções. Esse dado de Tono

---

<sup>120</sup> [signposts serving the purpose of a meaning access index are not quite as helpful as some lexicographers might hope]

(2011) vai ao encontro da sugestão de Lew e Pajkowska (2007) de que os aprendizes com maior proficiência utilizam menos os recursos disponíveis.

Nesi e Tan (2011), por sua vez, avaliaram a influência do uso de menus, *guidewords* e verbetes sem a presença desses índices no processo de consulta, através de um delineamento experimental que alternava cada uma das condições. As autoras afirmam que, diferentemente da maioria dos outros estudos sobre o tema, elas aplicaram métodos mais precisos para a contagem de tempo e selecionaram uma amostra maior de sujeitos. Dados dos experimentos mostram que o tempo de consulta com ou sem os índices (*guidewords* e menus) não apresentou diferença significativa em comparação com os verbetes sem índices, mas, para aqueles com *guidewords*, a seleção dos significados foi mais correta (de forma significativa se comparada a entradas sem nenhum recurso). Um dado interessante que surgiu da pesquisa mostra que os participantes selecionaram mais vezes o primeiro significado. Isso corrobora uma hipótese já tradicional da lexicografia de que, muitas vezes, os consulentes só leem a primeira acepção do verbete. Contudo, o mais surpreendente foi a constatação de que as taxas de acerto foram maiores quando a última acepção era a correta. Os sentidos do meio do verbete também apresentaram menos acertos se comparados com o primeiro e último nas três condições. As autoras também encontraram efeitos para o tipo de palavras utilizadas nos índices, pois, quando palavras que eram substituíveis na sentença de teste estavam em jogo, constatou-se um maior número de acertos.

Mesmo que não seja possível generalizar com base em tão poucos dados, percebem-se resultados importantes indicados pelas pesquisas, principalmente no que se refere ao pouco uso dos recursos presentes nos dicionários por parte dos consulentes com maior proficiência, ou a um uso não tão eficiente, visto que, aparentemente, essas estruturas não cumprem tão bem o papel que se esperaria delas. Isso leva a um inevitável reforço da necessidade de propor outros recursos que guiem o consulente na busca pela informação semântica ou de reformular a organização das informações trazidas por esse tipo de obra. Além disso, o fato de um dos estudos ter demonstrado que, algumas vezes, *guidewords* semanticamente relacionadas podem atrapalhar o consulente na busca pela informação aponta para a necessidade de aprofundar o entendimento sobre o potencial desse índice e as bases práticas que guiem sua redação ou escolha. Finalmente, cabe destacar que uma das pesquisas aponta para o fato de que as informações contidas na parte do meio do verbete são mais problemáticas para o consulente. Isso pode ter tanto relação com um efeito de primazia e recência (o primeiro e o último item são os mais salientes), já amplamente verificado em estudos sobre memória, quanto com uma

falta de coerência na organização das acepções, particularmente nas acepções dispostas no meio do verbete.

Os dados desses estudos demonstram, portanto, que a partir da avaliação empírica do processo de consulta aos dicionários podem ser obtidas informações importantes para se compreender de forma mais abrangente o que os usuários realmente fazem ao interagir com as obras lexicográficas. Como afirma Tono (2011, p.149), “especular a respeito do processo de consulta ao dicionário [...] pode ser útil para a construção de um modelo teórico de referência sobre a interação com o dicionário, mas os processos reais de consulta são muito mais complicados e imprevisíveis”.<sup>121</sup>

## 5.2 O caso de *case*: dados da estrutura semasiológica

Nessa seção, apresentamos a análise de um item lexical altamente polissêmico do inglês: *case*. De forma a realizar uma primeira avaliação da estrutura semasiológica do item, buscamos por seus verbetes no dicionário histórico OED (*online*) e descrevemos parte de sua estrutura semântica diacrônica. A seguir, restringimos nossa avaliação aos significados efetivamente apresentados pelos *learners' dictionaries*, sistematizando o tratamento dispensado por eles à descrição do item e delimitando de que forma esses significados de *case* podem ser relacionados sincronicamente. Por fim, sugerimos uma representação gráfica que permita representar a estrutura semasiológica sincrônica desse item, levando em consideração o que foi apresentado acerca da concepção de categoria lexical sustentada pela Semântica Cognitiva e por seus modelos descritivos.

*Case* é uma instância de homonímia, na qual a primeira palavra tem origem no francês antigo *cas*, que apresentava, *grosso modo*, o mesmo sentido com o qual ela ingressou na língua inglesa, “acontecimento”. A palavra francesa, por sua vez, tem origem no Latim *casus* (substantivo “queda”, relacionado à *cadere*, “cair”), e apresentava também os significados “acaso” e “acontecimento”. O segundo item homônimo *case* também foi emprestado do francês, porém do normando antigo *casse*, latim *capsa*, com os significados “capa”, “recipiente para proteção”.

Com o intuito de melhor compreender o desenvolvimento da estrutura semântica do primeiro homônimo *case* (origem *cas*), selecionamos os principais significados do item

<sup>121</sup> [Speculating on the process of dictionary look-up [...] may be useful to build up a theoretical model of dictionary reference behavior, but actual look-up processes are far more complicated and unpredictable]

apresentados pelo OED (*online*) e buscamos estabelecer a forma como historicamente eles se relacionam. Apresentamos, na Figura 18, uma sugestão de diagrama que representa esse percurso histórico.<sup>122</sup>

As primeiras citações que se têm registro do uso da palavra no inglês datam do começo do século XII, começo do período do inglês médio. Contudo, como o dicionário aponta, é bastante provável que a palavra já fosse utilizada antes dessa data, com um primeiro significado de “acontecimento”. Da mesma forma, o sentido gramatical de *case* data do século XII, porém, segundo o OED, esse sentido foi tomado diretamente do latim, sem influência direta da palavra francesa (por esse motivo, esse significado é apresentado de forma isolada no diagrama).

Os significados que permanecem sendo utilizados na língua inglesa são aqueles representados no diagrama cuja linha chega ao inglês moderno, e serão esses que discutiremos.<sup>123</sup> O significado<sup>124</sup> mais antigo de *case* que permanece no inglês até os dias de hoje é “exemplo de um acontecimento ou existência de um fato”, como ilustrado pela sentença *The most recent case within my knowledge*.<sup>125</sup> Através de um processo de especialização, esse item também passou a ser utilizado com o sentido de “situação relacionada a alguém ou algo específico”, como em *But he regarded the case of the Church of Rome as an exception to all ordinary rules*, e “paixão”, um eufemismo para se referir a uma situação de certa forma tabu com uma palavra bastante geral. O significado “situação relacionada a alguém...” deu origem a três outros significados: por generalização, passou a designar “estado ou situação real”, com o uso da expressão *the case*; e, por especialização, passou a ser aplicado aos âmbitos jurídico e policial, com os significados “situação considerada juridicamente” e “situação que requer investigação”. É interessante perceber que o uso jurídico de *case*, a partir de uma extensão metonímica, passa a ser empregado também para se referir apenas ao “conjunto de fatos apresentado por uma das partes em um julgamento” (ou seja, uma parte de uma situação jurídica), que, por sua vez, sofre uma generalização e extrapola a esfera jurídica para designar um “conjunto de argumentos que ampara um lado de um debate”, como ilustrado pela sentença *If he abandoned the point it must be assumed that he had no case*.

<sup>122</sup> Ressaltamos que se trata de uma sugestão de representação pelo fato de que, apesar de termos nos baseado nas informações trazidas pelo dicionário, os tipos de extensão semântica e a posição referente a cada significado são nossa forma de perceber esse desenvolvimento histórico (a obra não apresenta essas informações).

<sup>123</sup> Foram excluídos da análise alguns significados mais técnicos e expressões com caráter fortemente idiomático.

<sup>124</sup> Aqui e nos próximos exemplos, simplificamos as acepções trazidas pelo dicionário.

<sup>125</sup> Os exemplos que apresentamos nesta parte da discussão foram extraídos do próprio dicionário utilizado como base para as análises.

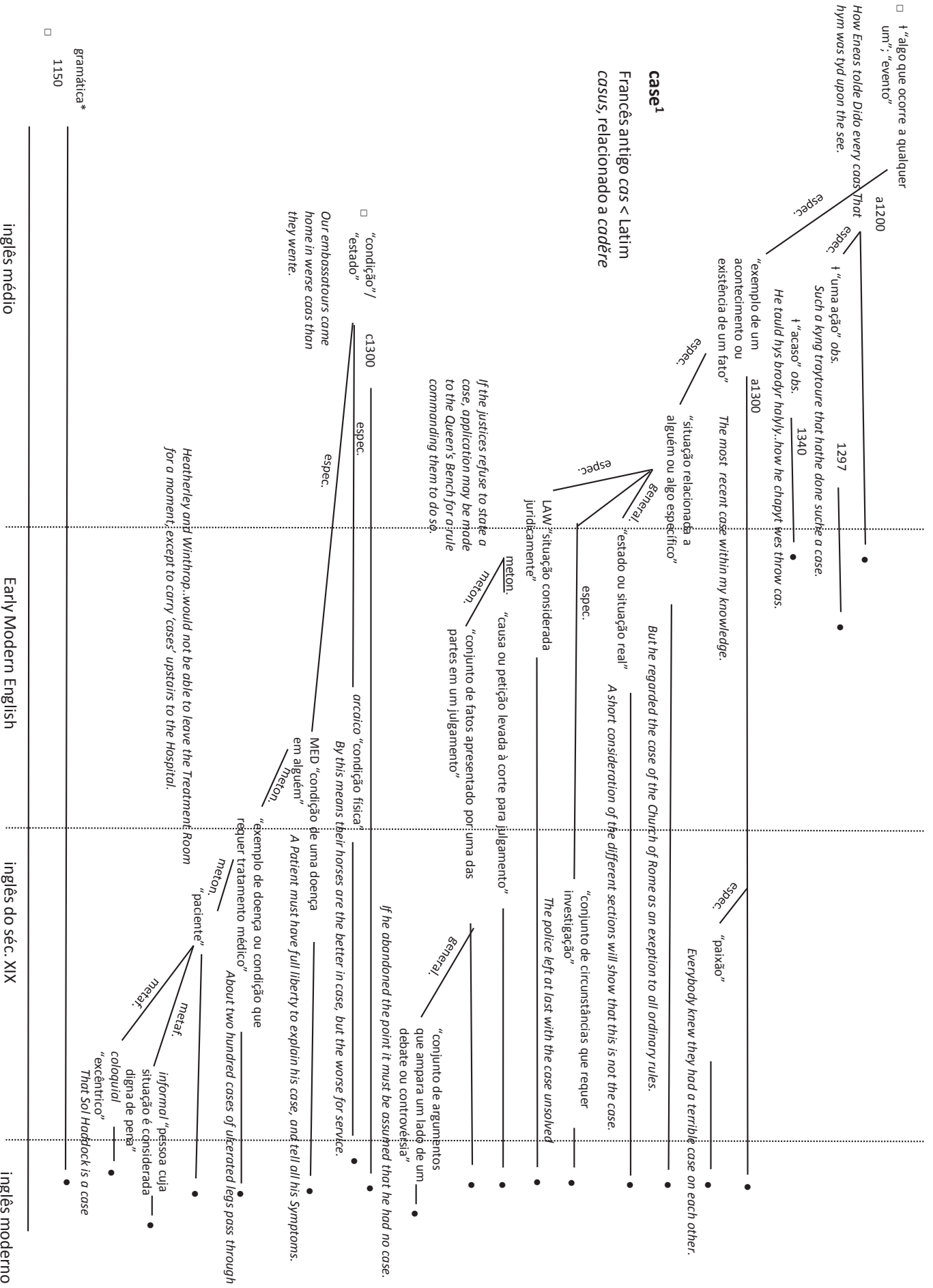


Figura 18. Estrutura semântica de case (cas)

Um segundo núcleo de significados de *case*<sup>126</sup> se relaciona a condições físicas e mentais e a situações comportamentais. Primeiramente, o significado “condição ou estado de algo” sofre uma especialização e passa a ser utilizado para descrever a “condição física” de um animal ou planta. No âmbito médico, através de um processo de especialização, *case* é utilizado para fazer referência à “condição de uma doença em alguém”, como no exemplo *A Patient must have full liberty to explain his case, and tell all his Symptoms*. Através de um processo metonímico, o item passa a ser utilizado com o significado “exemplo de uma doença” que, novamente por um processo metonímico, passa a ser utilizado para designar o próprio paciente. Esse último significado, “paciente”, gera dois outros sentidos que se relacionam a ele por uma similaridade não literal, ou seja, um processo metafórico: “pessoa cuja situação é considerada digna de pena” (ou seja, alguém que precisa de algum tipo de atenção especial, assim como um paciente) e “excêntrico” (alguém que se destaca por seu comportamento diferente).

Quanto ao segundo item homônimo *case* (origem *casse*), pelo fato de os *learners' dictionaries* avaliados trazerem poucas acepções para esse item, apresentaremos as informações contidas no OED (online) de forma mais simplificada. Das acepções de nosso interesse, temos as seguintes:

- 1 a. “coisa para acomodar ou encerrar outra”; “receptáculo ou recipiente”
- 2 a. “parte protetora ou que cobre algo”; “capa ou invólucro”
7. “caixa ou baú com seu conteúdo, geralmente de caráter definido ou quantidade determinada”

O primeiro significado, “receptáculo ou recipiente”, tem datação anterior a 1300. Ele se relaciona, por especialização, com o significado 7, pois este designa um tipo específico de recipiente. Além disso, é interessante destacar que ambos os significados podem receber extensão metonímica para se referir aos elementos contidos no recipiente. O segundo significado apresentado pelo dicionário, “capa ou invólucro”, cujo uso data do final século XIV, pode ser entendido em termos de uma similaridade não literal com o primeiro, pois destaca a função de proteção apresentada pelo “recipiente” e a estende metaforicamente a uma parte específica do próprio objeto que desempenha essa função, assim, uma “capa” ou um “invólucro”.

Dessa forma, a estrutura desses significados de *case* pode ser representada pelo seguinte diagrama:

---

<sup>126</sup> Tratamos desses significados de forma separada, para refletir a forma como o dicionário apresenta o desenvolvimento do item. Contudo, como argumentaremos abaixo, é possível ampliar muito mais essa cadeia de relações semânticas.



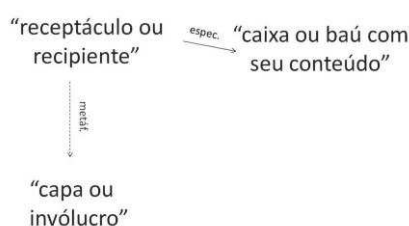


Figura 19. Estrutura semântica parcial de *case* (*casse*)

Com esses dados, retornamos aos *learners' dictionaries* para avaliar de que forma essas obras apresentam tais informações em seus verbetes (apresentados nos Anexos). CALD (2008) emprega uma solução polissêmica, com um verbete para todas as acepções. Esse dicionário traz *guidewords* para facilitar a localização da acepção, mas não relaciona<sup>127</sup> acepções semanticamente próximas, por exemplo, na acepção 11, traz o significado “a matter to be decided by a judge in a court of law” e, na acepção 14, “arguments, facts and reasons in support or against something”. Esse é o único dicionário dentre os quatro que busca trazer colocações inseridas nos significados aos quais elas se relacionam, fornecendo para elas uma breve definição (como **in that case**, **(not) the case** e **as the case might be**, que estão junto de SITUATION). Contudo, os critérios utilizados para decidir quais expressões serão ou não inseridas juntamente com as acepções, no fim, parecem um tanto aleatórios, pois, por exemplo, **make (out) a case for sth** é apresentada ao final do verbete, junto a outras expressões idiomáticas, mesmo que claramente ligada à acepção 14. Outra característica importante é que o dicionário intercala acepções dos diferentes itens *case* (“recipiente” e “situação”). Possivelmente por empregar a frequência como critério de organização, o dicionário traz, nessa ordem, acepções sob a *guideword* PROBLEM (“investigação” e significado jurídico), acepções para os significados CONTAINER e retorna ao significado “argumentos”.

COBUILD (2006) utiliza uma solução homonímica semântica para estruturar o verbete de *case*: é a única obra que utiliza um menu inicial. As acepções são divididas em três grupos, “exemplos e outros significados abstratos”, “recipientes” e “termo gramatical”. Uma característica interessante desse dicionário é que ele busca inserir padrões colocacionais na redação das próprias definições, como para “argumentos”, com a definição “The **case for or against** a plan or idea consists of the facts and reasons used to support it or oppose it”. Contudo, a obra traz sintagmas aparentemente transparentes com acepções separadas dos

<sup>127</sup> Neste caso, por sabermos que os dicionários utilizam frequência como critério de organização, não esperamos encontrar acepções relacionadas de forma evidente, mas casos nos quais a mesma *guideword* é utilizada para mais de uma acepção ou relações metonímicas por exemplo.

respectivos significados aos quais estão relacionados. Por exemplo, na acepção 15, temos a seguinte definição “If you say that a task or situation is **a case of** a particular thing, you mean that it consists of that thing or can be described as that thing”. COBUILD também não relaciona acepções semanticamente próximas e é o único dos dicionários que não utiliza *guidewords*, o que torna o verbete de difícil leitura, pois o consulente é obrigado a ler as acepções uma a uma até encontrar o significado que busca.

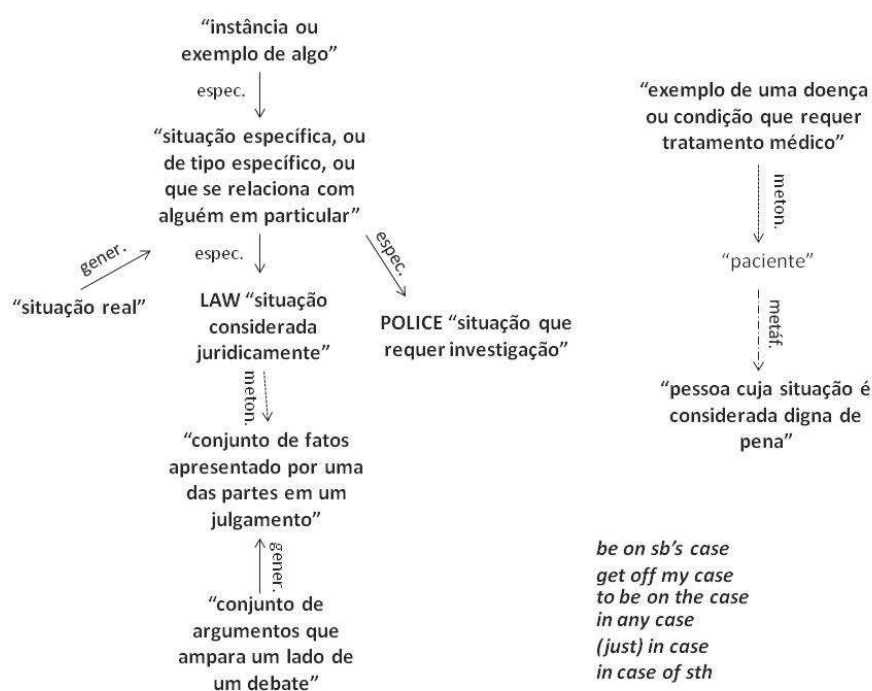
LDCE (2009) adota uma solução homonímica morfológica: é o único dicionário que traz acepção para *to be cased in something*. Assim, mesmo que claramente relacionada ao significado “recipiente”, essa acepção é apresentada de forma isolada, por *case* pertencer a uma classe gramatical distinta. Essa obra não relaciona acepções semanticamente próximas: mesmo que traga as acepções jurídicas e criminal subsumidas a uma *guideword* (definições 7 **a**, **b** e **c**), apresenta razão/argumento separado e antes daquela que poderia ser utilizada para explicá-la (acepção 6, “a set of reasons why something should happen or be done”), mesmo que a definição 7 **b** seja “all the reasons that one side in a legal argument can give against the other side”. Além disso, o LDCE intercala acepções dos diferentes itens homônimos *case*, trazendo acepções com as *guidewords* LAW, BOX e DISEASE nessa ordem. O dicionário traz ainda expressões colocacionais separadas dos significados aos quais se relacionam: de forma independente e intercalada, como na acepção 14 para **be on the case**, que é semanticamente relacionada aos significados criminal e jurídico. A obra utiliza *guidewords* para facilitar a localização das definições e é o único dicionário que traz definição ostensiva para o item, com um quadro com imagens de diferentes tipos de capas e recipientes.

OALD (2005) utiliza *guidewords* e busca relacionar alguns significados (as definições de “exemplo”, “situação real” e “situação específica” estão subsumidas à mesma *guideword*, SITUATION). Contudo, não é um tratamento sistemático, como pode ser atestado pela separação das acepções 9 e 10 (“OF DISEASE 9 the fact of sb having a disease or an injury; a person suffering from a disease or injury” e “PERSON 10 a person who needs, or is thought to need, special treatment or attention”). Esse dicionário intercala acepções referentes aos dois itens *case*: “recipiente” aparece entre “argumentos” e “doença”. Finalmente, OALD também apresenta separadas as expressões idiomáticas, inclusive algumas expressões colocacionais que não possuem um caráter idiomático tão evidente.

Com relação ao que foi encontrado nos *learners' dictionaries*, fica claro que, em comparação ao OED, essas obras fazem um recorte dos significados apresentados, o que já era uma expectativa óbvia por conta da natureza desse tipo de dicionário (sincrônico e seletivo). Pelo fato dessas obras terem verbetes organizados por frequência, elas não se

preocupam em relacionar as acepções do item. Quando o fazem, ou relacionam aquelas acepções cuja relação semântica é muito evidente, ou o fazem de forma um tanto aleatória (sem que haja uma justificativa clara para relacionar algumas e outras não). Outro fato fundamental a esse respeito tem relação com as expressões idiomáticas e sintagmas com caráter de colocação. Os dicionários parecem tratar os dois tipos de expressões de forma difusa e indistinta, pois, mesmo que uma estrutura sintagmática tenha um caráter colocacional, não necessariamente implica que ela seja idiomática. As colocações que são transparentes servem ao consulente de forma mais evidente para propósitos de produção na língua estrangeira e, mesmo que não influenciem de maneira fundamental para propósitos de compreensão, como em *in any case*, *(just) in case* e *in case of sth*, poderiam ser inseridas junto aos significados aos quais se relacionam. Como a avaliação dos verbetes demonstra, na maioria das vezes essas expressões estão separadas dos significados relacionados a elas (em uma seção com a marcação IDM, idiomático) e, quando algumas são apresentadas conjuntamente, outras não o são, sem que haja um motivo óbvio para essa diferença de tratamento.

Com base nos significados apresentados pelos dicionários (tanto pelos *learners'* quanto pelo OED), construímos um diagrama (Figura 20) para representar sincronicamente a estrutura semântica de *case* (francês *cas*) e as relações semânticas mantidas entre seus significados.



**Figura 20.** Estrutura semasiológica de *case* (*cas*) a partir das acepções dos *learners' dictionaries*

Ao se comparar a estrutura do diagrama com o modo como os dicionários estruturam o verbete, percebe-se claramente que não há qualquer preocupação das obras em representar a forma como a estrutura do item permanece, apesar do recorte, semanticamente coerente. Reforçamos, novamente, que a utilização da frequência para a ordenação das acepções, além de apresentar problemas metodológicos, não possui qualquer validação empírica como um critério apropriado para estruturar verbetes em *learners' dictionaries*. Desse modo, a rejeição categórica dessas obras à utilização de uma ordenação que leve em consideração as relações semânticas estruturais dos itens lexicais é um fato que impressiona, dadas as hipóteses de um ganho vocabular e de uma melhor compreensão da coerência interna trazida até mesmo por uma simples hierarquia semântica, como a apresentada na Figura 20.

Com relação às restrições impostas pelas próprias características seletivas dos *learners' dictionaries*, mesmo que significados que não estão presentes nos verbetes de alguns dos dicionários sejam importantes para construir um quadro mais amplo das relações semânticas (como “condição física” ou “conjunto de fatos apresentados em um julgamento”), não é difícil perceber que pequenas mudanças na estrutura do verbete já fariam uma grande diferença para explicitar as relações semânticas. Além disso, apesar de percebermos que o significado é um fenômeno flexível, instável e contextual, é possível distinguir componentes constantes ou significados “prototípicos” para o item, mesmo que seus usos, muitas vezes, se relacionem a mais de um desses significados e enfatizem diferentes componentes.

Finalmente, os dicionários, pelo próprio uso do critério de frequência para organizar as acepções, sistematicamente tratam significados de natureza bastante genérica (*higher level*) e significados bastante específicos (*lower level*) da mesma forma. Por exemplo, em OALD (2005) o significado “situação”, que é importante para diversas extensões semânticas apresentadas pelo item, recebe o mesmo tipo de tratamento que o significado “pessoa cuja situação é digna de pena”. Alguns dicionários fazem o mesmo inclusive para expressões colocacionais.

Para *case* (origem *casse*), realizamos o mesmo tipo de análise, porém utilizando os sentidos que já apresentamos acima e incluindo outros mais específicos trazidos pelos *learners' dictionaries*.



**Figura 21.** Estrutura semasiológica parcial de *case* (*casse*)

Quanto a esses significados, eles poderiam ser separados, como propusemos, em “recipiente para armazenar” e “capa para proteger”. Contudo, ao avaliar os verbetes dos dicionários, percebemos que OALD e COBUILD integram esses significados em apenas uma definição, CALD traz na redação da definição um conteúdo que contempla apenas a função de armazenagem e LDCE divide esse conteúdo de uma forma diferente das outras obras. A esse respeito é interessante notar que, pela exclusão do significado “invólucro” da estrutura semântica descrita, a relação estabelecida ente os significados “recipiente” e “capa” perde o caráter de similaridade não literal e insere-se como instância de metonímia. Isso se reflete claramente na maneira como os dicionários apresentam a definição para o item, fundindo-os em uma acepção.

Ao propor uma avaliação de *case* com base na Semântica Cognitiva, podemos perceber que os fenômenos previstos pelos modelos descritivos estão presentes na estrutura semântica do item. Em primeiro lugar, *case* apresenta efeitos de saliência intensional, ou seja, há uma não igualdade entre o peso dos diversos significados para a estrutura do item como um todo. Do ponto de vista da motivação, parte da estrutura do item pode ser descrita em termos de um significado central, a partir do qual os outros podem ser explicados. Se tomarmos o significado “situação”, percebemos que boa parte da estrutura do item pode ser considerada uma variação de “situação” ou uma variante de uma variante. Assim, mesmo que não previsíveis, de um ponto de vista sincrônico, os significados podem ser entendidos como motivados por outros já existentes (neste caso específico, os mecanismos tradicionais são suficientes pra descrever as extensões, mas talvez não o fossem no caso de uma preposição e até mesmo um verbo).

Quanto à estrutura de sobreposição, percebe-se que diversos atributos estão presentes em mais de um significado e se entrecruzam, formando uma estrutura de semelhanças de família. É possível relacionar esses significados em diferentes dimensões: “situação” está relacionado à “situação jurídica”, mas também a “exemplo”, que, por sua vez, se relaciona a “exemplo de uma doença”, que se relaciona a “paciente” e assim sucessivamente. Além disso, por serem importantes para diversos outros significados na estrutura do item, é inegável a saliência que os significados “situação” e “condição” têm para a estrutura geral de *case*. Nesse sentido, esses significados podem também ser entendidos como esquemas com relação a outros: o primeiro, de “situação jurídica” e “situação que requer investigação”, o segundo, de “condição física” e “condição de uma doença”. Assim, diversos outros esquemas podem ser extraídos das relações evidenciadas na estrutura do item, como *pessoa que precisa de atenção*, com relação a “paciente” e “pessoa em situação digna de pena”, ou *conjunto de*

*argumentos*, para os significados “conjunto de argumentos apresentados por uma das partes em um julgamento” e “conjunto de argumentos que ampara um lado de um debate”. Esses diversos esquemas também se entrecruzam, dependendo de quais são os significados em análise, e alguns esquemas apresentam um status de significado, enquanto outros parecem ser apenas atributos compartilhados.

Em segundo lugar, os problemas de demarcação intensional podem ser ilustrados pelo significado “situação”. Decidimos considerar “situação específica, ou de tipo específico, ou que se relaciona a alguém em particular” como apenas um significado, uma opção por *lumping*, pois, ao analisar ocorrências extraídas do British National Corpus (BNC), percebemos que, em grande parte delas, era impossível fazer uma distinção precisa entre essas nuances. Porém, ele poderia ser separado em mais de uma acepção, como faz OALD (2005). Em contraposição, CALD (2008) e COBUILD (2006) unem significados que consideramos distintos, “exemplo” e “situação”, em uma definição. O mesmo fenômeno de dificuldade demarcatória ocorre com os significados “recipiente” e “capa”: OALD e COBUILD os apresentam em uma única acepção (mesmo que com leve diferença de conteúdo). Assim, outra característica relevante é que, mesmo com a aparente estabilidade dos significados delimitados para o item, percebe-se a flexibilidade da demarcação entre polissemia e vagueza. Há, aqui, um contínuo que vai de exemplos mais evidentes de polissemia, como “pessoa em situação digna de pena” em comparação com “paciente”, casos mais problemáticos, como “exemplo” e “situação” e exemplos mais evidentes de vagueza, como “situação específica ou de tipo específico”.

Finalmente, percebemos questões relacionadas ao nível referencial: em uma breve análise de ocorrências do item *case* retiradas do BNC, assim como destacam Cruse (1995), Hanks (2008) e Langacker (2008), percebemos a dificuldade em classificar os usos do item de acordo com os significados delimitados previamente. Por exemplo, para as sentenças abaixo, parece difícil decidir qual dos significados entre parênteses é aquele pertinente:

*The distressing condition of coprophagy, when the dog consumes its excrement, is just such a **case*** (“exemplo”, “situação” ou “condição clínica”)

*More habitual bankrupts have to apply to the court after five years and argue their **case*** (“situação”, “jurídico” ou “argumentos”)

*One aspect of the **case** which is not explored in the judgment is the fact that the appellant was on parole when the offence was committed [...]* (“situação”, “criminal” ou “situação jurídica”)

No caso de *case* “recipiente” e “capa”, por mais que esses significados possam ser isolados, ao avaliarmos as ocorrências e a própria gama extensional dos significados, em diversos casos, os atributos coocorrem, como em

*The grandfather clock in an oak case is one of seven clocks and two barometers in the house*

Nesse exemplo específico, *case*, além de servir como uma caixa na qual está protegida a máquina do relógio, ou seja, um recipiente, é também, ele mesmo, parte do próprio relógio, seu invólucro.

Com base nessas considerações, apresentamos uma representação simplificada dessas relações de *case* da Figura 22.

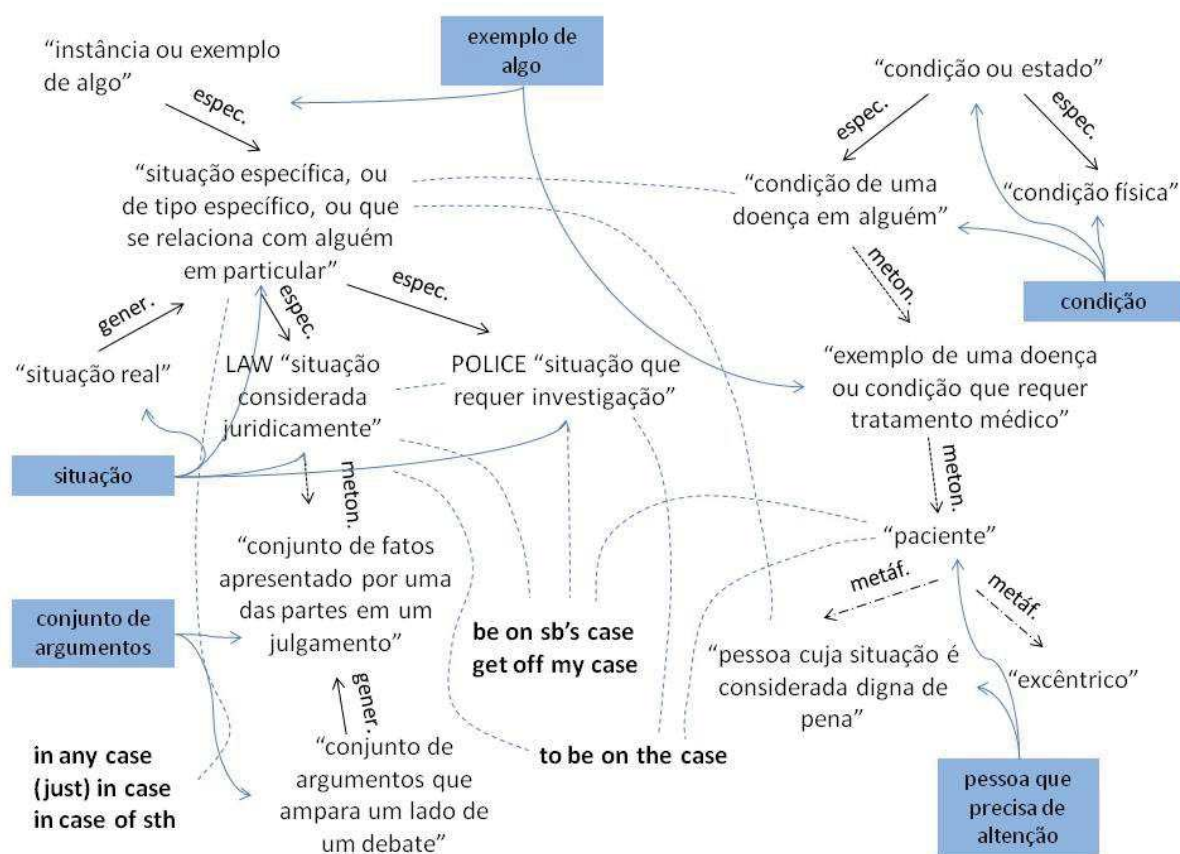


Figura 22. Diagrama da estrutura semasiológica de *case* (cas) com sobreposição

A partir dessa discussão, torna-se claro que a Semântica Cognitiva apresenta, em seus modelos de descrição, constructos que permitem avaliar diversos dos fenômenos relacionados à multiplicidade semântica que estão presentes nos *learners' dictionaries* e devem, de algum modo, ser considerados em um projeto lexicográfico. Nas próximas duas seções, avaliaremos

a pertinência da representação desses fenômenos nesse tipo de dicionário e as possíveis estratégias que podem ser empregadas para tal representação.

### 5.3 Por uma abordagem semântico-cognitiva

Chega-se aqui a uma importante questão metodológica: os modelos semântico-cognitivos destacam que a saliência, a sobreposição semântica e a falta de limites precisos são a regra nas estruturas semânticas, o que leva a entender a estrutura lexical como um fenômeno multidimensional; em contrapartida, um dicionário tradicional, pela própria influência da escrita, apresenta uma estrutura linear, que, no caso dos *learners' dictionaries*, é ainda mais reforçada por conta da utilização da frequência como critério de organização das acepções. Isso porque a organização com base nesse critério se encaixa totalmente em uma estrutura linear, pois tem como consequência a apresentação de significados ordenados quantitativamente em sequência, do mais ao menos frequente. Assim, uma questão fundamental que se impõe ao buscar incorporar os postulados semântico-cognitivos a respeito da estrutura semasiológica dos itens lexicais no dicionário é o que Geeraerts (2006c) chamada de “problema da linearização”. O autor o define da seguinte forma:

enquanto que as microestruturas lexicográficas consistem basicamente em uma lista de significados lexicais bem delimitados e numerados em sequência, a estrutura de conceitos prototipicamente organizados é caracterizada pelo agrupamento e pela máxima sobreposição. Como, então, a estrutura multidimensional dos conceitos prototípicos pode ser mapeada para a ordem linear do dicionário?<sup>128</sup> (GEERAERTS, 2006c, p.330-331)

Para abordar esse problema com relação especificamente aos *learners' dictionaries*, reformulamos a questão da seguinte forma: do ponto de vista teórico, os itens lexicais apresentam uma estrutura semântica multidimensional; do ponto de vista prático, assumindo-se a importância em evidenciar tal estrutura, de que forma essa característica multidimensional pode ser inserida nos *learners' dictionaries* de uma maneira eficiente para o consulente?

Geeraerts (2006c) aponta que a linearização é uma questão mais sensível para dicionários que apresentam um propósito mais destacado de adequação descritiva, pois, quanto mais exaustiva for a descrição, mais aparente se torna a estrutura prototípica da

---

<sup>128</sup> [whereas lexicographical microstructures basically consist of a list of neatly separated, consecutively numbered lexical meanings, the structure of prototypically organized concepts is characterized by clustering and maximal overlapping. How then can the multidimensional structure of prototypical concepts be mapped onto the linear order of the dictionary?]



categoria. Assim, o autor destaca que, em dicionários com propósitos gerais e históricos, que contemplam uma descrição mais exaustiva da estrutura semasiológica dos itens lexicais (sincrônica ou diacrônica), a tarefa de transpor a estrutura linear torna-se ainda mais difícil, por essas obras incorporarem significados e aplicações mais periféricas. O autor explica da seguinte forma:

se um dicionário se concentra em descrever apenas os sentidos mais salientes de uma palavra, a distância conceitual entre esses sentidos será maior do que se ele também incorporasse tipos de uso menos frequentes; os casos limites nos quais a estrutura agrupada da categoria organizada prototipicamente se mostra de forma mais clara serão precisamente as aplicações menos frequentes. Nesse sentido, pode-se grosseiramente ater-se à regra de que dicionários maiores são mais propensos a apresentar os efeitos do problema da linearização.<sup>129</sup> (GEERAERTS, 2006c, p.331)

Com relação aos *learners' dictionaries*, concordamos que o fato desses dicionários apresentarem menos significados para os itens se comparados às obras exaustivas, de certa forma, impede que toda a estrutura semântica seja apresentada, limitando o alcance no qual as acepções podem ser relacionadas em uma estrutura mais ampla (multidimensional). Contudo, mesmo que eles sejam seletivos, já é possível perceber de forma sistemática a existência dos efeitos prototípicos nos exemplos que discutimos. Além disso, pelo próprio fato desse tipo de dicionário realizar uma seleção dos significados dos itens, a avaliação de núcleos e dos significados relacionados é facilitada, tornando mais evidente a definição das dimensões nas quais eles se relacionam.

O que parece mais relevante é que, pelo fato de uma concepção semântico-cognitiva buscar apresentar a estrutura semântica da palavra como um todo coerente, pedagogicamente essa proposta de descrição parece ter um apelo e potencial de auxílio para o aprendiz de língua estrangeira, tanto para o uso da obra, quanto para a aprendizagem e retenção vocabular. Mesmo que essas afirmações precisem ser testadas e avaliadas, essa é uma hipótese bastante plausível.

Aceitando-se, assim, o postulado de que é interessante incorporar aspectos da multidimensionalidade da estrutura semântica nos verbetes desses dicionários, é necessário definir de que forma lidar com essas dimensões no verbete, pois, não apenas as edições impressas, mas a tradição lexicográfica como um todo utiliza verbetes razoavelmente padronizados. É uma questão importante avaliar se é do interesse do usuário que essa tradição

---

<sup>129</sup> [if a dictionary concentrates on describing only the more salient senses of a word, the conceptual distance between those senses will be greater than if it also incorporates less frequent kinds of usage; the borderline cases in which the clustered structure of the prototypically organized category shows up most clearly will be precisely the less frequent applications. In this sense, one may stick roughly to the rule that larger dictionaries are more likely to show effects of the linearization problem]

seja quebrada e que, por exemplo, ao invés de um verbete, seja fornecida uma representação em forma de diagrama (como o próprio Geeraerts sugere para seu diagrama de representação do holandês *vers*). Cabe, assim, questionar se a estrutura tradicional do verbete é apenas uma tradição ou se constitui em uma ordem necessária. Como já reforçamos ao longo do trabalho, no nível lexical, o fenômeno encontrado é multidimensional (tanto na descrição linguística quanto no léxico mental), mas o objeto dicionário (com seus propósitos pragmáticos) nos confronta com outra realidade. Por mais que haja inter-relações e sobreposições na estrutura semântica dos itens lexicais, por um lado, a estrutura linear do verbete limita as possibilidades de representá-la desse modo e, por outro, mudar drasticamente a estrutura do verbete ou criar recursos demasiados para representar a multidimensionalidade pode, em vez de trazer um ganho efetivo ao consulente, ocasionar problemas para o processo de compreensão. Basta avaliar a figura proposta por nós para descrever a estrutura semasiológica de *case* (Figura 22) para explicitar esse ponto.

Ainda assim, mesmo que fosse do interesse do usuário a proposição de um novo tipo de estrutura para os verbetes, restam diversas questões nos modelos de descrição que ainda trariam problemas para sua aplicação a representações em diagramas ou estruturas gráficas, além de outras cuja pertinência deve ser cuidadosamente avaliada. Abaixo, abordamos algumas delas:

- de que forma definir qual é o significado central? Como já destacamos, a noção de ‘significado central’ é diferente em cada um dos modelos, mesmo que nenhuma dessas propostas seja certa ou errada. Ainda que algumas sejam metodologicamente mais aplicáveis do que outras, elas destacam características distintas, mas igualmente válidas e importantes para determinar a possível saliência que um significado apresenta na estrutura geral de um item lexical (poder explicar os outros significados de forma mais econômica, ser um significado bastante entrincheirado e utilizado pelos falantes de uma língua ou apresentar grande parte dos atributos salientes para a categoria);
- de que forma medir o peso dos diferentes significados para a estrutura do item? Gráficamente, essa característica teria que ser representada em um diagrama, contudo, mesmo que um dos modelos avaliados permita, de certa forma, quantificar essa distância entre o centro e as extensões (por considerar os subgrupos de atributos compartilhados), ainda assim, restaria a questão de avaliar qual dos processos de extensão semântica geraria significados mais próximos ao outro significado em comparação. Por exemplo, uma extensão baseada em uma semelhança literal (especialização) seria mais próxima do significado do qual ela se origina do que uma

metonímica? Ou uma extensão metafórica, por não ser baseada em similaridade literal, seria menos próxima do que uma baseada em similaridade literal?<sup>130</sup> Um significado com aplicação especializada (por exemplo, técnico) teria menos peso do que um de aplicação mais geral?

- como definir quais seriam os nódulos das relações semânticas? Conforme argumentamos, os significados de um item lexical se relacionam em diferentes dimensões, seja por mecanismos de extensão semântica, por esquemas, compartilhamento de atributos, restrições de aplicação, dificuldade demarcatória das aplicações etc., de forma que são tarefas complexas, por um lado, definir quais dessas seriam ou não dimensões importantes para receberem uma representação na estrutura gráfica e, por outro, representá-las de forma compreensível para o consulente;

- como explicitar os limites flexíveis entre os significados e suas aplicações? A respeito dessa questão, o ponto é justamente questionar sua pertinência, ou seja, avaliar até que ponto é interessante que usuário de um dicionário receba essas informações. Isso porque, intuitivamente, essa característica das estruturas semânticas vai contra o próprio propósito da consulta de um dicionário (especialmente, um para aprendizes de uma língua estrangeira): o consulente busca compreender um uso de acordo com uma lista de mapeamentos possíveis. Perceber que esse fenômeno pode não se dar nesses termos não é o propósito de um dicionário. Até mesmo por isso, geralmente, o que se busca descrever em um dicionário são abstrações das configurações semânticas mais comuns dos usos de um item lexical, e idealmente os exemplos fornecidos são de instâncias prototípicas do uso desses significados. O que deve, sim, ser possibilitado por um dicionário é que, ao avaliar um uso não típico de um item lexical, o consulente consiga obter informação suficiente no dicionário para compreender tal uso.

Dessa forma, parece que ainda não há subsídios suficientes para propor uma solução que rompa com a estrutura tradicional de um verbete com base nos postulados dos modelos. Além disso, a necessidade de se buscar soluções para os problemas lexicográficos apresentados que não modifiquem drasticamente a estrutura do verbete é reforçada pelo fato de que, por mais que já existam propostas que se utilizam de representações gráficas (cf. Lew, 2010), a eficácia de tais tipos de representação para verbetes nem sequer foi testada na lexicografia. Por outro lado, é fundamental destacar que a representação de algumas das características ressaltadas pela Semântica Cognitiva para as estruturas semasiológicas pode

---

<sup>130</sup> Entendemos que também teremos que lidar com esses fenômenos ao manter uma estrutura mais tradicional de verbete, contudo, nesse último caso, eles podem ser manipulados de forma menos problemática.

não ser tão útil para os consulentes dos *learners' dictionaries*, como os problemas referentes à demarcação dos limites extensionais e intensionais.

Entendemos, assim, que deve ser buscada uma representação compatível com a concepção tradicional de verbete e que, ao mesmo tempo, permita apresentar as informações a respeito da estrutura semasiológica de forma realista, mas em sintonia com os propósitos práticos de um dicionário para aprendizes e com as necessidades de seus usuários.

### 5.3.1 *Solução homonímica e solução polissêmica*

Para apresentar as sugestões de configuração das soluções homonímicas e polissêmicas que entendemos ser pertinentes dentro da nossa proposta, utilizaremos como base para as considerações a estrutura semântica descrita para *case*. Desse modo, proporemos de que forma *case* seria tratado com base em nossa compreensão dos fenômenos que ocorrem na estrutura semântica deste item especificamente, ou seja, um substantivo altamente polissêmico que apresenta poucas acepções referentes a outras classes gramaticais. Contudo, na seção da discussão, faremos considerações mais amplas sobre os limites da extensão das propostas, tanto para outras classes gramaticais, quanto para itens que apresentam características morfológicas e semânticas distintas.

Primeiramente, é pertinente salientar duas características fundamentais destacadas pelo paradigma semântico-cognitivo sobre os fenômenos da homonímia e da polissemia. Por um lado, os modelos que avaliamos dão ênfase ao caráter estruturado e motivado da polissemia; por outro lado, devido ao foco em aspectos sincrônicos e cognitivos dos fenômenos envolvidos na multiplicidade semântica, ressalta-se o fato de que as noções de homonímia, polissemia e vagueza podem ser entendidas mais em termos de um continuum do que de uma forma estanque.

Com relação à polissemia, é importante reconhecer que todos os modelos que avaliamos destacam características que buscam reforçar a coerência interna apresentada por esse fenômeno: noções como motivação, sobreposições semânticas, esquemas e relações de categorização reforçam que estamos diante de um fenômeno estruturado, que não se dá pelo acaso. Já os casos de homonímia são, reconhecidamente, uma questão de convergência casual durante o desenvolvimento histórico de dois ou mais itens lexicais (que podem, individualmente, também ser polissêmicos). Dessa forma, parece coerente propor tratar os

fenômenos da homonímia e da polissemia de forma distinta na estruturação do verbete, pois os itens polissêmicos têm uma estrutura interna.

Contrariamente, alguns autores propõem o próprio entendimento dos fenômenos da multiplicidade semântica em termos de um contínuo, o que flexibiliza o tratamento dessas noções. Por se tratar de uma análise sincrônica, as relações semânticas (ou a falta delas) podem ser avaliadas independentemente da etimologia, pois fatos do desenvolvimento histórico podem não coincidir com a percepção que se tem dessas relações. Contudo, entendemos que essa noção de continuum, mais do que uma proposta para tratar da distinção entre homonímia e polissemia, tem relação com o mesmo problema apresentado pelo estudo de Klein e Murphy (2001; 2002). Quando são comparados dois significados muito distantes de um item lexical (como, por exemplo, “conjunto de argumentos” e “pessoa digna de pena”), parece que estamos diante de um caso claro de homonímia. Porém, quando esses significados são inseridos numa estrutura semasiológica mais ampla, a certeza da falta de relação semântica desaparece, pois é possível perceber uma estrutura mais coerente das relações mantidas entre os significados do item lexical.

É evidente que não se pode excluir a possibilidade de que, no desenvolvimento histórico, itens homônimos possam, eventualmente, ser vistos como relacionados em dado momento sincrônico, embora pareça mais provável que justamente o caso oposto seja mais comum. É mais fácil percebermos a polissemia em termos de núcleos, ou seja, como subgrupos de significados não relacionados, como no próprio caso de *case* “situação” e “condição”, ainda mais quando se considera apenas um recorte dos significados apresentados pelos itens lexicais (como fazem os *learners' dictionaries*).

Reforçando o argumento a favor da diferenciação entre os fenômenos da polissemia e homonímia, temos os resultados das pesquisas sobre a representação desses fenômenos. Invariavelmente, os dados apresentados no final do Capítulo 4 apontam para a existência de representações distintas para itens homônimos no léxico mental e para a representação em apenas uma entrada para itens polissêmicos.

Considerando esse panorama, propomos que a distinção entre polissemia e homonímia seja representada nos verbetes dos dicionários. Pelo fato de as pesquisas sobre o uso mostrarem que os consulentes com nível mais avançado de proficiência ou não utilizam menus (TONO, 2011), ou que não há uma influência significativa da presença desses índices no processo de consulta (LEW; PAJKOWSKA, 2007; NESI; TAN, 2011), sua utilização é descartada da nossa proposta. Assim, essa diferenciação entre os fenômenos pode ser realizada ainda de duas formas: através da apresentação de verbetes distintos para cada um

dos homônimos (solução homonímica por critério etimológico ou semântico) ou da apresentação de um verbete com divisão interna por blocos semânticos (o que chamamos de solução polissêmica parcial por critério semântico).

Além disso, uma das características que buscamos evidenciar nas nossas propostas é a coerência semântica, por entendermos que ela é pertinente para a retenção e o ganho vocabular. Assim, sugerimos apresentar acepções dos significados de diferentes classes gramaticais de forma conjunta, mesmo que uma visão puramente lexicológica entenda esse fenômeno como um caso de homonímia. Nesse caso, para a estruturação das acepções de diferentes classes gramaticais, uma organização que entendemos ser mais condizente com a proposta semântico-cognitiva seria o emprego de uma solução polissêmica total quanto às classes gramaticais. Contudo, no caso específico do item avaliado, nenhum significado do verbo *case* [empacotar] será apresentado no verbete, de forma que essa estruturação poderia ser melhor avaliada para, por exemplo, um item como *head*.

Com base nas duas formas possíveis de representar as características que salientamos, apresentamos, na Figura 23, uma representação esquemática dessas propostas.



**Figura 23.** Representação esquemática da configuração das soluções

Considerando aspectos práticos da lexicografia, a primeira das sugestões de representação para a distinção entre homonímia e polissemia nos *learners' dictionaries* parece ser idealmente aplicável somente para verbetes de itens lexicais bastante polissêmicos, caso contrário, seria utilizado muito espaço no dicionário (ponto relevante no caso de obras impressas) e seriam apresentados muitos verbetes diferentes para a mesma forma que receberiam pouquíssimas acepções (retome, por exemplo, o caso de *pop* apresentado no Capítulo 2). Contudo, esse critério é um tanto subjetivo, pois depende do estabelecimento de parâmetros para decidir o que configuraria um caso de item bastante polissêmico a ponto de receber uma solução homonímica. Outro problema prático diz respeito ao estabelecimento da ordem de apresentação, no primeiro caso, dos verbetes, e, no segundo, dos blocos semânticos. Para *case*, optamos por apresentar primeiro as acepções do item mais polissêmico (origem *cas*), seguido daquele que tem uma origem latina (comum ao francês *cas*), e, finalmente, o que apresenta menos acepções. Mesmo reconhecendo que esses critérios não são muito

objetivos, entendemos que isso não é um problema caso eles sejam empregados sistematicamente na estruturação de itens semelhantes. Aqui, por exemplo, a frequência poderia ser um critério útil e facilmente operacionalizado.

Outro aspecto prático importante tem relação com nossa escolha por manter juntas e relacionadas (no verbete ou nos blocos semânticos) as acepções para classes gramaticais distintas. Em uma das tarefas descritas em Nesi e Haill (2002), as autoras apontam que os consulentes cometeram erros decorrentes da dificuldade em identificar a classe gramatical correta da palavra alvo. Esse dado é um indicativo de que as acepções de diferentes classes gramaticais devem receber algum tipo de discriminação destacada se inseridas no mesmo verbete e mostra que há a necessidade de testar se, para esse público usuário, tal estruturação é realmente válida e eficiente ou se as diferentes classes gramaticais devem receber blocos distintos em *learners' dictionaries*.

Dessa forma, entendemos que, em decorrência da falta de dados mais aprofundados sobre o uso dos dicionários para validar nossas propostas, dois pontos específicos devem ser avaliados com relação à configuração das soluções nesses dicionários:

- A quantidade de verbetes para a mesma forma tem influência no processo de consulta? Caso positivo, com qual delas os usuários apresentaram melhor desempenho?
- O posicionamento das acepções referentes a diferentes classes gramaticais tem influência no processo de consulta? Caso positivo, apresentá-las no mesmo bloco e relacionadas auxilia o usuário?

A partir do que foi descrito, sugerimos, então, que as condições apresentadas na Figura 24 (aqui, apresentamos apenas como ilustração a estrutura de *bank*) sejam avaliadas em testes de uso de dicionários para que seja possível examinar qual delas seria nossa sugestão final.

<b>bank</b> <sup>1</sup> : n “instituição financeira” + v “depositar dinheiro”	<b>bank</b> I n “instituição financeira” + v “depositar dinheiro”
<b>bank</b> <sup>2</sup> : n “margem do rio”	II n “margem do rio”
<b>bank</b> <sup>1</sup> : n “instituição financeira” v “depositar dinheiro”	<b>bank</b> I n “instituição financeira” v “depositar dinheiro”
<b>bank</b> <sup>2</sup> : n “margem do rio”	II n “margem do rio”

**Figura 24.** Representação esquemática das configurações da solução a serem avaliadas

### 5.3.2 Organização das acepções

A primeira consequência lógica do panorama que estamos construindo para sugerir a utilização da Semântica Cognitiva para guiar o tratamento da multiplicidade semântica nos *learners' dictionaries* é excluir categoricamente a utilização da frequência como critério único para a organização das acepções em verbetes desses dicionários. Com relação, principalmente, aos casos de polissemia, esse critério simplesmente impossibilita que a coerência interna apresentada pelos significados de itens lexicais polissêmicos seja representada em um verbete.

Com base na hipótese de que os *learners' dictionaries* podem ser obras não apenas de referência, mas ainda com potencial para servir como instrumento de ganho e retenção vocabular, nossa principal intenção na proposta de organização do verbete de *case* é buscar explicitar as relações semânticas mantidas entre os significados de um item polissêmico. Para avaliar de que forma uma abordagem semântico-cognitiva poderia servir de base para tal, retomamos as duas características intensionais destacadas por esse paradigma para os itens lexicais e as relacionamos com os subsídios teóricos e metodológicos fornecidos por cada modelo para representá-las.

Com relação a não igualdade intensional, o Modelo Radial enfatiza a importância do conceito de motivação: pelo fato de um dos significados servir para explicar as extensões semânticas, ele teria posição destacada na estrutura lexical. Assim, tem-se um significado central e uma rede de links com outros significados. O Modelo Esquemático, por sua vez, sugere que o entrincheiramento e o uso (em sua relação mútua) seriam os responsáveis pela não igualdade dos significados na estrutura semântica: quanto mais utilizados pelos falantes, mais entrincheirados esses significados se tornam, portanto, mais salientes. O Modelo de Grupos em Sobreposição destaca o papel que os subgrupos de atributos compartilhados desempenham para saliência, ou seja, os significados que apresentam mais atributos relevantes em comum com outros significados têm mais peso para a estrutura semasiológica.

Com relação ao tratamento da não discriminação na estrutura semântica, ou seja, quanto à flexibilidade e aos problemas de demarcação, os modelos têm posições e focos bastante distintos. O Modelo Radial aborda exaustivamente a problemática da não discriminação em nível extensional (como nas discussões de *mother* e *bachelor*) com base no conceito de Modelo Cognitivo Idealizado. Contudo, ao examinar o caso da polissemia de *over*, pode-se perceber que Lakoff e Brugman (2006) ampliam demasiadamente as possibilidades de variação da configuração do significado central, de forma a acomodar todas as variações do caso central.



Dessa forma, os autores acabam não apenas desconsiderando a questão dos limites intensionais,<sup>131</sup> mas dão a impressão de que os significados são entidades bem delimitadas. O Modelo Esquemático, por sua vez, trata dessa questão em termos de flexibilidade: ele dá ênfase aos processos de *construal*, sustentando que, embora o conteúdo conceitual seja estruturado enciclopedicamente (através de matrizes conceituais), nos usos linguísticos, as porções desse conteúdo são selecionadas de formas distintas, pelo destaque de diferentes porções da matriz conceitual. Além disso, esse modelo utiliza o conceito de esquema para lidar com componentes semânticos compartilhados entre diferentes significados de um item lexical. O Modelo de Grupos em Sobreposição salienta que, como reflexo da falta de definições em termos de condições necessárias e suficientes para significados individuais, toda a disposição da categoria toma a forma de um entrecruzamento de atributos no qual podem ser identificadas configurações mais representativas desses atributos e aplicações igualmente mais representativas. Assim, esse modelo destaca a imprecisão dos limites entre polissemia e vagueza.

Essas características apresentadas pelos modelos se relacionam e, de certa forma, se complementam (como, por exemplo, a noção de grupos em sobreposição conseguir incorporar a de esquema). Além disso, pelo fato de alguns desses modelos darem mais ênfase às consequências dos fenômenos de saliência e flexibilidade para a estrutura linguística e outros, para a estrutura conceitual, os tipos dos quais eles se ocupam ocorrem em diferentes dimensões.

Assim, é necessário delimitar quais dessas características seriam importantes para permitir representar a estrutura coesa da polissemia no verbete dos dicionários. Outra questão central é de que modo adaptar a representação de tais características à estrutura de um verbete.

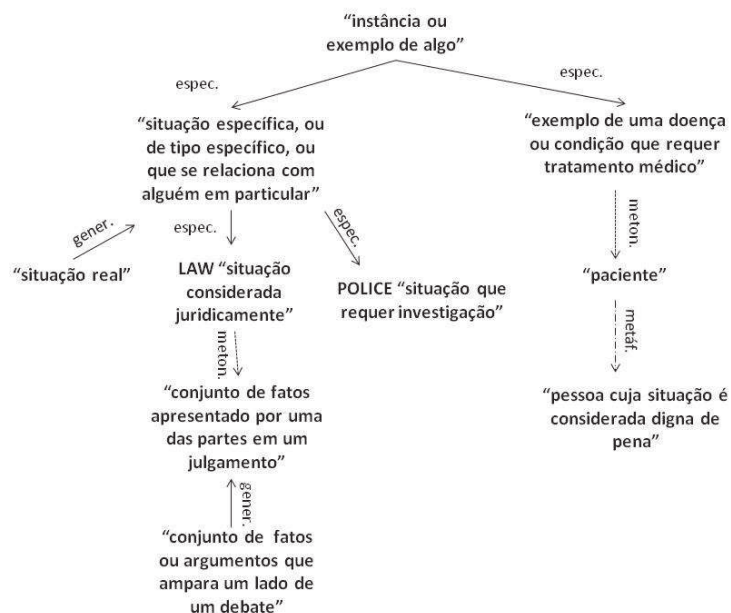
Por conta dos problemas expostos na seção 5.3, não consideraremos opções de operacionalização que sejam muito distantes de uma concepção mais tradicional de verbete. Por esse motivo, entendemos que devem ser buscadas opções que permitam inserir no dicionário as características da saliência e da sobreposição semântica com base em uma ideia de romper a linearidade mesmo com sua presença. A opção mais evidente é propor a utilização de uma estrutura hierárquica. Na verdade, é muito surpreendente que essa alternativa não seja explorada por nenhum dos *learners' dictionaries* avaliados, visto que esse é, possivelmente, o recurso mais tradicional de organização de verbetes na lexicografia.

---

<sup>131</sup> Retome, também, a discussão dos significados de *window*.

É importante frisar que uma estruturação hierárquica pode ir muito além de uma simples taxonomia (cf. Geeraerts, 2006c), pois sua utilização não implica, necessariamente, uma concepção de herança de atributos entre os termos hierarquicamente relacionados. Isso porque ela pode servir para explicitar diferentes tipos de relação (quanto aos tipos de extensão semântica, por exemplo) e diferentes dimensões dessas relações (como uma diferenciação entre significados mais genéricos e mais específicos).

Ao retomarmos os significados de *case* (*cas*) apresentados pelos *learners' dictionaries* (Figura 20), percebemos que os dois núcleos de significados restantes podem ser facilmente relacionados. O significado “instância ou exemplo” se relaciona tanto à “situação”, quanto a “exemplo de uma doença”. Dessa forma, com base nesses significados de *case*, “exemplo” pode ser entendido como o significado central da estrutura, por ser aquele que permite explicar os outros. Ou seja, não por compartilhar atributos com os outros significados, mas por todos os outros presentes na estrutura poderem ser ou entendidos com relação a ele ou com relação a outro que tem relação com ele. Isso demonstra a flexibilidade permitida por esse tipo de avaliação mesmo em um viés sincrônico e seletivo. Assim, partimos da seguinte configuração da estrutura de *case* (*cas*) para nossa construir nossa proposta:



**Figura 25.** Estrutura semasiológica de *case* (*cas*) a ser representada no verbete

Dessa forma, temos um significado que apresenta uma saliência na categoria por permitir explicar a estrutura semântica como um todo coeso, “exemplo”, e dois significados bastante gerais que servem para delimitar subgrupos de acepções que apresentam grande coerência semântica, “situação” e “exemplo de uma doença”. Para a diferenciação dessas

noções, a saliência de “exemplo” para a estrutura geral poderia ser representada pela sua apresentação como a primeira acepção do item e, a dos outros dois significados, pela apresentação como a primeira do seu subgrupo de acepções.

Com relação ao primeiro grupo, o significado “situação” apresenta relação de duas ordens distintas com os outros três significados subordinados a ele: por um lado, o significado “situação real”, mesmo que possa ser relacionado semanticamente à “situação”, só existe a partir do uso da colocação *the case*, o que nos levaria a considerá-lo um caso intermediário entre uma expressão puramente colocacional (como *in any case*) e uma expressão com caráter idiomático (como *be on somebody's case*). Por outro lado, os significados “situação jurídica” e “situação que requer investigação” são especializações de mesma ordem e que apresentam aplicações restritas (que podem ser representadas, por exemplo, através de *guidewords*, como LAW e CRIME). Por isso, esses significados podem, hierarquicamente, ser tratados de forma semelhante.

Quanto ao significado de aplicação jurídica “conjunto de argumentos”, ele se relaciona metonimicamente com “situação jurídica”. Por, geralmente, a metonímia comportar casos de uma relação semântica bastante evidente de contiguidade, é interessante perceber que o domínio no qual se dá essa relação pode ser explicitado pela própria *guideword* LAW. Além disso, a proximidade semântica da relação metonímica pode ser representada através da inserção desse significado junto à “situação jurídica”. Contrariamente, a generalização apresentada pelo significado “conjunto de argumentos que amparam...” e sua aplicação não restrita ao âmbito jurídico levam à necessidade de representá-lo separadamente dos outros dois.

O segundo grupo de significados de *case* apresenta relações que podem ser representadas de forma mais direta. Os significados “exemplo de uma doença” e “paciente” podem ser relacionados por uma mesma *guideword* que explicita a relação de contiguidade mantida entre eles (como DISEASE). Já os significados “paciente” e “pessoa cuja situação é digna de pena”, por apresentarem uma relação metafórica, rompem com a continuidade semântica, pois, por mais que um significado tenha origem a partir do outro, a relação entre eles é menos previsível (uma característica esperada de extensões metafóricas, dado que elas têm base em uma semelhança não literal). Assim, propomos que esses significados devem ser apresentados de forma separada e distinta do caso de metonímia.

Finalmente, com relação às expressões colocacionais cujos significados são transparentes, entendemos que elas podem ser apresentadas junto aos significados aos quais se

relacionam, seja através da sua apresentação individual, seja inseridas nos exemplos de uso (configuração que achamos mais pertinente).

Para o segundo item homônimo *case*, os dicionários apresentam menos significados, situação que consideramos importante de ser levada em consideração para a representação de sua estrutura semântica no verbete. Isso porque, pela necessidade de representar menos significados e relações semânticas da estrutura desse item (cf. Figura 21), elas são de mais simples representação no verbete. Assim, os significados “recipiente ou capa” e “caixa com quantidade determinada...” apresentam uma relação de especialização, que facilmente pode ser inserida na estrutura hierárquica do verbete.

De modo interessante, *case* é bastante utilizado em combinação com outras palavras, e “suitcase” constitui uma abreviação de um composto, não propriamente um significado. Esse item composto é possivelmente chamado apenas de ‘*case*’ por ser um representante bastante típico dos recipientes para armazenar, ou seja, um fato relacionado a aspectos enciclopédicos da experiência de mundo. Inclusive, esse tipo de fenômeno pode ser explorado em partes não essenciais das informações apresentadas, por exemplo, através de definições ostensivas, como as fotos apresentadas por LDCE (2009). Assim, pelo fato de estarmos lidando com um sinônimo de uma expressão composta, entendemos que apenas uma indicação ao final do verbete seria suficiente (=suitcase). Contudo, por essa acepção trazida pelos dicionários ter relação com casos de substantivos concretos, é interessante destacar que uma análise como a sugerida pelo Modelo de Grupos em Sobreposição seria muito útil, por exemplo, para definir instâncias prototípicas ou atributos mais salientes. Assim, seria possível ampliar a inserção de informações extensionais com base em postulados semântico-cognitivos.

Em resumo, os dados que foram discutidos até aqui tratam da saliência e das relações entre significados que podem ser explicitadas na própria estrutura hierárquica do verbete, seja por recursos possibilitados pela hierarquia, seja pela utilização das *guidewords*. Contudo, outra característica destacada pelos modelos tem relação com atributos sobrepostos de uma forma mais ampla na estrutura lexical, ou seja, não entre os significados de cada grupo semântico e suas extensões diretas, mas entre significados de diferentes grupos e entre significados não relacionados pelos próprios processos de extensão. Desse modo, é necessário pensar sobre a pertinência de representar essa estrutura de sobreposição e entrecruzamento e de que forma fazê-lo.

Já destacamos que, pelo fato desse tipo de dicionário realizar um recorte dos significados apresentados para os itens lexicais, mesmo diante de casos de polissemia, é mais fácil identificar significados que apresentam atributos comuns relevantes que possibilitem seu

tratamento em blocos ou grupos. Ademais, como os *learners' dictionaries* têm como público-alvo consulentes que possivelmente não se interessam por informações exaustivas quanto à adequação descritiva dos itens lexicais (cf. Geeraerts, 2006c), a estrutura do verbete deve ser simples para evitar problemas de compreensão.

Assim, propomos que, nesse tipo de obra, uma forma de inserir as relações de sobreposição semânticas é na própria redação de definições, com a intenção de destacar de modo proposital atributos ou dimensões compartilhados por dois ou mais significados que, pela estrutura linear do verbete, não podem ser relacionados. Essa redação pode, além de utilizar os mesmos itens lexicais (como *situation* e *instance*), ser feita através do uso estruturas sintagmáticas idênticas (como *set of facts or arguments*). Além disso, é completamente viável que essa característica seja manipulada de forma a incluir atributos não tão centrais na definição de um significado para reforçar essa sobreposição. Com isso em mente, propomos as seguintes redações para os significados a serem apresentados para os itens:

*case*<sup>132</sup>

- an **example or instance** of something
- a particular **situation** usually related to someone or something in particular
- a **situation** that is true or correct with respect to something
- a **situation** or legal matter to be decided in the court of law
- a **set of facts or arguments** that support one side in a trial
- a **set of facts or arguments** in support or against something
- a **situation** which requires investigation, specially by the police
- an **instance** of a disease or other condition that **requires medical treatment**
- a patient or someone in a **situation** which **requires medical treatment**
- a person who needs or is thought to need special attention or **treatment** because of the **situation** he is in

Com base nessas considerações, propomos que a estruturação básica do verbete seja feita da forma apresentada na Figura 26.

---

<sup>132</sup> Pelo fato de a sobreposição entre agrupamentos ser problemática apenas para *case* (*cas*), restringimos a apresentação às definições desse item.

<p><b>I EXAMPLE 1</b> an example or instance of something</p> <p><b>SITUATION 2</b> a particular situation usually related to someone or something in particular</p> <p><b>2.0 (the case)</b> a situation that is true or correct with respect to something (<b>in any case, (just in) case, in case of sth</b>)</p> <p><b>LAW 2.1</b> a situation or legal matter to be decided in the court of law</p> <p><b>2.1a</b> a set of facts or arguments that support one side in a trial</p> <p><b>ARGUMENTS 2.2</b> a set of facts or arguments in support or against something</p> <p><b>CRIME 2.3</b> a situation which requires investigation, specially by the police</p> <p><b>DISEASE 3.1</b> an instance of a disease or other condition that requires medical treatment</p> <p><b>3.1a</b> a patient or someone in a situation which requires medical treatment</p> <p><b>OF A PERSON 3.2</b> a person who needs or is thought to need special attention or treatment because of the situation he is in</p> <p><b>II GRAMMAR</b> the form of a word in some languages, showing its relationship to other words in a sentence</p> <p><b>III BOX/CONTAINER 1</b> a container or covering used to store or protect something</p> <p><b>1.1</b> a box containing a specific number of bottles of an alcoholic drink</p> <p><b>2</b> = suitcase</p>
---

**Figura 26.** Estruturação do verbete de *case*

Salientamos que os numerais romanos e arábicos e as letras utilizadas na figura acima representam apenas genericamente os diferentes níveis e tipos de relações mantidas entre os significados, de forma que sua real representação no verbete pode se dar com base em outros tipos de recursos gráficos que destaquem os mesmos tipos de fenômenos. Por exemplo, a utilização de cores distintas ou símbolos específicos para os três grupos homonímicos substituiriam facilmente os numerais romanos e representariam a mesma relação explicitada por eles.

Ainda, com base nas quatro propostas de emprego das soluções apresentadas na seção anterior (Figura 24), essa estrutura deveria ser adaptada para que as diferentes condições sejam testadas, levando em conta as particularidades morfológicas desse item lexical.

#### 5.4 Discussão

A partir de características destacadas pela Semântica Cognitiva para caracterizar os fenômenos da homonímia e polissemia, foi possível excluir algumas configurações das

soluções homonímica e polissêmica que (i) não estão de acordo com uma diferenciação explícita entre polissemia e homonímia, (ii) não representam a coerência apresentada pela estrutura de itens polissêmicos e (iii) não permitem incluir no mesmo verbete ou no mesmo bloco de acepções as acepções de diferentes classes gramaticais que são semanticamente relacionadas. Contudo, por conta das peculiaridades do recorte semântico do item lexical avaliado e dados os propósitos pragmáticos de uma obra lexicográfica, sem um melhor embasamento sobre os efeitos das configurações das soluções no processo de consulta, não foi possível afirmar qual, dentre aquelas restantes, seria a mais pertinente de ser utilizada nas obras. Dessa forma, é necessário testar as configurações com relação a diferentes itens lexicais e que as propostas sejam validadas empiricamente através de testes de uso.

Nesse sentido, nossa proposta de relacionar acepções de classes gramaticais distintas, mas com relação semântica, é certamente mais complicada de ser operacionalizada para formas linguísticas utilizadas em várias classes gramaticais (como, por exemplo, o item *low*, que pode ser usado como adjetivo, advérbio, substantivo e verbo) ou que apresentam diversas acepções de mais de uma classe gramatical (como *head* e *bank*). Nesse sentido, é evidente que, não apenas a estrutura semântica, mas as características morfológicas de cada item lexical devem ser levadas em consideração para o tratamento das soluções. É fundamental, assim, ampliar a aplicação da proposta principalmente com relação à descrição de itens de outras classes gramaticais.

Outro ponto importante tem relação com os critérios a serem empregados para ordenar os verbetes ou os blocos semânticos (dependendo de qual solução for escolhida). Mesmo que tenhamos sugerido critérios que não sejam totalmente objetivos, foi possível determinar uma ordem coerente para *case*. Contudo, temos consciência de que outros itens lexicais, dependendo de sua estrutura semântica, trariam outras questões. Nesse ponto, é importante salientar que a frequência poderia ser utilizada como um critério pertinente. Como se tratam de significados relativos a itens homônimos, os problemas encontrados quanto ao *lumping* e *splitting* e questões de mapeamento de usos para significados elencados em nada afetariam a utilização de um critério puramente quantitativo.

Quanto à organização das acepções, consideramos que foi possível contemplar a representação dos fenômenos de sobreposição e saliência semântica que julgamos relevantes para os usuários dessas obras. As diferenças de saliência entre os significados foram representadas com base em duas noções de centralidade: o primeiro significado apresentado em cada nível referente aos homônimos (I, II e III) é aquele que fornece coerência ao restante dos significados do verbete ou grupo de acepções polissêmicas, enquanto que um segundo

nível da estrutura hierárquica é o responsável por destacar a estrutura de atributos compartilhados ou a saliência daquele significado especificamente dentro do agrupamento de significados.

Com o objetivo de inserir na estrutura do verbete uma representação da polissemia que destacasse fundamentalmente a coesão desse fenômeno, sugerimos que a redação de definições fosse utilizada para dar ênfase aos atributos que se entrecruzam na estrutura semântica do item, principalmente com relação a dois ou mais significados que não podem ser relacionados na estrutura linear do verbete. Nesse sentido, é importante destacar que temos que lidar com a questão de decidir o que configuraria, para esse propósito, um atributo ou relação relevante ou não.

Com relação às dimensões de relação entre os significados de um item, elas podem ser de diversos tipos. Quanto a *case*, tivemos que acomodar na representação (i) relações entre significados genéricos e mais específicos (como “situação” e “situação jurídica”); (ii) um significado que, mesmo não compartilhando muitos atributos com outros significados, pôde servir como ponto de partida para explicar toda a categoria (“exemplo”); (iii) significados que, de certa forma, rompem com outros do mesmo subgrupo, ou pelas relações semânticas mantidas (como “pessoa cuja situação...”), ou pela diferença de aplicação (como o uso não jurídico de “argumentos”); (iv) um significado que, mesmo semanticamente relacionado a outro, só surge com o uso de estruturas fixas (*the case*). Dessa forma, mesmo que a polissemia seja um fenômeno motivado com base em um número limitado de mecanismos, cada item lexical apresentará uma configuração específica dessas dimensões dentro de sua estrutura semântica e, dependendo do recorte realizado na estrutura a ser avaliada, as relações e dimensões relevantes a serem explicitadas podem mudar.

Nossa proposta reforça ainda o papel importante que as *guidewords* podem desempenhar, não apenas para facilitar a localização da informação, com também para evidenciar relações semânticas que destaquem atributos ou domínios comuns dos significados subsumidos a elas. Pelo fato de Tono (2011) demonstrar que *guidewords* semanticamente relacionadas podem ter influência negativa no processo de consulta, um agrupamento por critérios semânticos supostamente deve minimizar essas questões. Assim, esses índices parecem ser recursos bastante úteis e flexíveis, e sua utilização nos verbetes deve ser mais bem compreendida e explorada.

Outro fato importante diz respeito às relações não hierárquicas. Enquanto significados que mantêm relações metonímicas aparentemente têm tratamento mais simples e flexível (podendo ser subsumidas na mesma *guideword* ou até mesmo na mesma definição), as



metáforas, por não apresentarem um caráter previsível da similaridade não literal na qual se baseiam, geram dificuldades para a representação em termos de continuidade semântica.

Com relação ao tratamento de expressões colocacionais, sugerimos que elas devam ser incorporadas à estrutura semântica do verbete, junto aos significados aos quais se relacionam. Contudo, entendemos que sua apresentação deva ser feita inserida nos exemplos sempre que essas expressões não apresentem caráter idiomático.

Finalmente, nossa análise aponta para o fato de que, mesmo que os limites intensionais e extensionais impostos sejam artificiais em comparação com o fenômeno lexicológico, é possível localizar configurações de usos mais prototípicos dos significados. Nossa análise de *case* mostra que, mesmo quando a polissemia está em consideração, os significados trazidos pelos *learners' dictionaries* podem ser avaliados em termos de núcleos ou subgrupos que apresentam um compartilhamento de dimensões mais relevantes. Cabe destacar que, mesmo que tenhamos partido diretamente dos significados apresentados pelos dicionários, o caminho realizado por uma análise lexicográfica é, geralmente, o oposto: das ocorrências de uso em um *corpus* para a abstração.

Buscamos, assim, propor um tratamento para a organização das acepções que incentive o consulente a utilizar o dicionário não apenas como ferramenta de consulta, mas que tenha potencial de gerar consciência metalinguística e possibilitar ganho e retenção vocabular. Contudo, mesmo que uma teoria semântico-lexical permita descrever fenômenos linguísticos com hipóteses plausíveis, o norteado do trabalho lexicográfico é sempre aquele evidenciado por Atkins e Rundell (2008, p.24): “pense, antes de tudo, a respeito do usuário quando for decidir o que incluir no dicionário e quanto destaque dar a diferentes fatos”.<sup>133</sup>

---

<sup>133</sup> [Think first about the user when you're deciding what is to go in your dictionary, and how much prominence to give the various facts]

## 6 CONCLUSÃO

Neste trabalho, avaliamos os reflexos da multiplicidade semântica na organização de verbetes de *learners' dictionaries*. No primeiro capítulo, destacamos a importância de três grupos de fenômenos: (i) *lumping* e *splitting*, (ii) solução homonímica e polissêmica e (iii) organização das acepções. Quanto ao primeiro grupo, defendemos que, mesmo que os processos de *lumping* e *splitting* possam ser manipulados, eles encontram sua contraparte lexicológica na distinção entre polissemia e vagueza, de forma que o tratamento distinto para esse problema deve ser um aspecto esperado nos dicionários. Com relação às soluções adotadas, salientamos dois aspectos importantes: os *learners' dictionaries* apresentam diferentes configurações para as soluções e não existem pesquisas que tratem da influência da configuração desse componente para o processo de consulta. A respeito do último, os dicionários avaliados utilizam a frequência como critério para a organização das acepções, critério esse que apresenta pontos metodológicos controversos, impede que relações semânticas sejam explicitadas nos verbetes e para o qual não há qualquer evidência empírica de sua pertinência para os usuários dos *learners' dictionaries*.

Propomos, assim, compreender esses fenômenos a partir de uma perspectiva semântico-cognitiva. Esse paradigma destaca o caráter enciclopédico do significado e, quanto ao léxico, enfatiza a importância de fenômenos como a saliência e a sobreposição semânticas para as estruturas semasiológicas. A avaliação dos modelos de descrição da estrutura semântica desenvolvidos dentro dessa perspectiva teórica demonstrou que eles dão ênfase a diferentes tipos de fenômenos lexicais e a diferentes aspectos cognitivos e linguísticos relacionados ao significado lexical. A partir de uma tentativa de melhor compreender a multiplicidade semântica e julgar a pertinência dos modelos descritivos, buscamos, em pesquisas psicolinguísticas, dados sobre a representação e processamento da homonímia, polissemia e vagueza. Mesmo que os resultados encontrados não permitam afirmar com precisão a forma como esses fenômenos operam em nível cognitivo, os dados apresentados apontam para sua compatibilidade com as propostas dos modelos de descrição.

Com a intenção de fornecer uma abordagem distinta às questões relativas à multiplicidade semântica em *learners' dictionaries*, realizamos a avaliação da estrutura semântica do item lexical *case* com base em conceitos oferecidos pela Semântica Cognitiva. A partir do reconhecimento de que os verbetes apresentam uma estrutura linear e que o fenômeno da multiplicidade semântica descrito por essa abordagem se dá de forma

multidimensional, propomos práticas que permitem incluir a saliência e a sobreposição nessas estruturas lexicográficas. Assim, sugerimos que a utilização de duas noções de saliência intensional (significado gerador e com mais atributos em comum) e que a redação de definições que salientem a estrutura de sobreposição podem auxiliar a inserir essas características nos verbetes de *case*.

Retomando as hipóteses iniciais deste trabalho, temos:

- a. A concepção de categoria lexical sustentada pela Semântica Cognitiva Lexical fornece adequação descritiva e profundidade explicativa em seus modelos descritivos para compreender fenômenos lexicográficos relacionados à multiplicidade semântica.

Essa hipótese foi parcialmente corroborada. Primeiramente, o arcabouço cognitivo fornece um conjunto de construtos que permite explicar diversos fenômenos fundamentais para a multiplicidade semântica, como a saliência, a motivação e a existência de limites difusos nas estruturas semasiológicas. Quanto aos modelos, nossa análise do item *case* demonstra que eles oferecem uma diversidade descritiva que permite avaliar esses fenômenos a partir de diferentes aspectos complementares. Contudo, pelas particularidades da prática lexicográfica, alguns desses construtos podem não ser pertinentes aos aspectos pragmáticos dos dicionários. A existência de limites difusos, por exemplo, é um caso paradigmático, pois, conforme argumentamos, mesmo que seja uma questão relevante do ponto de vista lexicológico, não é do interesse do consulente receber informações acerca dos problemas referentes à demarcação dos limites extensionais e intensionais.

- b. Os princípios teóricos e os modelos descritivos da Semântica Cognitiva Lexical oferecem subsídios para um tratamento alternativo da organização das acepções em *learners' dictionaries*.

Essa hipótese foi parcialmente corroborada. A Semântica Cognitiva e seus modelos de descrição da estrutura semântica oferecem um conjunto de princípios que permite abordar o fenômeno da polissemia com foco em aspectos complementares. As noções de entrenchamento, de grupos de atributos sobrepostos e de significado central, em particular, destacam diferentes características da saliência nas estruturas lexicais. Alguns desses princípios podem ser operacionalizados e aplicados à lexicografia, como exemplifica nossa proposta para o tratamento de *case*. Contudo, os modelos não parecem oferecer diretrizes que sejam constantes para a aplicação lexicográfica, pela flexibilidade oferecida para o tratamento da multiplicidade semântica e pela complementaridade dos modelos com relação à descrição de diferentes itens lexicais e dos diferentes tipos de estruturas semânticas.

c. As soluções baseadas nessa concepção de estrutura semasiológica estão mais de acordo com as necessidades dos usuários de *learners' dictionaries* do que as práticas observadas atualmente nesse tipo de dicionário.

Essa hipótese não foi testada. Para tanto, seria necessário que as propostas fossem ampliadas, com a descrição de mais itens lexicais e com a avaliação de itens pertencentes a outras classes gramaticais, de forma a possibilitar o estabelecimento de diretrizes mais gerais para sua aplicação. Assim, seria possível elaborar testes que avaliassem a influência dessas propostas no processo de consulta. Nesse sentido, as novas técnicas utilizadas por alguns estudos experimentais, como imagens dos processos cerebrais e rastreamento ocular, parecem muito promissoras.

Destacamos que a aplicação mais exaustiva dos postulados cognitivos parece se aplicar a um número restrito de verbetes dos *learners' dictionaries*. Isso porque as características destacadas por esse paradigma são idealmente encontradas em itens lexicais altamente polissêmicos, e esse tipo de estrutura ocorre em poucos casos nesses dicionários, por conta do recorte semântico realizado.

Por fim, destacamos que o aspecto hermenêutico é parte fundamental das tarefas analíticas da lexicologia e lexicografia. Nesse sentido, a Semântica Cognitiva Lexical pode contribuir de modo importante tanto para a descrição de estruturas semânticas, quanto para a compreensão dos fenômenos que subjazem sua origem e configuração.

“Can you give the boundary? No. You can *draw* one”

Ludwig Wittgenstein

## REFERÊNCIAS

### Dicionários citados

CALD. *Cambridge Advanced Learner's Dictionary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

COBUILD. *Collins COBUILD Advanced Learner's Dictionary*. Glasgow: Harper Collins Publishers, 2006.

LDCE. *Longman Dictionary of Contemporary English*. Essex: Pearson Education Limited, 2009.

OALD. *Oxford Advanced Learner's Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

OBED. *Oxford Basic English Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

OCDCE. *Oxford Canadian Dictionary of Current English*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

OED. *The Oxford English Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1933.

OED. *The Oxford English Dictionary*. Online (<http://www.oed.com/>).

### Demais referências

ALVES, Isa Mara da R. *Polyset: Modelo Linguístico-Computacional para a Estruturação de Redes de Polissemia de Nominais*. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

ATKINS, Sue B. T.; RUNDELL, Michael. *The Oxford guide to practical lexicography*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BERETTA, Alan; FIORENTINO, Robert; POEPEL, David. The effects of homonymy and polysemy on lexical access: an MEG study. *Cognitive Brain Research*, 24, p.57-65, 2005.

BOGAARDS, P. Dictionaries for learners of English. *International Journal of Lexicography*, v.9, n.4, 1996.

BRISARD, Frank; VAN RILLAER, Gert; SANDRA, Dominiek. Processing polysemous, homonymous, and vague adjectives. In: Hubert Cuyckens; Britta Zawada (orgs.) *Polysemy in Cognitive Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

BROWN, Susan W. Polysemy in the mental lexicon. *Colorado Research in Linguistics*, v.21, p.1-12, 2008.

BRUGMAN, Claudia. *The history of over*. M.A. thesis, University of California, Berkeley, 1981.

BRUGMAN, Claudia; LAKOFF, George. Cognitive topology and lexical networks. In: Dirk Geeraerts (org.) *Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006.

BUGUEÑO, Félix. A definição do perfil de usuário e a função da obra lexicográfica em um dicionário de aprendizes. *Expressão*, Santa Maria, v.11, n.2, p.89-101, 2007.

CARROLL, Lewis. *The Complete Illustrated Works of Lewis Carroll*. London: Bounty Books, 2004.

COLEMAN, Linda; KAY, Paul. Prototype semantics: the English word *lie*. *Language*, v.1, n.1, p.26-44, 1981.

COWIE, Anthony. Polysemy, homonymy and the monolingual English dictionary. *Lexicographica*, v.17, 2001.

CRUSE, D. A. Polysemy and related phenomena from a cognitive linguistic viewpoint. In: P. Saint-Dizier; E. Viegas (orgs.). *Computational Lexical Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp.33-49.

CRUSE, D. A. *Meaning in language: An introduction to Semantics and Pragmatics*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2004.

CRYSTAL, David. *A dictionary of linguistics and phonetics*. Oxford: Blackwell, 1997.

CUYCKENS, Herbert. Family resemblance in the Dutch spatial prepositions *door* and *langs*. *Cognitive Linguistics*, 6 (2-3), p.183-208, 1995.

EVANS, Vyvyan. *A Glossary of Cognitive Linguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

FELDMAN, Jerome A. *From molecules to metaphor: a neural theory of language*. Cambridge: MIT University Press, 2006.

FILLMORE, Charles. An alternative to checklist theories of meaning. *Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistics*, pp.123-131, 1975.

FILLMORE, Charles. Frame semantics. In: Dirk Geeraerts (org.) *Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006.

FILLMORE, Charles; ATKINS, Sue B. T. Describing polysemy: the case of 'crawl'. In: Yael Ravin; Claudia Leacock (orgs.). *Polysemy: theoretical and computational approaches*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FONTENELLE, Thierry. *Practical lexicography: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

FONTENELLE, Thierry. Lexicography. In: Simpson, J. *The Routledge Handbook of Applied Linguistics*. London/New York, 2011.

GEERAERTS, Dirk. On necessary and sufficient conditions. *Journal of Semantics*, v.5(4), p.275-291, 1986.

GEERAERTS, Dirk. Representational formats in cognitive semantics. *Folia linguística*, 29:1-21-2, Mouton de Gruyter, p.21-41, 1995.

GEERAERTS, Dirk. *Diachronic Prototype Semantics: A Contribution to Historical Lexicology*. Oxford: Clarendon Press, 1997.

GEERAERTS, Dirk. The definitional practice of dictionaries and the Cognitive Semantic conception of polysemy. *Lexicographica*, p.6-21, v.17, 2001.

GEERAERTS, Dirk. Vagueness' puzzles, polysemy vagaries. In: Dirk Geeraerts (org.) *Words and other wonders*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006a.

GEERAERTS, Dirk. A rough guide to Cognitive Linguistics In: Dirk Geeraerts (org.). *Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006b.

GEERAERTS, Dirk. The lexicographical treatment of prototypical polysemy. In: Dirk Geeraerts (org.). *Words and other wonders*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006c.

GEERAERTS, Dirk. Prospects and problems of prototype theory. In: Dirk Geeraerts (org.) *Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006d.

GEERAERTS, Dirk. *Family Resemblances, Radial Networks, and Multidimensional Models of Meaning*, 2007. (manuscrito).

GEERAERTS, Dirk. *Theories of Lexical Semantics*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

GEERAERTS, Dirk; GRONDELAERS, Stephan. The content level of the word IV: Structuring of word meaning. In: D. Alan Cruse, Franz Hundsnurscher, Michael Job & Peter Rolf Lutzeier (eds.). *Lexicology: An international handbook on the nature and structure of words and vocabularies*. Berlin: Walter de Gruyter, 2002.

GEERAERTS, Dirk; GRONDELAERS, Stephan; BAKEMA, Peter. *The structure of lexical variation: Meaning, naming, and context*. Berlin: Walter de Gruyter, 1994.

GILQUIN, G. (2008) Taking a new look at lexical networks. *Lexis*, v.1, p.23-39.

GLYNN, Dylan. The many senses of run: Corpus methods and socio-cognitive semantics. In: D. Glynn; J. Robinson (orgs.). *Corpus Methods in Cognitive Semantics*. Amsterdam: John Benjamins, 2012.

HANKS, Patrick. Towards a statistical dictionary of Modern English: Some Preliminary Reflections. *Proceedings of the Third Euralex International Congress*. Budapest, 1988.

HANKS, Patrick. Do word meanings exist? In: FONTENELLE, Thierry (org.). *Practical Lexicography: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HARTMANN, R. R. K.; JAMES, Gregory. *Dictionary of lexicography*. London: Routledge, 2002.

JACKSON, Howard. *Lexicography: an introduction*. London: Routledge, 2002.

- KILGARRIFF, Adam. Dictionary word sense distinctions: An inquiry into their nature. *Computer and Humanities*, 25 (5-6), p.365-387, 1992.
- KILGARRIFF, Adam. The hard parts of Lexicography. *International Journal of Lexicography*, v.11, n.1, 1998.
- KILGARRIFF, Adam. "I don't believe in word senses" In: FONTENELLE, Thierry (org.). *Practical Lexicography: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- KIPFER, Barbara. Methods of ordering senses within entries. *Proceedings of the First Euralex International Congress*, 1983.
- KLEIN, Devorah E.; MURPHY, Gregory. The representation of polysemous words. *Journal of Memory and Language*, 45, p.259-282, 2001.
- KLEIN, Devorah E.; MURPHY, Gregory. Paper has been my ruin: conceptual relations of polysemous senses. *Journal of Memory and Language*, 47, p.548-570, 2002.
- KLEPOUSNIOTOU, Ekaterini. The processing of lexical ambiguity: homonymy and polysemy in the mental lexicon. *Brain and Language*, 81, p.205-223, 2002.
- LAKOFF, George. *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, George. The Invariance Hypothesis: is abstract reason based on image-schemas? *Cognitive Linguistics*, v.1, n.1, p.39-74, 1990.
- LAKOFF, George. Cognitive Models and Prototype Theory. In: Eric Margolis; Stephen Laurence (orgs.). *Concepts: core readings*. Cambridge: MIT Press, 1999.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LANDAU, Sidney I. *Dictionaries: the art and craft of lexicography*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- LANGACKER, Ronald W. Introduction to *Concept, Image and Symbol*. In: Dirk Geeraerts (org.) *Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006.
- LANGACKER, Ronald W. Cognitive Grammar. In: Dirk Geeraerts; Hubert Cuyckens (orgs.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, p.139-169, 2007.
- LANGACKER, Ronald W. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.
- LAURENCE, Stephen; MARGOLIS, Eric. Concepts and Cognitive Science. In: Eric Margolis; Stephen Laurence (orgs.). *Concepts: core readings*. Cambridge: MIT Press, 1999.
- LEW, Robert. Towards variable function-dependent sense ordering in future dictionaries. In: H. Bergenholtz, S. Nielsen; S. Tarp (orgs.). *Lexicography at a Crossroad: Dictionaries and Encyclopedias today, Lexicographical Tools tomorrow*. Bern: Peter Lang, 2009.



- LEW, Robert. New ways of indicating meaning in electronic dictionaries: hope or hype? In: Zhang, Yihua (org.). *Learner's lexicography and second language teaching*. Shanghai: Shanghai Language Education Press. (manuscrito)
- LEW, Robert. Studies in dictionary use: recent developments. *International Journal of Lexicography*, v.24, n.1, 2011.
- LEW, Robert. Identifying, ordering and defining senses. In: Howard Jackson (ed.), *The Bloomsbury companion to lexicography*. London: Bloomsbury Publishing, 2013. (manuscrito)
- LEW, Robert; PAJKOWSKA, Julita. The effects of signposts on access speed and lookup task success in long and short entries. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v.6, n.2, 2007. (manuscrito, s.p.)
- LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK, B. Polysemy, Prototypes, and Radial Categories. In: Dirk Geeraerts; Hubert Cuyckens (orgs.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, p.139-169, 2007.
- NESI, Hilary; HAILL, Richard. A study of dictionary use by international students at a British university. *International Journal of Lexicography*, 15(4), 2002.
- NESI, Hilary; TAN, Kim Hua. The effects of menus and signposting on the speed and accuracy of sense selection. *International Journal of Lexicography*, v.24, n.1, p.79-96, 2011.
- NORVIG, Peter; LAKOFF, George. *Taking: a study in lexical network theory*. *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 13, 1987.
- OLIVEIRA, Ana F. S. *Subsídios da Semântica Cognitiva para a disposição das acepções nos learner's dictionaries*. Dissertação de mestrado – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010a.
- OLIVEIRA, Ana F. S. Taxonomia de dicionários monolíngues de inglês para falantes não-nativos. *Signo*, UNISC, n.59, v.35, 2010b.
- OLIVEIRA, Ana F. S. Polissemia: lumping e splitting nos learner's dictionaries e a Semântica Cognitiva. *ReVEL*, v.11, n.20, 2013a.
- OLIVEIRA, Ana F. S. Solução homonímica e solução polissêmica nos learner's dictionaries: análise de casos e proposta de tratamento. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v.13, n.4, 2013b.
- OLIVEIRA, Ana F. S.; BUGUEÑO, Félix V.; SIQUEIRA, Maity. O tratamento da polissemia e da homonímia nos *learner's dictionaries*: subsídios da semântica cognitiva para a disposição das acepções. *Alfa: Revista de Linguística*, v.54, n.1, 2013.
- PYLKKÄNEN, Liina; LLINÁS, Rodolfo; MURPHY, Gregory L. The representation of polysemy: MEG evidence. *Journal of Cognitive Neuroscience*, 18(1), p.1-13, 2006.
- RICHARDS, Jack Croft; SCHMIDT, Richard W. *Longman Dictionary of Language Teaching and Applied Linguistics*. Longman Publishing Group, 2002.

- REDDY, M. J. The conduit metaphor: A case of frame conflict in our language about language. *In: A. Ortony (org.), Metaphor And Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- RIEMER, Nick. *Introducing Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- ROSCH, Eleanor. Principles of categorization. *In: Eric Margolis; Stephen Laurence (orgs.). Concepts: core readings*. Cambridge: MIT Press, 1999.
- ROSCH, Eleanor; MERVIS, Carolyn. Family resemblances: Studies in the internal structure of categories. *Cognitive Psychology*, v.7, n.4, p.573-605, 1975.
- ROSCH, Eleanor; MERVIS, Carolyn B.; GRAY, Wayne D.; JOHNSON, David M.; BOYES-BRAEM, Penny. Basic Objects in Natural Categories. *Cognitive Psychology*, v.8, 1976. pp.382-439.
- RUHL, Charles. *On monosemy: A study in linguistic semantics*. SUNY Press, 1989.
- RUNDELL, Michael. 'It works in practice but will it work in theory?' The uneasy relationship between lexicography and matters theoretical. *Proceedings of the Euralex International Congress*, 2012.
- SANDRA, Dominiek; RICE, Sally. Network analyses of prepositional meaning: Mirroring whose mind – the linguist's or the language user's? *Cognitive Linguistics*, v.6. p.89-130, 1995.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCHOLFIELD, Phil. Dictionary Use in Reception. *International Journal of Lexicography*, v.12, n.1, 1999.
- SILVA, Augusto Soares da. Polissemia e contexto: o problema duro da diferenciação de sentidos. *Estudos Linguísticos*, v.5, p.353-367, 2010.
- STOCK, Penelope F. Polysemy. *Proceedings of the First Euralex International Congress*, 1983.
- SVENSÉN, Bo. *A Handbook of Lexicography: the Theory and Practice of Dictionary-Making*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- TAYLOR, John. Approaches to word meaning: The network model (Langacker) and the two-level model (Bierwisch) in comparison. *In: Peeters, B. (org.) The Lexicon-Encyclopedia Interface*. Australia: Elsevier, 2000.
- TAYLOR, John. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford: Oxford University Press, 2003a.
- TAYLOR, John. Polysemy's paradoxes. *Language sciences*, v.25, p.637-655, 2003b.
- TAYLOR, John. Polysemy and the lexicon. *In: KRISTIANSEN et al. (eds). Cognitive Linguistics: current applications and future perspectives*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006.

TAYLOR, John; CUYCKENS, H.; DIRVEN, R. Introduction: new directions in cognitive lexical semantic research. *In: Taylor, John, H. Cuyckens & R. Dirven (orgs.). Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2003.

TONO, Yukio. Research on dictionary use: methodological considerations. *In: Hartmann, R. R. K. (org.). Lexicography: critical concepts*. London/New York: Routledge, Vol I, 2002.

TONO, Yukio. Application of eye-tracking in EFL learners' dictionary look-up process research. *International Journal of Lexicography*. V.24, n.1, 2011.

TUGGY, David. Ambiguity, polysemy, and vagueness. *In: Dirk Geeraerts (org.) Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2006.

TUGGY, David. Schematicity. *In: Dirk Geeraerts; Hubert Cuyckens (orgs.). The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, p.139-169, 2007.

TYLER, Andrea; EVANS, Vyvyan. Reconsidering prepositional polysemy networks: The case of over. *Language*, p. 724-765, 2001.

ULLMANN, Stephen. *Semantics: an introduction to the science of meaning*. Oxford: Basil Blackwell, 1967.

VAN DER MEER, G. Four English learner's dictionaries and their treatment of figurative meanings'. *English Studies*, n.78, 1997.

VAN DER MEER, G. Metaphors and dictionaries: The morass of meaning, or how to get two ideas for one. *International Journal of Lexicography*, n.12, v.3, 1999.

VERVAEKE, John; GREEN, Chistopher D. Women, fire, and dangerous theories: a critique of Lakoff's theory of categorization. *Metaphor and Symbol*, 12, p.59-80,1997.

WERNER, Reinhold. La definición lexicográfica. *In: Gunther Haensch et al. La lexicografía: de la lexicografía teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

WINKIN, Y. O telégrafo e a orquestra. *In: E. Samain (Org.), A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Papyrus, 1998.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

ZGUSTA, Landslav. *Manual of Lexicography*. The Hague/Paris: Mouton, 1971.

## **ANEXOS – Verbetes de case**

## CALD (2008)

## case /keɪs/

► **noun** **SITUATION** 1 **E** [C] a particular situation or example of something: *Over a hundred people were injured, in several cases seriously.* ◦ *Jobs are hard to find but in his case that's not the problem because he has so much experience.* ◦ *I wouldn't normally agree but I'll make an exception in this case.* ◦ *The number of new cases of the illness appears to be declining.* ◦ *We have lots of applications from people who want to study here and in each case we consider the candidate very carefully.* ◦ *She was suffering from an extreme case of sunburn.* **2 in that case** **A** because of the mentioned situation: *There's no coffee left? In that case I'll have tea.* **3 (not) the case** **A** (not) true: *If that is the case then I will be very disappointed.* **4 in any case** **A** also: *I don't want to go and in any case, I haven't been invited.* **5 (just) in case** **A** because of a possibility of something happening, being needed, etc.: *I don't think I'll need any money but I'll bring some just in case.* ◦ *Bring a map in case you get lost.* **6 in the case of sth/sb** with reference to someone or something, or in the situation of something: *The law will apply equally to men and women except in the case of maternity leave.* **7 a case of sth** used when a situation is of a particular type: *She doesn't want to work full-time, it's a case of having to.* **8 a case in point** an example which shows that what you are saying is true or helps to explain why you are saying it: *Lack of communication causes serious problems and their marriage is a case in point.* **9 as the case might be** (ALSO whatever the case might be) one of the stated possibilities which is true: *When the election is called in April, or June, as the case might be, we shall be ready for it.*

**PROBLEM** 10 **I** [C] a problem, a series of events or a person being dealt with by police, doctors, lawyers, etc.: *Several social workers have looked into the child's case.* ◦ *The detective on the case (= responsible for solving it) has been suspended from duty.* ◦ *When he first went for treatment at the hospital he seemed to be a hopeless case (= a person who could not be cured).* **11 I** [C] LEGAL a matter to be decided by a judge in a court of law: *a murder case* ◦ *The case will go before the European Court next month.* ◦ *She accused her employer of unlawful dismissal and won/lost her case.*

**CONTAINER** 12 **I** [C] a container or box for storing things in ◻ See also **bookcase**; **briefcase**; **pillowcase** **13 a case of wine, etc.** a box holding twelve bottles of wine or another type of alcoholic drink, or the twelve bottles and their contents

**ARGUMENT** 14 **A** [S] arguments, facts and reasons in support of or against something: *There's a good case for/against bringing in new regulations.* ◦ *The case against cigarette advertising is becoming stronger all the time.* ◦ *She's very busy so don't overstate the case - just give her the essentials.*

**GRAMMAR** 15 [C OR U] SPECIALIZED any of the various types to which a noun can belong, according to the work it does in a sentence, usually shown by a special word ending: *the accusative/dative case*

► **idioms be on the case** INFORMAL to be doing what needs to be done in a particular situation: *"We need to book a flight before it's too late."* *"Don't worry, I'm on the case."*

• **get off sb's case** INFORMAL to stop continuously criticizing someone for something they have done: *I told him the problem had already been dealt with and he could get off my case.* • **get on sb's case** INFORMAL to criticize someone in an annoying way for something they have done: *I just don't want him getting on my case for being late for work.* • **make a case for sth** (UK ALSO **make out a case for sth**) to argue that something is the best thing to do, giving your reasons: *We will only publish a new edition if you can make a convincing case for it.*

► **verb** SLANG **case the joint** to look at a place with the intention of stealing from it later

COBUILD (2006)

case

- ① INSTANCES AND OTHER ABSTRACT MEANINGS
- ② CONTAINERS
- ③ GRAMMAR TERM

① **case** /keɪs/ (cases) 1 A particular case is a particular situation or incident, especially one that you are using as an individual example or instance of something. *Surgical training takes at least nine years, or 11 in the case of obstetrics. One of the effects of dyslexia, in my case at least, is that you pay tremendous attention to detail. The Honduran press published reports of eighteen cases of alleged baby snatching.* 2 A case is a person or their particular problem that a doctor, social worker, or other professional is dealing with. *...the case of a 57-year-old man who had suffered a stroke. Some cases of arthritis respond to a gluten-free diet. Child protection workers were meeting to discuss her case.* 3 If you say that someone is a sad case or a hopeless case, you mean that they are in a sad situation or a hopeless situation. *I knew I was going to make it, but I wasn't a hopeless case.* → See also **basket case**, **nutcase**. 4 A case is a crime or mystery that the police are investigating. *Mr. Hitchens said you have solved some very unusual cases.* 5 The case for or against a plan or idea consists of the facts and reasons used to support it or oppose it. *He sat there while I made the case for his dismissal. Both these facts strengthen the case against hanging. She argued her case.* 6 In law, a case is a trial or other legal inquiry. *It can be difficult for public figures to win a libel case. The case was brought by his family, who say their reputation has been damaged by allegations about him.* → See also **test case**. PHRASES 7 You say in any case when you are adding something which is more important than what you have just said, but which supports or corrects it. *The concert was booked out, and in any case, most of the people gathered in the square could not afford the price of a ticket.* 8 You say in any case after talking about things that you are not

sure about, to emphasize that your next statement is the most important thing or the thing that you are sure about. *Either he escaped, or he came to grief. In any case, he was never seen again.* 9 If you do something in case or just in case a particular thing happens, you do it because that thing might happen. *In case anyone was following me, made an elaborate detour.* 10 If you do something or have something in case of a particular thing, you do it or have it because that thing might happen or be true. *Many shops along the route have been boarded up in case of trouble.* 11 You use in case in expressions like 'in case you didn't know' or 'in case you've forgotten' when you are telling someone in a rather irritated way something that you think is either obvious or none of their business. *She's nervous about something, in case you didn't notice.* 12 You say in that case or in which case to indicate that what you are going to say is true if the possible situation that has just been mentioned actually exists. *Members are concerned that a merger might mean higher costs, in which case they would oppose it.* 13 You can say that you are doing something just in case to refer vaguely to the possibility that a thing might happen or be true, without saying exactly what it is. *I guess we've already talked about this but I'll ask you again just in case.* 14 You say as the case may be or whatever the case may be to indicate that the statement you are making applies equally to the two or more alternatives that you have mentioned. *They know how everything works or doesn't work, as the case may be.* 15 If you say that a task or situation is a case of a particular thing, you mean that it consists of that thing or can be described as that thing. *It's not a case of whether anyone would notice or not.* 16 If you say that something is a case in point, you mean that it is a good example of something you have just mentioned. *In many cases religious persecution is the cause of people fleeing their country. A case in point is colonial India.* 17 If you say that something is the case, you mean that it is true or correct. *You'll probably notice her having difficulty swallowing. If this is the case, give her plenty of liquids. Consumers had hoped the higher prices would mean more goods in stores. But that was not the case.* 18 If you say that someone is on the case, you mean that they are aware of a particular problem and are trying to resolve it. *The CompuServe management is on the case now and it looks as if things will return to normal soon.*

② **case** /keɪs/ (cases) 1 A case is a container that is specially designed to hold or protect something. *...a black case for his spectacles.* → See also **attaché case**, **bookcase**, **briefcase**, **packing case**, **pillowcase**, **showcase**. 2 A case is a suitcase. 3 A case of wine or other alcoholic drink is a box containing a number of bottles, usually twelve, which is sold as a single unit.

③ **case** /keɪs/ (cases) 1 In the grammar of many languages, the case of a group such as a noun group or adjective group is the form it has which shows its relationship to other groups in the sentence. → see **accusative**, **nominative**. 2 → See also **lower case**, **upper case**.

**casebook** /keɪsbʊk/ (casebooks) A casebook is a written record of the cases dealt with by someone such as a doctor, social worker, or police officer.

**case history** (case histories) A person's case history is the record of past events or problems that have affected them, especially their medical history. *I took her to a homoeopath, who started by taking a very long and detailed case history.*

**case law** Case law is law that has been established by following decisions made by judges in earlier cases. [LEGAL]

**caseload** /keɪsləʊd/ (caseloads) The caseload of someone such as a doctor, social worker, or lawyer is the number of cases that they

LDCE (2009)

case<sup>1</sup> [sɪ ˈweɪ /keɪs/ n

**1 EXAMPLE** [C] an example of a particular situation or of something happening: [+of] There were 16 cases of damage to cars in the area. | in the case of sth The amount of fruit in fruit juices must be 6% in the case of berries and 10% in the case of other fruits. | in some/many/most etc cases In many cases standards have improved. | Tom's career is a case in point (=a clear example of something that you are discussing or explaining). | a classic case (=typical example) of poor design **THESAURUS** EXAMPLE

**2 SITUATION** [C usually singular] a situation that exists, especially as it affects a particular person or group: in sb's case Like the others, he produced a written explanation, but in Scott's case this was a 30-page printed booklet. | Changing men's and women's traditional roles is not easy, but in our case it has been helpful. | it is the case (that) It may be the case that the scheme will need more money. | We tend to think of these people as untrustworthy, but that is not the case. | in this case In this case, several solutions could be tried. | in which case He won't want to eat it unless he's really hungry, in which case he'll eat almost anything.

**3 (just) in case a)** as a way of being safe from something that might happen or might be true: Take an umbrella, in

case it rains. | He had his camera ready, just in case he saw something that would make a good picture. **b)** AmE if: In case I'm late, start without me.

GRAMMAR

In case is followed by the simple present, the simple past, or 'should': Write it down in case you forget (NOT in case you will forget). | They locked themselves in their houses in case there was (NOT would be) more trouble. | Here's a contact number, in case there should (NOT will/would) be a problem.

**4 in any case** whatever happens or happened: I don't see why I couldn't do it. In any case, I'm going to try. | He's too young to come and in any case I want him to spend the time with Mom.

**5 in that case** if that is the situation: 'He didn't want to talk to Sally.' 'In that case why did he agree to meet her?'

**6 REASON/ARGUMENT** [C usually singular] a set of reasons why something should happen or be done: Let me research the facts before I put forward a case. | [+for] A group of us met to make our case for more women in the cabinet. | There is a strong case (=very good set of reasons) for getting parents more involved in the school's activities.

**7 LAW/CRIME** [C] **a)** a question or problem that will be dealt with by a law court: She is keen to avoid a court case. | The lawyers will only be paid if they win the case. | [+against] Marshall has dropped the case against us. **b)** all the reasons that one side in a legal argument can give against the other side: The evidence does not support the prosecution's case. | The court ruled that we had a case. (=had enough evidence or good arguments). **c)** an event or set of events that need to be dealt with by the police in order to find out if a crime has been committed and who committed it: [+of] a case of armed robbery | on the case Around 50 police officers are on the case.

**8 BOX/CONTAINER** [C] **a)** a large box or container in which things can be stored or moved: a packing case | a case of wine **b)** a special box used as a container for holding or protecting something: a jewellery case | Jim put his violin back in its case. **c)** BrE a SUITCASE: Polly carried her cases upstairs to the bedroom. → BOOKCASE, BRIEFCASE, PILLOWCASE

**9 it's a case of sth** spoken used before describing a situation: Everyone can learn, it's just a case of practising. | It's a case of too many people and not enough jobs.

**10 DISEASE** [C] an example of a disease or a person who has a disease: [+of] There are thousands of new cases of AIDS in Africa every year.

**11 in case of sth** used to describe what you should do in a particular situation, especially on official notices: In case of fire, break the glass.

CASES



**12 GRAMMAR** [C,U] technical the way in which the form of a word changes, showing its relationship to other words in a sentence: case endings

**13 be on sb's case** informal to be criticizing someone constantly: Dad's always on my case about something or other.

**14 be on the case** spoken if someone says they are on the case, they know about a problem and are going to try to solve it

**15 get off my case** spoken used to tell someone to stop criticizing you or complaining about you: OK, OK, just get off my case!

**16 PERSON** [C] someone who is being dealt with by a doctor, a social worker, the police etc → BASKET-CASE, NUTCASE, LOWER CASE, → I rest my case at REST<sup>2</sup>(9), → UPPER CASE

COLLOCATIONS - MEANING 7A

ADJECTIVES/NOUN + case

**a court case** There was a lot of publicity surrounding the court case.

**a murder case** He had been a witness in a murder case.

**a libel case** (=against someone who has written a bad statement about someone else) damages awarded by juries in libel cases

**a criminal case** It was the longest and most expensive criminal case in US history.

**a civil case** (=not a criminal case) | **a test case** (=one that will establish a principle for the first time) | **a landmark case** (=one that established a principle for the first time) | **a high-profile case** (=one that gets a lot of attention)

VERBS

**bring a case (against sb)** There was not enough evidence to bring a case against him.

**hear/try a case** (=listen to the evidence before making a judgment) The case will be heard by a federal judge.

**win/lose a case** (=be successful or unsuccessful in proving someone guilty or not guilty) Lomax was a brilliant lawyer who had never lost a case.

**settle a case** (=end it finally) He paid a \$15,000 fine to settle the case.

**adjourn a case** (=stop it for a short time) The case was adjourned until next month for further reports.

**dismiss/throw out a case** (=officially stop it from continuing) | **drop a case** (=not continue with it) | **a case comes/goes to court** | **a case comes/goes to trial** | **a case comes before a judge/court**

**case<sup>2</sup> v [T]** **1 be cased in sth** to be completely surrounded by a material or substance: The reactor will be cased in metal. → **CASING 2 case the joint** informal to look around a place that you intend to steal from in order to find out information

## OALD (2005)

- Case** 0-w /keɪs/ noun, verb
- **noun**
- **SITUATION** **1** [C] a particular situation or a situation of a particular type: *In some cases people have had to wait several weeks for an appointment.* ◊ *The company only dismisses its employees in cases of gross misconduct.* ◊ *It's a classic case (= a very typical case) of bad planning.*—see also **WORST-CASE** ⇨ note at **EXAMPLE**, **SITUATION 2** the case [sing.] ~ (that ...) the true situation: *If that is the case (= if the situation described is true), we need more staff.* ◊ *It is simply not the case that prison conditions are improving.* **3** [C, usually sing.] a situation that relates to a particular person or thing: *In your case, we are prepared to be lenient.* ◊ *I cannot make an exception in your case (= for you and not for others).* ⇨ note at **EXAMPLE**
  - **POLICE INVESTIGATION** **4** [C] a matter that is being officially investigated, especially by the police: *a murder case* ◊ *a case of theft*
  - **IN COURT** **5** [C] a question to be decided in court: *The case will be heard next week.* ◊ *a court case* ◊ *to win/lose a case*—see also **TEST CASE**
  - **ARGUMENTS** **6** [C, usually sing.] ~ (for/against sth) a set of facts or arguments that support one side in a trial, a discussion, etc.: *the case for the defence/prosecution* ◊ *Our lawyer didn't think we had a case (= had enough good arguments to win in a court of law).* ◊ *the case for/against private education* ◊ *The report makes out a strong case (= gives good arguments) for spending more money on hospitals.* ◊ *You will each be given the chance to state your case.*
  - **CONTAINER** **7** [C] (often in compounds) a container or covering used to protect or store things; a container with its contents or the amount that it contains: *a pencil case* ◊ *a jewellery case* ◊ *a packing case (= a large wooden box for packing things in)* ◊ *The museum was full of stuffed animals in glass cases.* ◊ *a case (= 12 bottles) of champagne*—picture ⇨ **CLOCK**—see also **VANITY CASE** **8** [C] = **SUITCASE**: *Let me carry your case for you.*
  - **OF DISEASE** **9** [C] the fact of sb having a disease or an injury; a person suffering from a disease or an injury: *a severe case of typhoid* ◊ *The most serious cases were treated at the scene of the accident.*
  - **PERSON** **10** [C] a person who needs, or is thought to need, special treatment or attention: *He's a hopeless case.*
  - **GRAMMAR** **11** [C, U] the form of a noun, an adjective or a pronoun in some languages, that shows its relationship to another word: *the nominative/accusative/genitive case* ◊ *Latin nouns have case, number and gender.*
- IDIOM** as the case may be used to say that one of two or more possibilities is true, but which one is true depends on the circumstances: *There may be an announcement about this tomorrow—or not, as the case may be.* be on sb's case (informal) to criticize sb all the time: *She's always on my case about cleaning my room.* be on the case to be dealing with a particular matter, especially a criminal investigation: *We have two agents on the case.* get off my case (informal) used to tell sb to stop criticizing you a case in point a clear example of the problem, situation, etc. that is being discussed in any case whatever happens or may have happened: *There's no point complaining now—we're leaving tomorrow in any case.* (just) in case (...) because of the possibility of sth happening: *You'd better take the keys in case I'm out.* ◊ *You probably won't need to call—but take my number, just in case.* ◊ *In case (= if it is true that) you're wondering why Jo's here—let me explain ...* In case of sth (often on official notices) if sth happens: *In case of fire, ring the alarm bell.* in that case if that happens or has happened; if that is the situation: *I've made up my mind.* ◊ *In that case, there's no point discussing it.*—more at **RESTY**
- **verb** [VN] **IDIOM** case the joint (informal) to look carefully around a building so that you can plan how to steal things from it at a later time